

RAQUEL NUNES SILVA

**FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
IMPLEMENTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E SITUAÇÃO DE (IN) SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS EXPOSITORA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2019

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

S586f
2019

Silva, Raquel Nunes, 1991-

Feira de agricultura familiar e economia solidária :
implementação, desenvolvimento e situação de (in) segurança
alimentar e nutricional das famílias expositoras / Raquel Nunes
Silva. – Viçosa, MG, 2019.

xvi, 159f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Sílvia Eloiza Priore.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. População Rural.
3. Saúde. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Nutrição e Saúde. Programa de Pós-Graduação em
Agroecologia. II. Título.

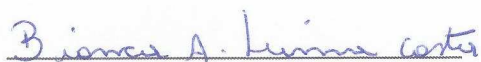
CDD 22 ed. 363.8

RAQUEL NUNES SILVA

**FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
IMPLEMENTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E SITUAÇÃO DE (IN) SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS EXPOSITOAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal
de Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia,
para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 19 de fevereiro de 2019.



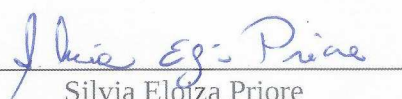
Bianca Aparecida Lima Costa
(Coorientadora)



Eliana Carla Gomes de Souza
(Coorientadora)



Luiza Carla Vidigal Castro



Silvia Eloiza Priore
(Orientadora)

Dedico este trabalho a todos aqueles que constroem a Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar no Brasil, por meio da pesquisa e dos movimentos sociais onde legitimam a luta contra as desigualdades sociais no campo e na cidade.

AGRADECIMENTOS

Durante essa jornada ficou cada vez mais evidente que o momento que vivemos é de “não soltar a mão de ninguém”, por isso agradeço aqui a todos que não soltaram a minha mão nesses dois anos e durante toda a minha vida.

Agradeço a proteção divina que me amparou por todo o percurso, à Nossa Senhora que sempre abriu os caminhos e à São Francisco de Assis que me ensina diariamente sobre o desapego material e o amor à Mãe Natureza. Junto deles, meus dois avôs que se tornaram estrelas brilhantes no céu.

Aos meus pais que se orgulham de todas as minhas conquistas e foram fortalezas no momento mais duro de nossas vidas. À minha mãe, Cecília, sempre cuidadosa e carinhosa. Ao meu pai, João Batista, que nunca nos deixa faltar nada, sempre com muito amor e respeito. À minha irmã Débora pela amizade e reciprocidade. Ao meu irmão Lucas por termos vivido as dores e delícias, com a “mão em cima da minha”. À toda minha família, avós, tios e primos, por serem sempre motivo de muita alegria a cada encontro e por nos fortalecermos na educação enquanto princípio de todos nós.

Aos meus amigos, de Mutum, de Viçosa ou de onde estiverem... são onde me reconheço e me sinto segura, são tantos que já passaram pela minha vida, todos me deixaram mais madura e preparada para encarar os desafios, amo o que cada um deixou e deixa em mim.

A todos os professores que passaram pela minha formação e me fizeram pensar cada vez mais sobre o meu papel na sociedade, me ensinaram a tentar construir um mundo melhor.

À professora Silvia Priore, pela grande profissional que é, competente, dedicada e atenta às necessidades do outro e do mundo. Para mim é uma honra ter sido sua orientada, obrigada por me deixar trabalhar com você e aprender a entender meu papel enquanto nutricionista, pesquisadora e também militante de um mundo melhor. Se tornou uma grande amiga e me ensinou muito mais que ser Mestra em Agroecologia.

Aos meus coorientadores, professores que tenho grande admiração. À professora Bianca por ter sido tão companheira nessa jornada, me abrindo as portas do Quintal Solidário, da ITCP e da sua sala inúmeras vezes para que eu aprendesse um pouco das riquezas da Segurança Alimentar e Nutricional sob o olhar das Ciências Sociais. À professora Sylvia Franceschini por sempre trazer alegria e confiança nos momentos de luta. À professora Eliana pelo cuidado e preocupação em sempre me ajudar. Ao professor Ricardo Santos por aguçar o senso crítico e o reconhecimento do meu papel enquanto pesquisadora.

Ao grupo da Prof. Silvia Priore, que mesmo tão diverso carrega uma força feminina e está sempre construindo coisas incríveis. À Carina, Dayane, Deyliane, Eli, Elo, Isabella, Kellen, Lívia, Lucimar, Luiza, Núbia, Paula, Silvinha e Sol por todos os momentos compartilhados, na salinha, no laboratório, nos Congressos, nos cafés e na vida. Agradeço especialmente às minhas amigas Núbia e Sol que estiveram comigo do início ao fim vivendo fortes emoções uma ao lado da outra.

Às coorientadas de BIC Jr., Ester e Fabiana, e à Naycelle do PIBIC, me ensinaram a aprender ensinando, a entender a individualidade de cada ser e os desafios do processo ensino-aprendizagem. Às duas turmas da disciplina de Nutrição Social em que fiz Estágio Ensino e fui monitora voluntária, me despertaram uma paixão incrível pelo ensinar, pela docência e pela construção do conhecimento em um campo tão desvalorizado em nossa profissão. À equipe do Café com Agroecologia pela troca contínua e companheirismo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da UFV pela oportunidade de intenso crescimento. À Comissão Coordenadora e Rô que me permitiram aprender os desafios da Agroecologia enquanto ciência. À amiga Naiara que esteve do meu lado na representação discente sempre com muita empatia e senso de urgência. A todos os colegas do mestrado em Agroecologia com quem pude dividir momentos, conquistas e aprendizados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudo.

Por fim, o meu agradecimento mais especial... a todos que constroem o Quintal Solidário e me permitiram realizar essa pesquisa construindo amizade e respeito com tantas pessoas incríveis. À comissão coordenadora, Silvia, Bianca, Verinha, Elge, Luiza e Ana Lídia, por tanto profissionalismo e zelo pelo projeto. À equipe da ASPUV e ITCP que me receberam como parte da equipe. À Carla, grande parceira, que sempre cuidou de todos os detalhes para que o Quintal Solidário pudesse acontecer. A todos os expositores, expositoras e suas famílias que me receberam em suas bancadas, suas casas e sempre com sorriso no rosto me permitindo conhece-los e a entender como cada um deles constroem uma feira linda, cheia de alegria, como a Agricultura Familiar e Economia Solidária acontecem de fato, na prática.

Agradeço ainda àqueles que construíram as políticas de inclusão do ensino superior e me permitiram, com a cota de escola pública, questionar, pesquisar, estudar e buscar caminhos para que a desigualdade social no Brasil seja enfrentada, especialmente no campo, que é de onde eu vim e de onde aqueles que se voluntariaram nesse trabalho também vieram. Não soltemos nossas mãos... “é preciso estar atento e forte”.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo de busca.
E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria. ”
(Paulo Freire)

BIOGRAFIA

RAQUEL NUNES SILVA, filha de João Batista da Silva e Cecília Nunes Pereira Silva, nasceu em 04 de março de 1991, em Mutum – Minas Gerais.

Ingressou no curso de Nutrição da Universidade Federal de Viçosa (UFV) em março de 2012 e graduou-se Nutricionista em janeiro de 2017.

Iniciou o mestrado em Agroecologia da UFV em março de 2017, submetendo-se à defesa de dissertação em fevereiro de 2019.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Revisão de Literatura

ARTIGO: Economia Solidária e Agroecologia: Relação com a Segurança Alimentar e Nutricional.

Quadro 1: Documentos utilizados para construção do artigo.....	16
Figura 1: Fluxograma das etapas de desenvolvimento do estudo.....	17
Figura 2: Linha histórica da Economia Solidária no Brasil de 2003 a 2016.....	18
Figura 3: Linha histórica da Agroecologia no Brasil de 2003 a 2016.....	20
Figura 4: Linha histórica da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil de 2003 a 2016....	22
Figura 5: Dendograma dos documentos oficiais brasileiros sobre Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Solidária e Agroecologia (2003-2016).....	27
Figura 6: Análise de Similitude dos documentos oficiais brasileiros sobre Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Solidária e Agroecologia (2003-2016).....	28

Metodologia

Quadro 1: Classificação do Estado Nutricional de Adultos.....	40
Quadro 2: Classificação do Estado Nutricional de Crianças e Adolescentes.....	40
Quadro 3: Pontos de corte para perímetro da cintura (PC).....	40
Quadro 4: Ponto de corte para a relação cintura/estatura (RCE).....	40
Quadro 5: Classificação do Estado Nutricional de idosos.....	41
Quadro 6: Classificação dos domicílios quanto a Segurança Alimentar pela EBIA.....	41
Figura 1: Etapas de condução da pesquisa.....	43

Resultados

Artigo 2: Histórico do Quintal Solidário: Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar

Figura 1: Divulgação da I Feira Regional de Economia Solidária, Viçosa-MG.....	53
Figura 2: Primeira reunião entre Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e ITCP-UFV em 2015.....	53
Figura 3: 1ª edição do Quintal Solidário em 20 de setembro de 2016, Viçosa-MG.....	54
Figura 4: Divulgação da feira em Jornal local, Viçosa-MG.....	55
Quadro 1: Atividades realizadas pela equipe do Quintal Solidário por ano.....	57

Figura 5: Croqui do espaço físico da feira Quintal Solidário.....	58
Quadro 2: Quantidade de materiais do Quintal Solidário por instituição financiadora.....	58
Figura 6: Cartaz de divulgação da Chamada Pública do Quintal Solidário.....	60
Figura 7: Percentual de cadastros solicitados por setor de comercialização no Quintal Solidário.....	61
Figura 8: Número de cadastros solicitados ao Quintal Solidário por cidade da Zona da Mata-MG.....	61
Quadro 3: Número de cadastros solicitados ao Quintal Solidário por organização de trabalho.....	62
Figura 9: Apoio autorelatado nos cadastros do Quintal Solidário.....	63
Quadro 4: Atividades e componentes das comissões do Quintal Solidário.....	64
Quadro 5: Objetivos das reuniões realizadas pelas comissões do Quintal Solidário.....	65
Figura 10: Cartazes de divulgação do Quintal Solidário.....	66
Quadro 6: Caracterização dos Expositores do Quintal Solidário quanto ao setor de comercialização e ano de entrada.....	67
Quadro 7: Produtos oferecidos pelo setor de artesanatos do Quintal Solidário por expositor.....	69
Figura 11: Setor de artesanato do Quintal Solidário.....	69
Quadro 8: Alimentos processados oferecidos no Quintal Solidário por expositor.....	70
Figura 12: Setor de Alimentos processados do Quintal Solidário.....	71
Quadro 9: Produtos oferecidos pelo setor de hortifrutigranjeiro do Quintal Solidário.....	72
Figura 13: Setor de hortifrutigranjeiro do Quintal Solidário.....	72
Figura 14: Espaço Infantil do Quintal Solidário, Viçosa-MG.....	73
Figura 15: Atrações culturais do Quintal Solidário, Viçosa-MG.....	74
Quadro 10: Temáticas das Oficinas do Quintal Solidário, Viçosa-MG.....	74
Figura 16: Moedas Sociais utilizadas no Quintal Solidário par troca em óleo de cozinha usado.....	75
Figura 17: Materiais confeccionados pelo Projeto Interação para as lixeiras do Quintal Solidário.....	76
Figura 18: Divulgação de Feira de Troca no Quintal Solidário.....	76
Quadro 11: Atividades de Extensão realizadas no Quintal Solidário.....	77
Quadro 12: Atividades de Pesquisa realizadas no Quintal Solidário.....	78

Quadro 13: Atividades de Ensino realizadas no Quintal Solidário.....	79
Figura 19: Oficina culinária realizada no Departamento de Nutrição e Saúde da UFV com expositora do Quintal Solidário.....	80
Figura 20: Dendograma das relatorias de reuniões do Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar.....	20

Artigo 3: Situação de Segurança Alimentar e Nutricional das famílias que comercializam hortifrutigranjeiro em uma Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar

Figura 1: Cidades de origem das famílias que comercializam na Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária, Viçosa-MG.....	94
Figura 2: Caracterização da população pelas fases da vida, Viçosa-MG.....	95
Tabela 1: Caracterização socioeconômica, Viçosa – MG.....	95
Tabela 2: Distribuição da disponibilidade calórica mensal, segundo procedência dos alimentos, Viçosa-MG.....	97
Figura 3: Estado nutricional de famílias de agricultores de uma Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária, Viçosa – MG.....	98
Figura 4: Risco cardiometabólico pela Relação Cintura Estatura de agricultores de uma Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária, Viçosa – MG.....	98
Tabela 3: Caracterização da situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional, de acordo com múltiplos indicadores, Viçosa-MG.....	100
Figura 5: Opinião dos agricultores sobre a participação na Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária, Viçosa-MG.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAMARE	Associação dos Catadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa
ACAT	Associação dos Catadores de Viçosa
ADAV	Associação de Artesãos de Viçosa
AF	Agricultura Familiar
AGROS	Instituto UFV de Seguridade Social
ASPUV	Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa
ASSOV	Associação de Artesãos e Produtores de Alimentos Caseiros da Região de Viçosa
ATER	Política de Assistência Técnica e Extensão Rural
CADSOL	Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários
CEASA	Central de Abastecimento de Alimentos
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DNS	Departamento de Nutrição e Saúde da UFV
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EN	Estado Nutricional
FAO	Food and Agriculture Organization
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
IMC	Índice de Massa Corporal
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
kg	Quilograma
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
m	Metro
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PANCS	Plantas Alimentícias não Convencionais
PC	Perímetro da Cintura
PCD	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PIB	Produto Interno Bruto

PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPV	Pesquisa de Padrões de Vida
PRONACOOOP	Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONARA	Programa Nacional de Resíduo de Agrotóxico
PRONINC	Programa Nacional de Apoio às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
RCE	Relação Cintura Estatura
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
ST	Segmento de Texto
TA	Termo de Assentimento
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFV	Universidade Federal de Viçosa
VISA	Vigilância Sanitária
ZM	Zona da Mata
WHO	World Health Organization

RESUMO

SILVA, Raquel Nunes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2019. **Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária: implementação, desenvolvimento e situação de (in) segurança alimentar e nutricional das famílias expositoras.** Orientadora: Silvia Eloiza Priore. Coorientadores: Bianca Aparecida Lima Costa, Eliana Carla Gomes de Souza, Ricardo Henrique Silva Santos e Sylvia do Carmo Castro Franceschini.

As feiras são os espaços mais antigos de comercialização e existem desde 2000 a.C. No Brasil elas existem desde o início da colonização portuguesa e constituem importantes espaços de criação de relações sociais e troca de conhecimentos entre consumidores e agricultores e entre os próprios agricultores. Objetivou-se caracterizar a implementação e desenvolvimento de uma Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária em Viçosa/Minas Gerais, como também a situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional das famílias que comercializam hortifrúti. Realizou-se o estudo em duas etapas, sendo uma descritiva e outra uma avaliação com as famílias dos expositores que comercializam hortifrutigranjeiros nesta feira. Na coleta de dados utilizou-se observação participante, análise documental visando a construção da história da feira e entrevistas semiestruturadas com todos os envolvidos na feira. Analisou-se a (In) Segurança Alimentar e Nutricional das famílias, utilizando-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar; indicadores socioeconômicos e demográficos; indicadores antropométricos; análise da disponibilidade alimentar e caracterização da produção de alimentos. O projeto foi aceito pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos e todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Observa-se que a feira foi construída por uma série de atores sociais que de maneira organizada coordenam e possibilitam a realização de diversas atividades para além da geração de renda, como culturais, formativas e possibilitando um espaço de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. As percepções dos atores sociais em relação à feira demonstram a criação de um ambiente de amizade, socialização e de possibilidade de trabalho, fortificando a importância social do projeto. Em relação às famílias agricultoras observa-se que elas estão em situação de Segurança Alimentar e Nutricional pela maioria dos indicadores, entretanto o Estado Nutricional de muitos indivíduos corrobora com os dados nacionais de altas prevalências de excesso de peso. Conclui-se que a experiência da feira tem possibilitado ambiente de inclusão social por meio da socialização e da criação de vínculos entre os atores sociais.

ABSTRACT

SILVA, Raquel Nunes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2019. **Family Agriculture and Solidarity Economy Fair: implementation, development and situation of food and nutrition (in) security of the families.** Advisor: Silvia Eloiza Priore. Co-advisors: Bianca Aparecida Lima Costa, Eliana Carla Gomes de Souza, Ricardo Henrique Silva Santos and Sylvia do Carmo Castro Franceschini.

The fairs are the oldest places of commercialization and have existed since 2000 BC. In Brazil they have existed since the beginning of Portuguese colonization, they are important spaces for the creation of social relations and the exchange of knowledge between consumers and farmers and among the farmers themselves. The objective was to characterize the implementation and development of a Family Agriculture and Solidarity Economy Fair at Viçosa / Minas Gerais, as well as the situation of Food and Nutrition (In) Security of the families that sell vegetables. The study was carried out in two stages, one descriptive and the other an evaluation with the families of the exhibitors who sells produce at this fair. For the data collection we used participant observation, documentary analysis, aiming the construction of the fair's history, and semi-structured interviews with all the social actors involved in the project. The Food and Nutrition (In) Security of the families was analyzed, using the Brazilian Scale of Food Insecurity; socioeconomic and demographic indicators; anthropometric indicators; analysis of food availability and characterization of food production. The project was accepted by the Ethics and Research Committee with Human Subjects and all the participants signed an Informed Consent Term. It is observed that the fair was built by a social actor that in an organized way coordinate and make possible the accomplishment of several activities besides the generation of income, as cultural, formative actions and enabling an indissociability space of teaching, research and extension. The perceptions of the social actors in relation to the fair show the creation of an environment of friendship, socialization and possibility of work, fortifying the project's social importance. In relation to the agricultural families, it is observed that they are in Food and Nutrition Security situation by the majority of the indicators, however the Nutritional Status of many individuals corroborates with the national data of high prevalences of overweight. It is concluded that the experience of the fair has enabled an environment of social inclusion through socialization and the creation of links between social actors.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Essa dissertação é composta por seções gerais: Introdução, Objetivos, Metodologia, Considerações Finais, Apêndices e Anexos.

A Revisão de Literatura aborda duas temáticas, Feiras e Segurança Alimentar e Nutricional, e, ainda, um Artigo original utilizado como base teórica para a construção do trabalho.

Os resultados estão organizados em dois artigos originais.

As referências foram organizadas ao fim de cada seção.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	5
2.1 As feiras livres como espaço de comercialização.....	5
2.2 Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil Rural	8
2.3 ARTIGO 1: Economia Solidária e Agroecologia, relação com a Segurança Alimentar e Nutricional.....	12
3 OBJETIVOS.....	36
3.1 Objetivo Geral.....	36
3.2 Objetivos Específicos	36
4 METODOLOGIA	37
4.1 Delineamento e Casuística.....	37
4.2 PRIMEIRA ETAPA: Conhecendo o Quintal Solidário	37
4.3 SEGUNDA ETAPA: Análise da (In) Segurança Alimentar e Nutricional	38
4.4 Aspectos Éticos e Retorno.....	42
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	46
5.1 Artigo 2: Histórico do Quintal Solidário: Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar	46
Realização de feiras como estratégia de valorização e promoção da agricultura familiar e economia solidária.	78
5.2 Artigo 3: Situação de Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias que comercializam hortifrutigranjeiros em uma Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária.....	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
7 APÊNDICES	107
APÊNDICE A – Roteiros das Entrevistas.....	107
APÊNDICE B – Questionário Socioeconômico e demográfico	110
APÊNDICE C – Antropometria	112

APÊNDICE D – Disponibilidade Alimentar.....	113
APÊNDICE E – Produção de Alimentos	116
APÊNDICE F – Autorização de Publicação de Imagens.....	123
8 ANEXOS.....	124
ANEXO A – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	124
ANEXO B - Parecer do Comitê de Ética	125
ANEXO C – Regimento Interno.....	130
ANEXO D – Edital de Inscrição	136
ANEXO E – Ficha de Inscrição.....	140
ANEXO F – Termo de Compromisso.....	142
ANEXO G – Check list de Atividades do Técnico de Nível Superior	143
ANEXO H – Informativo Quintal Solidário (Comemorativo aniversário de 1 ano).....	150
ANEXO I – Check list da montagem da Feira	158
ANEXO J – Ficha de Controle de atividades dos Expositores	159

1 INTRODUÇÃO

As feiras existiam desde a Idade Média e tinham características semelhantes às atuais; eram locais de relações comerciais e aglomerações de pessoas, geralmente associadas às rotas comerciais. Pode-se perceber que para além da comercialização já eram consideradas local para lazer, trabalho e socialização (VEDANA, 2004).

Nos espaços promovidos pelas feiras criam-se redes de relações, onde várias lógicas coexistem no mesmo espaço, como por exemplo, conhecimento de manejo agrícola, e a própria troca de saberes entre o urbano e o rural. Há um fluxo de interações onde as informações são passadas e esse mesmo fluxo cria interações entre as pessoas que perpassam por esses espaços (SATO, 2007).

As feiras têm papel econômico e social, especialmente para a agricultura familiar, pois a teia de relações estabelecidas permite um fluxo diversificado de mercadorias e de relações sociais, onde o trabalho familiar é valorizado. Além disso, esses espaços têm se estabelecido como um importante dispersor de conhecimento dos princípios agroecológicos (GODOY; DOS ANJOS, 2007).

O espaço das feiras é capaz de proporcionar princípios como a reciprocidade entre os agricultores e entre eles e os clientes, o que não acontece normalmente nos canais convencionais de comercialização, incentivando assim a construção de um comércio mais justo, consumo consciente e consolidação de um circuito curto de comercialização (GODOY; DOS ANJOS, 2007).

O mercado criado a partir do desenvolvimento das feiras dá aos agricultores familiares autonomia frente a comercialização dos produtos. Estes mercados apresentam caráter libertador, uma vez que não existe a dependência de intermediários na comercialização, ao mesmo tempo que incentiva o surgimento e fortalecimento de organizações coletivas sob os princípios da Economia Solidária (ARAÚJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015).

As feiras desempenham aspectos mercadológicos, além de proporcionar um ambiente de encontro entre agricultor e consumidor. Esse contato pode propiciar relações de reciprocidade, amizade, valorização do trabalho e confiança. O ambiente deixa de ser puramente de compra e venda de mercadoria e passa a ser um local de relações humanas, onde a troca de experiências é valorizada (SABOURIN, 2010).

Entretanto, é possível perceber que as feiras possuem dificuldades de logística consideráveis, desde o transporte dos agricultores às feiras até a montagem e execução das mesmas. Mesmo com estes desafios, as feiras com princípios da Agroecologia têm importante

papel na composição da renda familiar dos agricultores, evidenciando assim a necessidade de incentivos governamentais para que estes espaços de comercialização se concretizem (ARAÚJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015).

Nesse contexto, princípios da Economia Solidária são evidenciados, a prática comum de troca de produtos, sementes e experiências entre os feirantes criam laços de solidariedade e fortalecem o grupo, facilitando as ações e tomadas de decisões pelo coletivo. Por isso, as feiras de economia solidária e com produção agroecológica se destacam como uma alternativa de sustentabilidade em vários aspectos, como de renda para as famílias e por se atentarem a questões além da economia, envolvendo aspectos sociais, políticos e ambientais. Tudo isso demonstra a importância social da feira para a família produtora e para a sociedade como um ambiente de promoção de saúde (SANTOS et al. 2014).

Estes espaços das feiras podem ser conceituados como sistemas agroalimentares locais que, segundo Poulain (2013), são canais de comercialização dos alimentos desde a produção até o consumo, envolvendo diversos atores sociais, conhecimentos e fluxo de interações, onde há a coexistência entre agricultores e consumidores. Sendo assim, as feiras podem compreender espaços que permitem o acesso a comercialização de alimentos para agricultores familiares e/ou empreendimentos econômicos solidários. Observa-se ainda, segundo Triches (2015) que estes sistemas agroalimentares são iniciativas contrárias à sociedade de massa e representam espaços de resistência social e política.

Nesse contexto, na cidade de Viçosa-MG foi criado o Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar que acontece na sede da Seção Sindical dos Docentes da UFV (ASPUV). Realizado desde 2016 pela parceria entre o Programa de Extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV) e pela Seção Sindical dos Docentes da UFV (ASPUV), objetiva valorizar e promover a Economia Solidária junto à Agricultura Familiar, de modo a melhorar a renda e a qualidade de vida dos atores envolvidos, integrando o público participante da feira e proporcionando a todos a oportunidade de conhecer e divulgar a Economia Solidária e Agricultura Familiar.

Os expositores do Quintal Solidário são participantes de empreendimentos econômicos solidários e/ou agricultores familiares que utilizam do espaço da feira para além da comercialização dos produtos, realizando a troca de saberes entre urbano-rural e rural-rural. Os grupos presentes na feira representam público diverso, que trabalham com a inclusão social e tem presença considerável da mulher rural. Os tipos de produtos oferecidos são alimentos in natura, minimamente processados, processados e artesanatos.

Além disso, outras atividades são oferecidas, como atrações culturais, realização de oficinas e espaço infantil, para promover um ambiente agradável e um espaço social com ações que integrem saberes e pessoas. O espaço do Quintal Solidário tem permitido, ainda, a realização de atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Dentro desse contexto, é importante entender como e por quem foi construído o Quintal Solidário, além disso, conhecer ainda a situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional das famílias expositoras. A construção dessa sistematização da experiência da feira permite entender o papel social, cultural, político e econômico dos circuitos curtos de comercialização, evidenciando as melhorias nas condições de vida das famílias rurais.

Referências

ARAUJO, T.P.; LIMA, R.O.; MACAMBIRA, J. **Feiras Agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Pernambuco, 2015. 280p.

GODOY, W. I.; DOS ANJOS, F. S. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

POULAIN, J. P. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Tradução de Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Silva Rial, Jaimir Conte. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

SABOURIN, E. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e reciprocidade**. In: 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais: mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político; 2010; Curitiba; Brasil. Montpellier: CIRAD; 2010. p. 1-13.

SANTOS, C. F. et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, 2007.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuad. Desarro. Rural**, Bogotá, v.12, n.75, p.55-75, 2015.

VEDANA, V. **“Fazer a feira”: Estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre**. [Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social], 2004, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 As feiras livres como espaço de comercialização

Existem dados de que desde a Antiguidade as feiras existem, aproximadamente 2000 a.C., na Grécia, Roma, Egito e Mesopotâmia. Depois da queda do Império Romano, houve decadência das feiras na Europa, mas vale ressaltar que em países orientais como China e Índia, elas sempre existiram e prosperaram ao longo do tempo (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013).

O ressurgimento de feiras na Europa tem relação com as rotas comerciais estabelecidas pelas Cruzadas, onde existiam pontos de encontro para trocas e vendas dos excedentes da produção agrícola feudal. As feiras traziam uma dinâmica social para esses locais e foram os pontos de surgimento das cidades na Europa moderna. A colonização Europeia em diversos países levou essa tradição de modo de comercialização para as colônias (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013; DANTAS; PACHELLY, 2008).

No Brasil, a primeira referência de estabelecimento de feira é de 1548, onde em um Regimento enviado por Dom João III ordenava que nas vilas e povoados tivessem pelo menos um dia na semana para realização de feiras. O objetivo era possibilitar as trocas entre nativos e europeus, conhecida como escambo. Entretanto, o primeiro registro oficial data de 1732 no Recôncavo Baiano, a feira de Capoame (DANTAS; PACHELLY, 2008).

Nos séculos XVIII e XIX pode-se observar ascensão das feiras em torno de dois tipos de estrutura econômica, a da cana-de-açúcar e da pecuária. Principalmente no Nordeste, o gado era trocado nas feiras e os pontos de encontros eram aqueles onde tinha maior densidade demográfica, ou seja, onde a economia da cana-de-açúcar estava bem desenvolvida e ali se desenvolveram algumas cidades. Já na região Sudeste, onde havia um grande comércio do café e da mineração, observa-se a instalação desse tipo de comercialização nas rotas dos tropeiros. Houve decadência desse tipo de comercialização com o desenvolvimento dos transportes ferroviários e rodoviários, uma vez que permitia que o excedente da produção viajassem longas distâncias (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013).

Desde a década de 60 houve atenção governamental para a criação de Central de Abastecimento de Alimentos (CEASA) nos estados brasileiros. O objetivo era evitar problemas urbanísticos nas cidades com os comércios informais e vender alimentos baratos na forma de varejo. Esse processo deixa evidente a falta de preocupação no momento em agregar

valor ao serviço prestado pelos agricultores, pois nesse tipo de comércio os lucros se concentram nas organizações privadas varejistas (MOURÃO, 2011).

Na década de 70 ocorreu importante marco que desestabiliza os sistemas agroalimentares tradicionais, a Revolução Verde. O pacote tecnológico oferecido nesse processo, levou a uma erosão da biodiversidade agrícola e ambiental. Houve deterioração progressiva desde a produção do alimento à comercialização, desestruturando, assim, modos de comercialização tradicionais como as feiras (MEIRELLES, 2004).

Observa-se que a partir dos anos 90, houve o surgimento das grandes redes de supermercados, representantes dos circuitos longos de comercialização e que promoveram uma decadência importante dos canais curtos de comercialização, inclusive o setor de alimentos de base ecológica (GUIVANT, 2003).

Entretanto, nesse mesmo período pode-se observar uma importante reflexão sobre a lógica de mercado. Acreditava-se que não existia mercado para os produtos cultivados pela agricultura, porém com o surgimento das organizações cooperativistas pode-se perceber que o que faltava era a efetividade na construção de novos canais de comercialização. Sendo assim, os circuitos curtos de comercialização¹ surgiram como alternativa e foi o início das primeiras feiras livres ecológicas (MEIRELLES, 2007).

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) realizou uma pesquisa em 2012 que identificou 140 feiras ecológicas em 22 das 27 capitais brasileiras, já em 2017 eles registram 691 iniciativas desse tipo e em 2018, foram 841 registros, mostrando assim um crescimento desse tipo de comercialização no Brasil. Darolt (2012) ressalta que os produtos de base ecológica são encontrados nos circuitos curtos de comercialização, principalmente nas feiras, na entrega de cestas em domicílio e nas compras governamentais.

De modo geral, as feiras no Brasil acontecem ao ar livre, possibilitam um encontro de pessoas, mercadorias, conhecimento e capital sob diferentes dimensões. Portanto, as feiras podem ser consideradas como instituições econômicas e um ambiente de prática social, além de uma importante dimensão geográfica sócio espacial e organizativa (DANTAS; PACHELLY, 2008).

¹ Circuitos Curtos de Comercialização são espaços que permitem uma proximidade entre produtores e consumidores e promovem o desenvolvimento local.

Referências

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. **Revista Panam Salud Publica**, Washington, v. 31, n.4, p.290-295, 2012.

DANTAS, G.; PACHELLY, G. Feiras no nordeste. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 7, n. 13, 2008.

DAROLT, M.R. **Conexão Ecológica**: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

GUIVANT, J. S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 62-82, 2003.

IDEC. Rota dos Orgânicos. **Revista do IDEC**, São Paulo, n. 162, p. 20-23, fev., 2012.

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 1, p. 11-14, 2004.

MEIRELLES, L. Sistemas Participativos de Garantia: origem, definição e princípios. **Revista Agricultura Ecológica de AGRECOL**, Cochabamba, n. 7, p. 1-5, 2007.

MOURÃO, I. R. A. **Manual**: Breve História do Sistema de Ceasas no Brasil (1960 a 2007). 2008.

2.2 Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil Rural

As famílias que viviam na zona rural estiveram por um longo período à margem das discussões sobre pobreza no Brasil. Até os anos 2000, não havia um foco de políticas públicas que privilegiassem essa população e o modo de produção agrícola tradicional (CERQUEIRA; ROCHA; COELHO, 2006).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2009 e a de 2013, apontam que existem maiores prevalências de insegurança alimentar moderada e grave em famílias que residem nas zonas rurais de todas as regiões do Brasil. Entretanto, há uma melhora na situação de segurança alimentar destas famílias de 2009 para 2013.

Nesse contexto, há uma dicotomia vivenciada pelas populações rurais, como um ambiente de produção agrícola, mas que se apresenta como um importante cenário de Insegurança Alimentar e Nutricional para as famílias. Observa-se ainda parcela dessa população em situação de fome e desnutrição, contrastando com altas prevalências de excesso de peso e carências nutricionais, alto consumo de produtos ultraprocessados e a presença de alimentos contaminados por metais pesados e por microrganismos (OLIVEIRA 2009; ABRASCO, 2015).

Estudos realizados na zona da mata de Minas Gerais corroboram com a situação nacional, onde grande parte dos domicílios de agricultores familiares avaliados tem se destacado pela Insegurança Alimentar e Nutricional, distrofias nutricionais e presença de doenças crônicas não transmissíveis (GUSMÃO, 2016; LOPES, 2017; MIGUEL, 2018; MORAIS, 2014; TRIVELATT0, 2018; DUTRA, 2018).

No Brasil, é importante ressaltar que existe a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que define o conceito desde 2006: “Garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e que respeitem a diversidade cultural, sendo ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. ” Os princípios básicos dessa lei remetem ao Direito Humano a Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar (BRASIL, 2006).

Estabelecendo-se que as políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento dos grupos populacionais vulneráveis, se tem um marco para a Agricultura Familiar que foi o surgimento, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Entretanto, a partir de 2000, diversos movimentos sociais dos agricultores começaram a reivindicar que existissem ações que ultrapassassem o proposto pelo PRONAF,

exigindo apoio à comercialização dos produtos e acesso aos mercados com garantia de preços (MULLER, 2007).

No Brasil um dos grandes entraves para a Segurança Alimentar das famílias é o acesso a alimentação em qualidade e quantidade suficientes, e, por isso, uma importante estratégia governamental foi o Programa Fome Zero, criado em 2003, e que, apesar de limitações de gestão e articulação governamental, representou um avanço em relação ao combate à fome (BELIK, 2003).

Outro marco importante para o desenvolvimento rural foi a criação, em 2012, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que teve o objetivo de integrar, articular e adequar políticas públicas que possibilitem a transição agroecológica das propriedades rurais no país. Pode-se observar, então, que a agroecologia e a produção orgânica começam a fazer parte das agendas de governo (SAMBUICH, 2017).

Por fim, um dos principais contextos de risco dos agricultores familiares são as vulnerabilidades do mercado onde há considerável perda produtiva e baixa capacidade de investimento nas unidades produtivas. Sendo assim, um ponto importante a ser considerado nas situações de Insegurança Alimentar e Nutricional das populações rurais é o processo produção-comercialização (GRISA et al., 2010; BRASIL, 2013).

Referências

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e sociedade**, v. 12, n.1, p.12-20, 2003.

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)**. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Diário Oficial da União. 2006.

BRASIL. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013; 263 p.

CERQUEIRA, P. S.; ROCHA, A. G. P.; COELHO, V. P. Agricultura familiar e políticas públicas: algumas reflexões sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia. **Revista Desenhahia**, Salvador, v.3, n. 5, set. 2006.

DOSSIÊ ABRASCO: **um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde** / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.624 p.

DUTRA, L. V. et al. Comparação dos diferentes métodos de avaliação da segurança alimentar e nutricional domiciliar na zona rural de uma cidade brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 2, p. 1-17, 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol.46, n.2, p. 481-515, 2008.

GUSMÃO, L. S. **Educação alimentar e nutricional: contribuições para a segurança alimentar e nutricional de famílias de zona rural**. 2016. 187f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Nutrição) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016.

LOPES. S. O. **Impacto de ações de nutrição e saúde no incentivo à produção para o autoconsumo na situação de (In) segurança alimentar e nutricional em agricultores**

familiares no município de Viçosa-MG. 2017. 251f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.

MIGUEL, E. S. **Uso de agrotóxicos na produção de alimentos e condições de saúde e nutrição de agricultores familiares.** 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

MORAES, D.C. **(In) segurança alimentar e nutricional e relação com indicadores sociais, econômicos e nutricionais de famílias residentes de zona rural.** 142p. 2014. Universidade Federal de Viçosa. [Dissertação de Mestrado].

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos** [dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2007.

OLIVEIRA, J. S. et al. Insegurança Alimentar e estado nutricional de crianças de São João do Tigre, no semi-árido do Nordeste. **Rev. bras. Epidemiol**, vol.12, n.3, pp. 413-423, 2009.

SAMBUICH, R. H. R. et al. Análise da construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea).** 2017.

TRIVELLATO, P. T. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): participação da agricultura familiar em Viçosa-MG e a situação de (in)segurança alimentar e nutricional de famílias de agricultores fornecedores.** 2018. 192f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

2.3 ARTIGO 1: Economia Solidária e Agroecologia, relação com a Segurança Alimentar e Nutricional.

Resumo

A Economia Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional são temas complexos que permeiam com a geração de renda, combate às desigualdades sociais e sustentabilidade ambiental. Nas três temáticas há um forte movimento social que contribui para a inclusão dessas áreas em políticas públicas, além de possibilitar a participação da sociedade civil. Objetivou-se verificar a relação entre Economia Solidária e Agroecologia com a Segurança Alimentar e Nutricional no fortalecimento da Agricultura Familiar brasileira nas agendas governamentais. Realizou-se histórico documental com busca sobre as temáticas em bases de dados governamentais. A partir de então criou-se uma linha histórica de cada temática e se desenvolveu análise de conteúdo dos textos a partir do software IRaMuTeQ, com classificação hierárquica descendente e análise de similitude. Observou-se que as agendas governamentais nos anos de estudo proporcionaram interlocução entre as temáticas, além disso o desenvolvimento das políticas públicas se destaca pela semelhança de participação em Conselhos Nacionais e realização de Conferências. Conclui-se que o fortalecimento de mercados solidários para a agricultura familiar são eixos de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Economia Solidária; Agroecologia.

Introdução:

A Economia Solidária se estabelece a partir das relações humanas, onde as redes sociais são valorizadas com a reciprocidade e o pensamento coletivo (LECHAT PAULE, 2012). A solidariedade, segundo Hegner, (1986) pode ser entendida como a junção da reciprocidade, lealdade e do altruísmo. Já a economia tradicional é centrada nos interesses do capital com relações competitivas e individualistas.

Um dos objetivos da Economia Solidária é promover o desenvolvimento local focado no combate à pobreza, evidenciando que as estratégias para esse tipo de desenvolvimento precisam ser coletivas. Com isso, as redes de Economia Solidária representam promoção do desenvolvimento local pois estabelecem via sustentável-solidária como estratégia de mudança (FRANÇA FILHO, 2008).

No Brasil existem experiências de empreendimentos econômicos solidários de diversas naturezas, classificados em: projetos alternativos formados por pessoas de baixa renda situadas à margem do mercado formal; cooperativas autogestionárias de trabalho ou produção e as empresas autogeridas por trabalhadores vindos de empresas falidas do mercado formal. O que existe de comum nos empreendimentos da Economia Solidária é que há participação coletiva no trabalho e na tomada de decisões, posse coletiva dos bens e divisão dos excedentes (LECHAT PAULE, 2012).

A Economia Solidária, como forma de organização econômica da agricultura familiar, pode potencializar os modos de produção, comercialização e agregação de valor aos produtos. Para o fortalecimento desse mercado, há necessidade de políticas públicas adequadas visando o apoio e fomento aos agricultores e suas famílias (MENDANHA, 2010).

O modo de produção e comercialização solidário é visto, no Brasil, como uma alternativa; uma vez que existe necessidade de organização e efetividade de políticas públicas para potencializar e desenvolver esse tipo de organização coletiva (POCHMANN, 2004).

Os processos de produção de alimentos dos empreendimentos econômicos solidários geralmente estão relacionados ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), à medida que se posicionam contra as desigualdades sociais e promovem geração de renda. Esse conceito encontra-se nas agendas governamentais a partir de programas e políticas públicas que promovem o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (BRASIL, 2006).

No Brasil, a Lei Orgânica de SAN (2006), define: “Garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e que respeitem a diversidade cultural, sendo ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. ” Os princípios básicos dessa lei remetem ao DHAA e a Soberania Alimentar.

O relatório da FAO sobre o Estado da Insegurança Alimentar no mundo (2014), apresenta que o Brasil saiu do mapa da fome, indicando reflexo positivo de estratégias governamentais de combate à fome, desnutrição e extrema pobreza. A criação de políticas públicas e integração entre diversos setores, como por exemplo, a agroecologia e economia solidária na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, foi decisivo para esse cenário.

A compreensão de Agroecologia se dá como um conjunto de estudos dos processos econômicos e dos agroecossistemas, e também como um agente de mudanças sociais e ecológicas (GLIESSMAN, 2000). Altieri (2012) aponta que o desafio é conseguir ajudar os

agricultores a traduzirem os princípios da agroecologia em técnicas e estratégias práticas para aumentar a produção, a estabilidade e a resiliência dos sistemas, conforme as oportunidades, as limitações de recursos e os mercados locais.

Um marco importante para o desenvolvimento rural sustentável foi a criação, em 2012, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que tem o objetivo de integrar, articular e adequar políticas públicas que possibilitem a transição agroecológica das propriedades rurais no país. Com isso, a agroecologia e a produção orgânica começaram a fazer parte das agendas de governo possibilitando a promoção da Soberania Alimentar e SAN no país (SAMBUICH, 2017).

Apesar da agricultura familiar contribuir com 80% da alimentação da população brasileira (IBGE, 2006), observa-se escassez de estudos de saúde pública que relacionem a situação da população rural em relação a Agroecologia e a SAN (AZEVEDO; PELICONI, 2012).

Nesse sentido, importante reflexão se faz nas experiências de produção, comercialização e geração de conhecimentos na Agroecologia, Economia Solidária e SAN como um campo político e social de articulação e experimentação (SCHIMITT, 2010). As práticas dos movimentos da Agroecologia e Economia Solidária tem se consolidado na conquista do direito à Soberania Alimentar e SAN, mesmo possuindo diferentes estratégias de ação. Os movimentos se fortalecem na luta pelos objetivos comuns favorecendo a luta camponesa pelos direitos humanos (DUBEUX; BATISTA, 2017).

Ressalta-se que o Brasil é um país historicamente caracterizado pela concentração fundiária, enorme discrepância salarial e herança escravocrata ainda presente nas relações de trabalho, exigindo então, políticas públicas compensatórias para superar a extrema pobreza. Destaca-se o período de 2003 a 2016 com a implantação de políticas públicas visando o enfrentamento das desigualdades, elevação dos gastos sociais e assim alcançando resultados exitosos nesse sentido. Entretanto, esses avanços não foram suficientes para combater totalmente as desigualdades sociais, principalmente nas regiões onde os problemas estão mais enraizados (SILVA, 2018).

A Agroecologia, Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional são campos de atuação distintos, mas se convergem no combate às desigualdades sociais brasileiras, sendo assim, são pautas para o desenvolvimento de Agendas Governamentais. Para isso, entende-se como políticas públicas as ações governamentais implementadas por meio dos programas. Destaca-se ainda as políticas sociais, essenciais para a proteção social proposta pelo Estado,

visando diminuição das desigualdades estruturais. Essas políticas, em sua maior parte, têm raízes nos movimentos populares (HOFLING, 2001; SOUZA, 2006).

A Constituição de 1988 foi um marco nos esforços para uma cidadania permeada pela proteção social, mesmo apresentando fragilidades no sistema brasileiro. Destaca-se na “Era Lula” esforços para expandir e redirecionar políticas sociais, reformulando programas já existentes e criando novos, possibilitando avanço nessas políticas públicas. Enfatiza-se o Programa Fome Zero que, de forma integrada, abordou temáticas distintas com o objetivo de combate às desigualdades sociais no âmbito federal (CUNHA, 2012).

Nesse período observa-se a presença de espaços participativos para manutenção da qualidade da democracia. Os Conselhos são colegiados que promovem diálogo entre sociedade civil e poder público para a formulação, gestão ou controle de políticas públicas. Apesar de estarem diretamente ligados a órgãos do poder executivo, tem representantes da sociedade civil e se tornam canais de participação política. Ainda, há as Conferências que são espaços institucionais de participação e deliberação das diretrizes de políticas públicas. Ambas as organizações são importantes instrumentos do processo democrático brasileiro e tiveram destaque nas temáticas de Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Solidária e Agroecologia (FARIA; SILVA; LINS, 2012; ALENCAR, 2013).

Observa-se então a importância do fortalecimento nas agendas governamentais de mercado para agricultura familiar com comércio justo, organizações coletivas de economia solidária e incentivo a produções Agroecológicas. A promoção da SAN nesse contexto se dá com a geração de renda dessas famílias e com produções sustentáveis de alimentos, inclusive para o autoconsumo.

O objetivo deste artigo foi verificar a relação entre Economia Solidária e Agroecologia com a Segurança Alimentar e Nutricional no fortalecimento da Agricultura Familiar brasileira nas agendas governamentais.

Metodologia:

Foi realizado histórico documental baseado em levantamento bibliográfico dos termos “Economia Solidária”, “Segurança Alimentar e Nutricional” e “Agroecologia” no contexto de políticas públicas, programas governamentais e agendas de governo nos anos de 2003 a 2016. O período foi definido pela emergência, no setor governamental, destes assuntos durante esses anos, culminando na consolidação das temáticas em documentos oficiais. O levantamento bibliográfico foi realizado em 2017 e 2018, com buscas nos documentos oficiais do extinto

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Trabalho e Emprego; Relatórios das Conferências Nacionais; Planos e Programas de Governo; Políticas e Decretos.

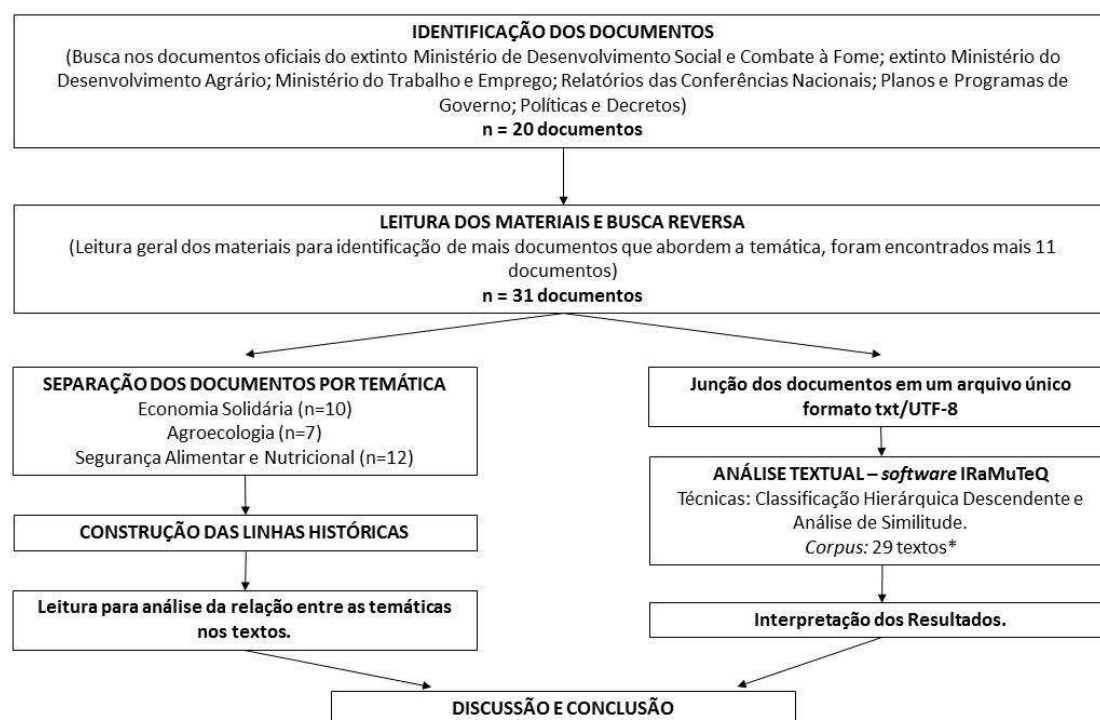
Incluiu-se no histórico, os documentos que no período de análise foram determinantes na construção da Economia Solidária, SAN e/ou Agroecologia em agendas governamentais (Quadro 1).

Quadro 1: Documentos utilizados para construção do artigo.

Documentos utilizados para a temática Economia Solidária
1 - Relatório da 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária
2 - Relatório da 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária
3 - Cartilha Boas Práticas em Economia Solidária no Brasil
4 - Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003
5 – Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010
6 – Documento Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária
7 – Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003
8 – Linha Histórica do site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária
9 – 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)
10 – Decreto nº 8.163, de 20 de dezembro de 2013
Documentos utilizados para a temática Agroecologia
1 – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
2 – II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
3 – Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009
4 – Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006
5 – Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012
6 – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
7 – Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos
Documentos utilizados para a temática Segurança Alimentar e Nutricional
1 – Programa de Aquisição de Alimentos
2 – Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010
3 – Emenda Constitucional nº64, de 4 de fevereiro de 2010
4 – Estratégia Fome Zero
5 - Relatório Final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

6 – Relatório Final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
7 – Relatório Final da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
8 – Relatório Final da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
9 – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2012-2015)
10 – Lei nº11.346, de 15 de setembro de 2006
11 – Plano Brasil sem Miséria
12 – II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2016-2019)

As etapas do estudo foram: identificação dos documentos; leitura dos materiais; busca reversa; construção de linha histórica para cada tema; análise da relação de cada documento com as palavras-chave do estudo; análise textual e discussão dos dados (**Figura 1**).



*Um dos textos não pode ser convertido para o formato suportado no software.

Figura 1: Fluxograma das etapas de desenvolvimento do estudo.

Para análise textual utilizou-se o software IRaMuTeQ (Interface de R pela análise multidimensional de textos e questionários) (RATINAUD, 2009). Na análise dos conteúdos textuais utilizou-se as técnicas: Classificação Hierárquica Descendente² e Análise de

² Na Classificação Hierárquica Descendente os segmentos de textos e seus vocabulários são correlacionados, formando um esquema hierárquico de classes de vocabulário. A partir dela, os pesquisadores podem inferir o conteúdo do corpus, nomear a classe e compreender grupos de discursos/ideias.

Similitude³, que agrupam e organizam graficamente as palavras de acordo com as frequências de aparecimento nos textos.

O corpus⁴ foi constituído por 29 textos, sendo eles específicos de cada temática: Segurança Alimentar e Nutricional (n=12), Economia Solidária (n=10) e Agroecologia (n=7), agrupados em um único arquivo de 2212 páginas em formato .txt/UTF-8. A Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011) foi utilizada para a interpretação dos resultados obtidos no software.

Resultados e Discussão:

A construção da linha histórica de cada tema foi realizada com os documentos disponíveis no período determinado do estudo (**Figura 2, 3 e 4**).

Para construção das linhas históricas foram utilizados 30 documentos oficiais, nos quais 66,7% (n=20) pode-se perceber intercessões entre os temas analisados Agroecologia, Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional.

Os documentos que relacionam Economia Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional trabalham com a relevância do desenvolvimento desses assuntos nas agendas de governo e também mostram a importância da relação entre eles.

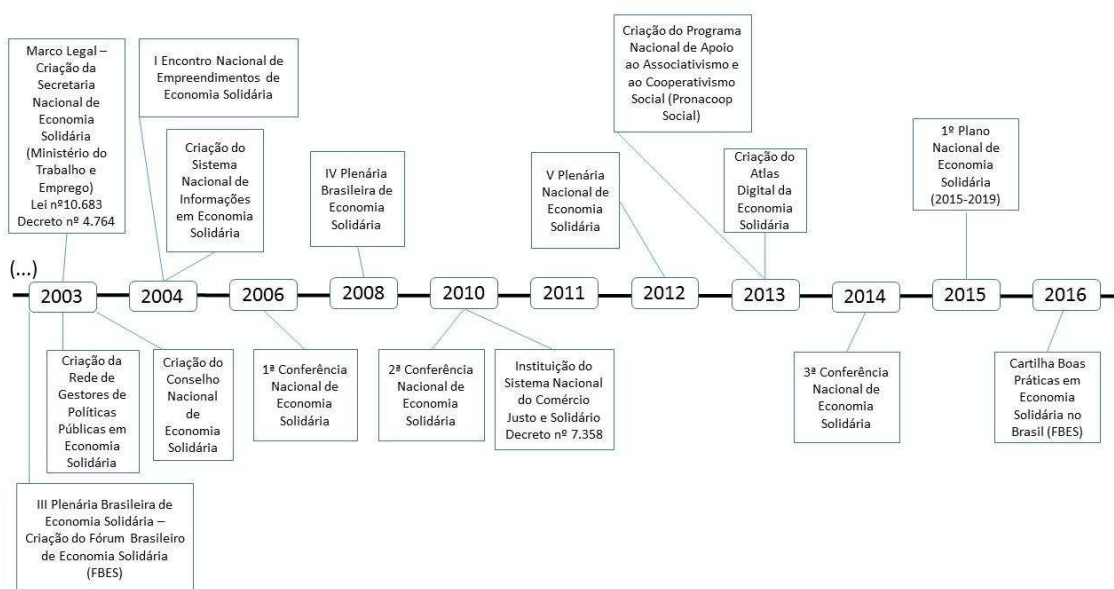


Figura 2: Linha histórica da Economia Solidária no Brasil de 2003 a 2016.

³ Análise de Similitude mostra uma imagem que representa a ligação entre as palavras do corpus textual. A partir desta análise é possível inferir a estrutura de construção do texto e temas de relativa importância.

⁴ O Corpus é criado a partir do conjunto de “Textos” (nomenclatura do IRaMuTeQ) que se pretende analisar.

A Economia Solidária no Brasil na década de 90 foi caracterizada pela presença da luta dos movimentos sociais. Essa organização popular culminou, em 2003, na oficialização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) na III Plenária Brasileira de Economia Solidária, contribuindo assim para constituição do marco legal de criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. De 2003 a 2016 a participação popular nos conselhos e nas organizações das conferências e plenárias permitiu a manutenção da temática nas agendas governamentais (Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, 2016; COSTA, 2013).

Dez documentos foram analisados para construção da linha histórica de Economia Solidária, dos quais três abordam a temática da Segurança Alimentar e Nutricional e Agroecologia e, em dois, os termos são abordados de forma individual. A I Conferência Nacional de Economia Solidária traz no seu conceito e fundamentação básica que a Segurança Alimentar é privilegiada por esse tipo de economia. Pontua que a Economia Solidária deve ser incentivada para o fortalecimento da Agroecologia e no desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis. Reforça os ganhos da interlocução entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária e outros Ministérios no combate à extrema pobreza, fome e Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil (BRASIL, 2006).

O relatório da II Conferência Nacional de Economia Solidária reforça a necessidade da interlocução entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária e as políticas setoriais de SAN, agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável, agroecologia e reforma agrária no combate às desigualdades. Apresenta que a Economia Solidária, ao promover a agroecologia, valoriza os povos e comunidades tradicionais e contribui com a produção de alimentos mais sustentáveis e comércio justo. Assim, considera-se o caráter transversal e estruturante da economia solidária para que articule com as políticas ambientais e se incorpore no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2010).

A partir da II Conferência destaca-se a criação do Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social (Pronacoop Social) e atualização do Atlas Digital da Economia Solidária, culminando assim em um amadurecimento do assunto no Brasil e possibilitando criar direcionamentos (FBES, 2018).

O Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) aborda que é necessária a inclusão da temática nas diretrizes e estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional, Agroecologia, luta pela terra e defesa do meio ambiente. Como diretrizes, traz a importância das políticas públicas na garantia do acesso às compras públicas por empreendimentos econômicos solidários; a articulação e integração das políticas públicas em Economia

Solidária para garantir a transversalidade dos programas de SAN e Agroecologia e estímulo aos empreendimentos da agricultura familiar que foquem na Agroecologia. As ações propostas permeando as três temáticas são a: formação técnica permanente em permacultura e agroecologia que possibilitem a produção, comercialização e consumo de alimentos com garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2015)

Desde a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária se iniciou o processo de mapeamento dos empreendimentos econômico solidários. Como resultado criou-se um banco de dados, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) que sistematizou um Atlas digital da Economia Solidária que mostra que em 2018, 55% (n=10.793) dos empreendimentos econômicos solidários tem atuação rural, 10% (n=2.058) urbana e rural e 35% (n=7.203) urbana no ano de 2018. Esse resultado e as análises documentais demonstram como as ações deste tipo de economia estão fortemente ligadas ao meio rural e a reorganização dos sistemas alimentares em uma situação econômica de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional pela produção de base agroecológica (SIES, 2018).

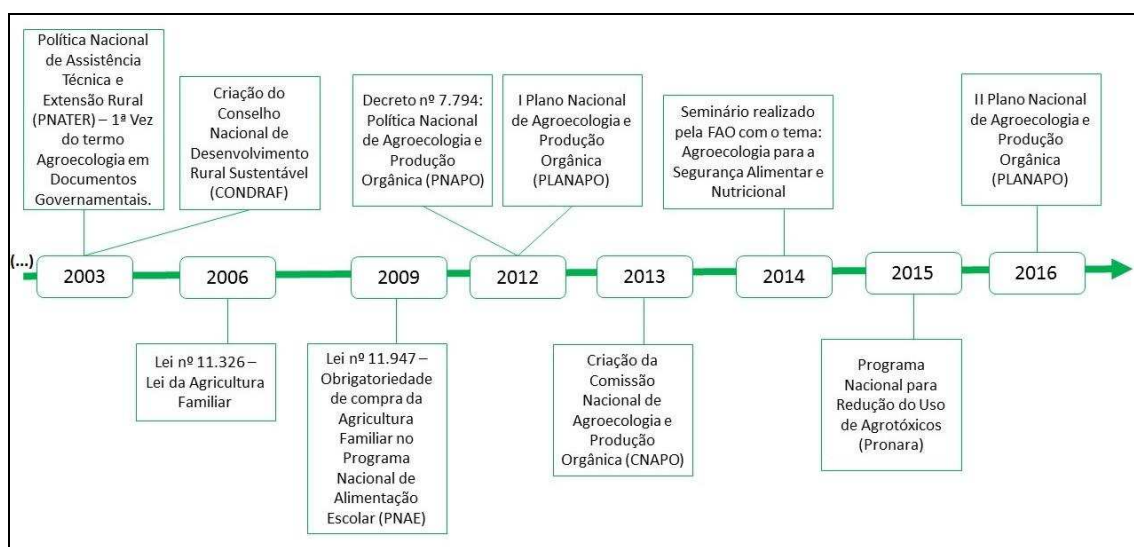


Figura 3: Linha histórica da Agroecologia no Brasil de 2003 a 2016.

Utilizou-se sete documentos para construção da linha histórica da Agroecologia (Figura 3) sendo que destes, três relacionavam com Segurança Alimentar e Nutricional e Economia Solidária e três somente com SAN.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2003 trouxe pela primeira vez o termo Agroecologia nos documentos governamentais e objetivou contribuir para melhoria da renda da população rural, segurança alimentar e diversificação da produção. A Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) dá importância aos princípios da Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional uma vez que

reconhece a pluralidade do meio rural e a necessidade de valorização das experiências locais (BRASIL, 2004).

A Lei nº 11.947 (2009) aborda a obrigatoriedade de compras da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribuem para a melhoria da situação de segurança alimentar e nutricional no Brasil e a saída do mapa da fome. Os dois programas trabalham a rede de proteção social, onde os fornecedores de alimento são beneficiados pela geração e renda e os consumidores se beneficiam pela qualidade e quantidade de alimentos oferecidos. Além de promover a SAN, esses programas promoveram crescimento das formas de organização associativa e cooperativista na agricultura familiar, estabelecendo mais uma vez a relação com a Economia Solidária (FAO, 2014; BRASIL, 2003).

O Programa Nacional de Resíduo de Agrotóxico (Pronara), criado em 2015, traz a Agroecologia como modo de produção no campo, livre de agrotóxico, que garante a Segurança Alimentar e Nutricional. Os debates foram construídos com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho Nacional de Saúde reforçando a transdisciplinaridade do tema e necessidade de questionamentos sobre o atual sistema alimentar com impactos ambientais e de saúde (Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO, 2014).

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) (2012-2015) buscou integração com o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Plano Nacional de Políticas para as mulheres e o Plano Nacional de Direitos Humanos visando a diminuição das fragilidades econômicas e sociais no campo. Assumiu ainda as mesmas diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), promovendo a soberania e segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada por meio de produtos de base agroecológica. O PLANAPO ressalta a garantia do reconhecimento das mulheres na produção de alimentos e na preservação ambiental, observando principalmente o protagonismo feminino nos quintais produtivos. Como meta estabelece a promoção e apoio aos empreendimentos econômicos solidários a fim de consolidar os circuitos curtos de comercialização (BRASIL, 2013).

O segundo PLANAPO (2016-2019) tem como objetivo melhorar e promover a segurança alimentar das famílias assentadas, povos indígenas e comunidades tradicionais; incentivar cooperativas e associações a ocupar espaços de comercialização de produtos

orgânicos e de base agroecológica. Estabelece estratégias no que se refere ao fortalecimento de atores locais com a priorização dos circuitos curtos de comercialização (BRASIL, 2016).

Os documentos analisados a respeito da agroecologia e fortalecimento da agricultura familiar nas agendas governamentais nos anos estudados reforçam a relação com a Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que a produção saudável, valorizando a cultura alimentar local e promovendo os sistemas agroalimentares locais fortalecem as três temáticas.

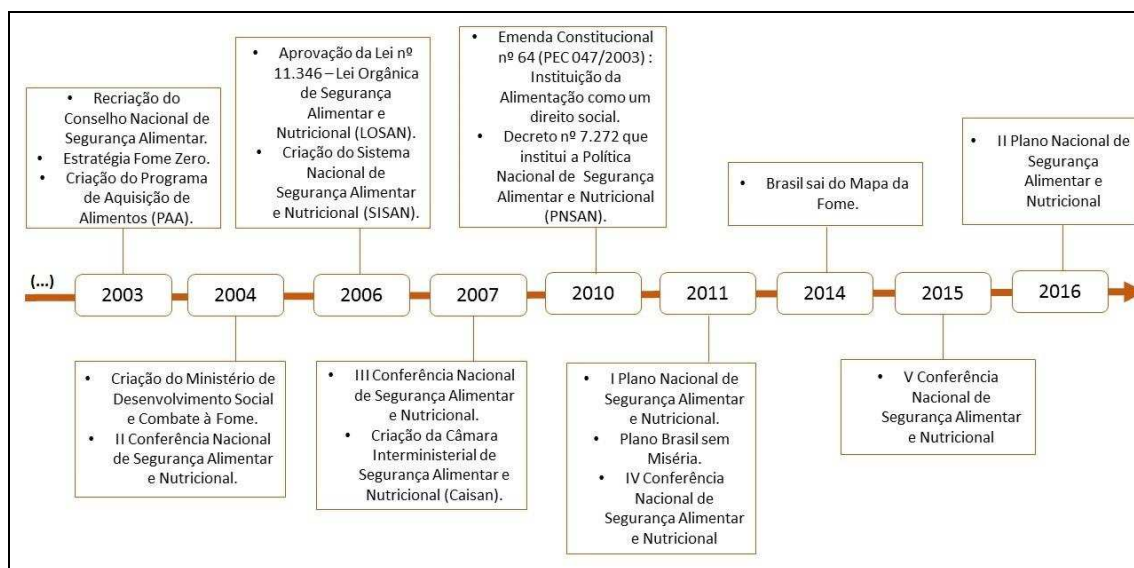


Figura 4: Linha histórica da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil de 2003 a 2016.

Foram doze documentos utilizados para construção da Linha histórica da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (Figura 4), destes, sete abordam as temáticas de Economia Solidária e Agroecologia e dois, pelo menos um dos temas.

Na relação entre as temáticas, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) tem como diretriz a promoção do abastecimento e estruturação de sistemas alimentares justos e descentralizados. E como ações governamentais ao cumprimento dessa diretriz tem-se: apoio de crédito à agricultura familiar; garantia de preços diferenciados; assistência técnica e extensão rural; reforma agrária; agricultura urbana e periurbana; abastecimento; pesca e aquicultura; economia solidária (BRASIL, 2010).

A Estratégia Fome Zero foi um marco para a SAN no Brasil e um dos seus eixos de atuação é a geração de renda, destacando-se a promoção da Economia Solidária. Uma das ações desenvolvidas para atingir esse objetivo foi o atendimento às demandas dos empreendimentos econômicos solidários – acesso a bens e serviços financeiros, infraestrutura, assessoramento e assistência técnica pelo Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. No eixo de geração de renda ainda foram oficializadas parcerias para o

desenvolvimento da Economia Solidária como a com a Fundação Banco do Brasil e com o Banco do Nordeste do Brasil (FAO, 2010).

Destaca-se também o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), que desenvolveu ampliação das incubadoras nas universidades brasileiras, fortalecendo os espaços de formação e conhecimento do assunto. Observa-se, portanto, que a transferência de renda desenvolvida pela Estratégia Fome Zero foi promotora da SAN, e que a potencialização da economia solidária foi um exemplo de complementariedade para atingir a geração de renda e garantia da SAN (BRASIL, 2010; FAO, 2010).

Quanto a geração de renda na Estratégia Fome Zero, ressalta-se, especificamente para a população rural, o crescimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que passou a estimular a produção orgânica e de base agroecológica. Reforçando que para o enfrentamento de crises no sistema alimentar, faz-se necessário o apoio a agricultura familiar de base agroecológica (FAO, 2010).

A Estratégia Fome Zero trouxe que para a geração de renda da população rural uma das ações seria a comercialização de alimentos da Agricultura Familiar e o estímulo a organizações econômicas solidárias. Por isso, foi institucionalizado, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Lei nº 10.696, demonstrado em diversos estudos como exemplo de boas práticas de políticas públicas e essencial para a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014.

O PAA foi criado então com objetivos que promoviam a SAN: incentivar a produção de alimentos pela agricultura familiar; geração de renda; criação de canais de comercialização para Agricultura Familiar; inclusão social no campo com o fortalecimento da agricultura familiar e combate à fome. Com essa inclusão produtiva, os empreendimentos econômicos solidários tiveram crescimento expressivo. Sendo assim, o PAA fortalece os circuitos curtos de comercialização, aumenta a produção da agricultura familiar com valorização daquelas de base agroecológica e protege a economia dos mais pobres (BRASIL, 2003; FAO, 2010; FAO, 2014).

Nesse período, as Conferências Nacionais de SAN tiveram destaque ao promover encaminhamentos importantes para o desenvolvimento das agendas de governo. A II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional teve como um de seus princípios a promoção da agricultura familiar baseada na agroecologia e como uma de suas propostas prioritárias a geração de renda com a economia solidária. As ações propostas foram a

capacitação e apoio à comercialização de produtos da economia solidária; promoção das formas de organização associativas e cooperativistas e redes de economia solidária com estímulo do comércio e consumo local; integração das ações de Economia Solidária nos espaços de discussão da SAN; implementação de programas de formação para o desenvolvimento de prática agrícola agroecológica em um contexto de economia solidária; articulação dos programas de transferência de renda com iniciativas de capacitação para o mercado pela economia solidária; inserção nos currículos escolares e de graduação temáticas que abordem direito humano a alimentação, agroecologia e economia solidária; promoção das pesquisas científicas e assistência técnica sobre agricultores agroecológicos e empreendimentos econômicos solidários na promoção da SAN (BRASIL, 2004).

Já a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional priorizou as atividades geradoras de trabalho digno e que promovessem a distribuição da riqueza na medida em que ela fosse produzida. Para isso, foi proposto adotar a economia solidária como estratégia política de desenvolvimento nacional, de fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica e de promoção da segurança alimentar e nutricional. O incentivo aos circuitos curtos de comercialização foi uma proposta para promoção da agroecologia, incentivo à transição agroecológica e Direito Humano a Alimentação Adequada, além do fortalecimento do PAA. Foi proposto ainda, a articulação entre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e o Programa de Comércio Justo e Solidário, além do apoio ao Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES) e construção de agendas coletivas entre os conselhos nacionais desses setores (BRASIL, 2007).

A IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional trouxe como diretriz a promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos. No relatório final destaca-se a agroecologia como eixo central das discussões para mudanças no sistema alimentar e como forma de garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional. A Conferência coloca como projeto político e afirma a necessidade da construção da Política e do Plano Nacional de Agroecologia como contraponto ao agronegócio e monocultivo e incentivo progressivo a substituição do uso de agrotóxicos por práticas alimentares agroecológicas. Além disso, propõe o fomento a transição agroecológica, proteção das sementes crioulas e como papel da Economia Solidária, o incentivo ao mercado justo, faz-se necessário a inclusão de feiras e mercados populares agroecológicos para geração de renda e do Direito Humano a Alimentação Adequada (BRASIL, 2011).

O Relatório final da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional aborda a contribuição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica a transformação dos sistemas alimentares no Brasil. Além disso, reforça a importância do fortalecimento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), da implementação do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara) e da criação de uma política nacional de agricultura urbana e periurbana que promova a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e a autonomia dos povos pela Economia Solidária (BRASIL, 2015).

Destaca-se o papel das mulheres e do feminismo na construção dos espaços de agroecologia, economia solidária e SAN e da importância desse olhar específico nas agendas governamentais. Propõe a formação e especialização técnica, para atender as famílias da agricultura familiar e empreendimentos econômicos solidários de base agroecológica (BRASIL, 2015).

Mais uma vez é colocada a necessidade de estreitamento de laços entre os órgãos colegiados para aperfeiçoamento do Consea: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf), Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), Conselho Nacional de Economia Solidária, Conselho Nacional de Saúde (CNS). Por fim, faz-se necessário a garantia do cadastro dos empreendimentos econômicos solidários para fortalecimento do mercado solidário e obtenção de comida de verdade convergindo os princípios da economia solidária, agroecologia e SAN (BRASIL, 2015).

Em relação ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2012-2015), a Agroecologia e a Economia Solidária aparecem fortemente ligadas a SAN por conta das deliberações da IV Conferência. Destaca-se a busca pela articulação na criação do Plano de SAN com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Dentre as metas definidas observa-se o apoio a transição agroecológica, a experiências de produção e redes de promoção da agroecologia e da agricultura orgânica e a circuitos curtos de comercialização, de economia solidária e mercado justo. Uma diretriz importante a se considerar é a de promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos que traz como metas a ampliação de compras de alimentos agroecológicos no PAA e em outros mercados, além do fortalecimento da agricultura familiar por meio da agroecologia e economia solidária (BRASIL, 2012).

O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2016-2019) tem como base alguns encaminhamentos da V Conferência que objetivam a transição agroecológica e consolidação da agricultura urbana. Ressalta-se a importância da agroecologia em todo o sistema alimentar para a promoção do abastecimento e acesso regular e permanente à alimentação adequada e saudável. As ações propostas vão de acordo com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e as agendas de legislação sanitária para agricultura familiar, economia solidária, agricultura urbana e soberania e segurança alimentar e nutricional. As metas definidas valorizam as mulheres, juventude do campo, quilombolas, indígenas e assentados da Reforma Agrária, focando nos espaços de formação e geração de renda para que essas famílias acessem ao mercado justo e solidário (BRASIL, 2017).

Após a IV Conferência, em 2011, o Plano Brasil sem Miséria foi instituído com o objetivo de erradicar a pobreza extrema, consolidando ações importantes definidas nos Planos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. Uma das prioridades definidas foi o meio rural com o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. A fortificação do PAA também continua tendo papel importante na geração de renda, estímulo à produção agroecológica e organizações econômicas solidárias promovendo assim a SAN. Destaca-se que a Política Nacional de Economia Solidária passou a compor as estratégias de inclusão produtiva do Plano. As ações de economia solidária no âmbito da inclusão produtiva beneficiaram diretamente 233.094 pessoas, no fortalecimento e fomento de 10.925 empreendimentos econômicos solidários.

Os materiais de Segurança Alimentar e Nutricional reforçam a relação transdisciplinar entre as temáticas agroecologia, economia solidária e SAN, onde a reorganização dos sistemas alimentares é o ponto central. A necessidade de se ter a produção de alimentos de base agroecológica geridos durante o processo até a comercialização por empreendimentos econômicos solidários são eixos construtores da Segurança Alimentar e Nutricional.

Para a análise textual, constituiu-se o corpus geral com 29 textos, separados em 18.831 segmentos de texto (ST)⁵, com aproveitamento de 17.911 ST (95,11%). Considerando ponto de corte de aproveitamento de 70% (CAMARGO; JUSTO, 2013), emergiram 669.457 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos).

O conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes de conteúdo divididas em duas ramificações (A e B) do corpus total em análise. O subcorpus A “Segurança Alimentar e Nutricional no enfrentamento da pobreza”, composto pela Classe 2 - Agenda de Segurança

⁵ Segmentos de texto no IRaMuTeQ são recortes de texto de mais ou menos três linhas segmentados dos textos como trechos que expressam algum sentido.

Alimentar e Nutricional no Brasil (2.711 ST – 15,14%) e Classe 1 - Situação da População Brasileira (3.812 ST – 21,28%). O subcorpus B “Atuação das Políticas, Programas e Planos de Governo” apresenta a Classe 4 - Produção Agrícola (5.870 ST – 32,77%) e a Classe 3 - Organização Política (5.518 ST – 30,18%) (**Figura 5**).

O subcorpus A compreendeu 36,42% de frequência de aparecimento no corpus geral e demonstra a relevância da SAN nestes documentos, dando assim uma subdivisão somente a essa temática que, pela complexidade, se intersecciona com as outras. A Classe 2, então, traz os principais eixos onde essas temáticas se interagiram e tiveram atuação importante no país: Estratégia Fome Zero, com ênfase no Programa Bolsa Família; Brasil sem Miséria e Brasil Carinhoso. Nesse contexto, a Classe 1 apresenta os principais resultados dessas ações que foram diminuição da extrema pobreza, fome e desnutrição e oportunidade de renda para as classes mais pobres.

Por outro lado, o subcorpus B que compreendeu 62,95% do conteúdo geral, apresenta a atuação dessas agendas governamentais. Na Classe 4 se demonstra a importância da produção de alimentos saudáveis, de base familiar, com valorização das comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas, além de incentivar os mercados para esse público por meio da Economia Solidária.

Já a Classe 3 aborda a construção de todos os materiais de maneira similar do ponto de vista organizativo, com atuação dos Conselhos, da sociedade civil organizada, movimentos sociais, promovendo assim ações participativas e mais coerentes com a realidade do povo.

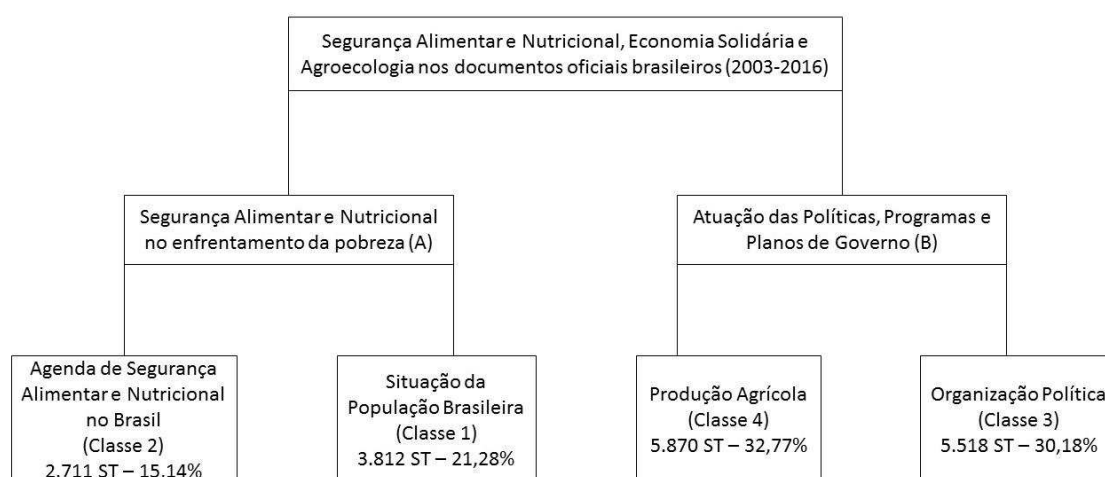


Figura 5: Dendrograma dos documentos oficiais brasileiros sobre Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Solidária e Agroecologia (2003-2016).

A Classificação Hierárquica Descendente, por meio do Dendograma permitiu entender a construção das três temáticas por grupos de conteúdo, reforçando então o papel da SAN nessa interlocução e das políticas participativas, além do foco de atuação central no combate à pobreza, principalmente no meio rural.

Para a Análise de Similitude optou-se por utilizar palavras ativas com frequência de aparição maior que 400, para obter imagem limpa e legível. A partir dessa análise é possível identificar as ocorrências e indicações de conexão entre as palavras, identificando assim a estrutura do conteúdo do corpus. Ressalta-se que o tamanho dos halos coloridos é proporcional à frequência das palavras nos textos e a espessura das arestas indica a força de conexão entre as palavras (**Figura 6**).

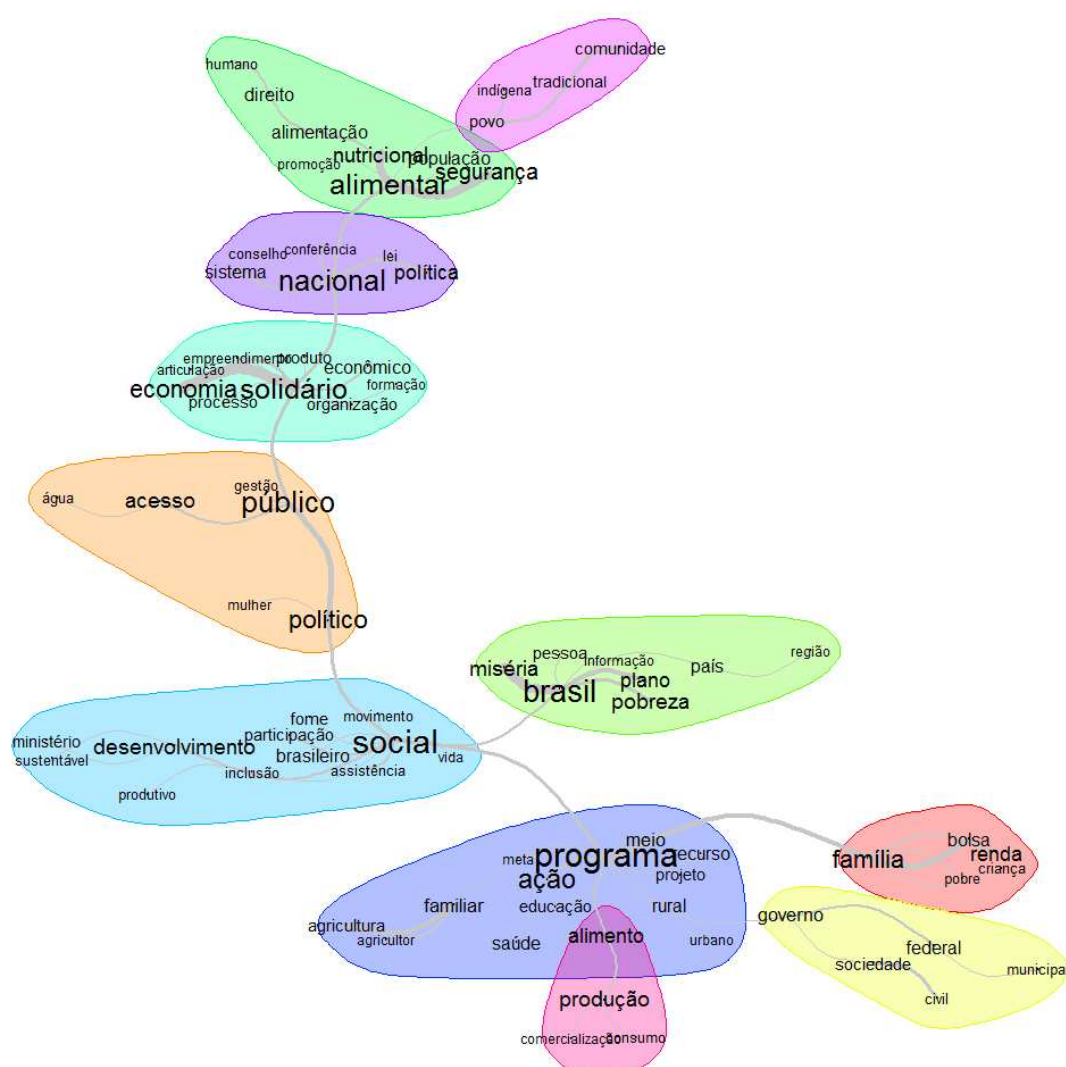


Figura 6: Análise de Similitude dos documentos oficiais brasileiros sobre Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Solidária e Agroecologia (2003-2016).

Pode-se inferir que o Desenvolvimento Social é o eixo de discurso central dos documentos e dele partem temáticas para a resolutividade deste problema como a Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Solidária e Organizações por meio das Conferências, Conselhos e Políticas Públicas com foco de ações no combate às desigualdades sociais. A análise demonstra ainda que a extrema pobreza é foco primordial de ação para alcançar o desenvolvimento social. Em relação aos programas e ações ressalta-se o Bolsa Família e as iniciativas de incentivo à produção e comercialização de alimentos. Observa-se também a necessidade de alcançar as esferas governamentais municipais, estaduais e federais.

Caporal e Petersen (2012) ressaltam que o grande desafio para o desenvolvimento rural no Brasil é ter um plano político livre dos interesses do agronegócio, permitindo a participação da sociedade civil e com exercício da democracia. González de Molina (2009) também traz em que é imprescindível que a agroecologia esteja no âmbito político das nações.

Observa-se então, que no período de análise (2003 a 2016) emergiu a construção de ações governamentais sobre esses temas e em todos eles tiveram participação da sociedade civil com os conselhos e construção dos planos de governo nas Conferências Nacionais. Houve a construção de um modelo participativo popular dentro destes assuntos e prioridade de inclusão nas agendas de governo. Grisa e Schneider (2014) abordam que as políticas públicas de agricultura familiar passaram a ter posturas críticas da sociedade civil e caracterizam uma parceria na execução das políticas públicas.

A agroecologia, como uma agricultura sustentável e inclusiva socialmente pode promover a SAN. Para isso, se faz necessário o fortalecimento das populações camponesas e dos movimentos sociais, além do cumprimento do papel do Estado ampliando o acesso a alimentos saudáveis e com criação de mercados mais solidários. Nos anos de 2003 a 2016 o contexto político nacional favoreceu as ações de Agroecologia e SAN (CANAVESI, 2016).

Belik (2003) demonstra que a segurança alimentar no Brasil está associada a renda da população e não só à oferta de alimentos, que estes são disponíveis, mas não acessíveis à população mais pobre. Dá destaque ao empoderamento da comunidade proporcionado pelo Fome Zero, o que vai de encontro a emergência de empreendimentos econômicos solidários e movimentos agroecológicos. A população, empoderada, pode se organizar coletivamente e participar de movimentos sociais que promovessem a geração de renda.

Além disso, a transferência condicionada de renda foi essencial para o combate à pobreza no Brasil, mas é imprescindível garantir a integração entre os programas sociais e

fortalecer os Conselhos Nacionais como campos de ação estratégicos da sociedade civil nos governos (BURLANDY, 2009).

Neste contexto, a Secretaria Nacional de Economia Solidária trabalhou para que o combate à pobreza fosse feito mediante políticas sociais, com financiamento de iniciativas e dando oportunidades às camadas de baixa renda (SINGER, 2004). Além dessas ações ligadas à agricultura familiar, com enfoque na agroecologia são ações de promoção de saúde no campo e na cidade (PAULA et al, 2017).

As práticas de comércio pelos circuitos curtos de comercialização são manifestadas em feiras, organização de grupos de consumo e de redes solidárias, indicando que esta é uma estratégia capaz de contribuir para o DHAA, tanto para aqueles que produzem como para a sociedade em geral (DUBEUX; BATISTA, 2017).

Os planos e conferências nacionais de Economia Solidária, Agroecologia e Produção Orgânica e SAN reforçam que a adesão aos empreendimentos econômicos solidários envolve movimentos sociais, geração de renda, priorização dos circuitos curtos de comercialização, luta pela terra e defesa do meio ambiente. Todos esses resultados da Economia Solidária na perspectiva da Agroecologia contribuem para Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que corroboram com o conceito de SAN estabelecido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006).

Conclusão

A análise documental permitiu inferir que existiram esforços nas agendas de governo para que a interlocução entre SAN, Agroecologia e Economia Solidária fosse estabelecida.

O fortalecimento de mercados solidários para a agricultura familiar é capaz de promover a SAN, aumentando a renda e condições de vida das famílias, propiciando assim que os alimentos cheguem para a população e incentivando a produção diversificada baseada na Agroecologia.

A temática abordada nesse histórico documental almeja incentivar as discussões sobre o tema, valorizar as agendas políticas que trabalham com esses assuntos de forma transdisciplinar e contribuir para a literatura científica.

Referências

ALENCAR, J. et al. Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais. **Sociologias**, v. 15, n. 32, 2013.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012. 400p.

Atlas Digital da Economia Solidária. Disponível em: <http://atlas.sies.org.br/sobre.html>

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. **Revista Panam Salud Publica**, Washington, v. 31, n.4, p.290-295, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2012. p. 279.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e sociedade**, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.

BRASIL. **1º Plano Nacional de Economia Solidária**: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável (2015 – 2019). Conselho Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2015.

BRASIL. Decreto n. 4764, de 24 de junho de 2003. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego. **Diário Oficial da União**, nº 120, 2003.

BRASIL. Decreto n. 7272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial da União**, 2010.

BRASIL. Decreto n. 7358, de 17 de novembro de 2010. Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional. **Diário Oficial da União**, 2010.

BRASIL. Decreto n. 7794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial da União**, 2012.

BRASIL. Decreto n. 8163, de 20 de dezembro de 2013. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social – Pronacoop Social. **Diário Oficial da União**, edição extra, 2013.

BRASIL. **Documento base da I Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES**: Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento. Brasília, 2006.

BRASIL. **Documento final da II Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES**: Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável. Brasília, 2010.

BRASIL. **III Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES:** Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa sustentável. Brasília, 2014.

BRASIL. Lei n. 10683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, seção 1, 2003.

BRASIL. Lei n. 10696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural. **Diário Oficial da União**, 2003.

BRASIL. Lei n. 11326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 2006.

BRASIL. Lei n. 11346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. **Diário Oficial da União**, 2006.

BRASIL. Lei n. 11947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa dinheiro direto da escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO (2012-2015)**. Brasília: MDS; CIAPO, 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO (2016-2019)**. Brasília: MDS; CIAPO, 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANASAN (2012-2015)**. Brasília, DF: CAISAN, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANASAN (2016-2019)**. Brasília, DF: MDSA, CAISAN, 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004.

BRASIL. Relatório final. **4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Alimentação adequada e saudável: Direito de todos**. Salvador, 2011.

BRASIL. Relatório final. **5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar**. Brasília, 2015.

BRASIL. Relatório final. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: A construção da política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Olinda, 2004.

BRASIL. Relatório final. **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: Por um desenvolvimento sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Fortaleza, 2007.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, 2009.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, 2013.

CANAVESI, F. C.; MOURA, I. F.; SOUZA, C. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Segur. Aliment. e Nutr.**, Campinas, v.23, p.1019-1030, 2016.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, v. 6, p. 63-74, 2011.

CNAPO (Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica). **Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos**. Brasília: Brasil Agroecológico, 2014.
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em:
<http://www4.planalto.gov.br>

COSTA, B. A. L. ENTRE TEORIA E PRÁTICA: a experiência da economia solidária no Brasil a partir de uma abordagem internacional. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-MG, 2013.

CUNHA, G. C. Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas a economia solidaria (2003-2010). 2012.

DE PAULA, M. M.; DE OLIVEIRA, A. L.; DA SILVA, J. L. G. Promoção da saúde e produção de alimentos na agricultura familiar. **Revista Interação Interdisciplinar**, v. 1, n. 1, p. 50-67, 2017.

DUBEUX, A.; BATISTA, M. P. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 227-249, 2017.

FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.

FAO. **The State of food insecurity in the world 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome: FAO, 2014.

FARIA, C. F.; SILVA, V. P.; LINS, I. L. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 249-284, 2012.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). **Boas práticas em economia solidária no Brasil**. Brasília: CEA, 2016.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Disponível em: <http://fbes.org.br/>

FRANÇA FILHO, G. C. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 45, p. 219-232, 2008.

GLIESSMAN, S. R.; **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 653p

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible: La necesidad de una Agroecología Política. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, p. 17-70, 2009.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

GUIMARAES, G.; SCHWENBERG, A. **Diretrizes para políticas públicas de economia solidária:** a contribuição dos gestores públicos. 2004.

HÖFLING, E. et al. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, 2001.

LECHAT PAULE, N. M. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n. 1, 2002.

LIMA, J. C. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a consituição do campo de pesquisa no Brasil. In: GEORGES, I. P. H.; LEITE, M. P. (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 195-226.

MENDANHA, J. F. Economia solidária e agricultura familiar. **Revista Científica do Itpac**, 2010.

POCHMANN, M. **Economia solidária no Brasil:** possibilidades e limites. 2004.

RATINAUD, P. IRAMUTEQ: Interface de R pour lês analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires **[Computer Software]**. 2009. Disponível em: <www.iramuteq.org>.

Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Disponível em: <http://rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/r-1-carta-de-apresenta%C3%A7%C3%A3o-Sec-Exec-Bahia.pdf>

SAMBUICH, R. H. R. et al. Análise da construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea)**. 2017.

SCHMITT, C. J. Economia Solidária e Agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. **IPEA**, 2010.

SILVA, L.C. **Desigualdades sociais no Brasil: fios condutores, enfrentamento no período 2003 a 2014 e resultados alcançados**. 2018. 192f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.

SINGER, P. A economia solidária no governo federal. **IPEA**, 2004.

Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Disponível em:
<http://sies.ecosol.org.br/sies>

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. 2006.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Caracterizar a implementação e desenvolvimento de uma Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária em Viçosa/Minas Gerais, como também a situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional das famílias que comercializam hortifrúti.

3.2 Objetivos Específicos

- Construir o histórico da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária;
- Sistematizar a percepção dos atores quanto as relações sociais estabelecidas e as melhorias econômicas e sociais a partir da criação da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária;
- Caracterizar a situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional das famílias de expositores que comercializam hortifrúti na Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária.

4 METODOLOGIA

4.1 Delineamento e Casuística

O trabalho foi realizado em duas etapas. Na primeira tratou-se de um delineamento descritivo, onde construiu-se o histórico do projeto “Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar”, em que foram realizadas entrevistas com todos os atores sociais envolvidos na construção da feira. Na segunda etapa tratou-se de avaliação da situação de Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos agricultores e agricultoras familiares e integrantes de Empreendimentos da Economia Solidária que expõe hortifrutigranjeiros na feira.

A população do estudo foi composta na primeira etapa por todos os atores sociais que estiveram envolvidos com o Quintal Solidário: Comissão coordenadora; equipe ITCP e ASPUV; parceiros e expositores que participaram do projeto no período de 1 ano e meio de realização da feira (setembro de 2016 a março de 2018). Já a segunda etapa foi trabalhada com as famílias dos expositores que comercializam alimentos in natura (hortifrutigranjeiros) no Quintal Solidário.

Houve apresentação do projeto na reunião mensal com o grupo de expositores, na reunião da comissão coordenadora e para a parceira EMATER, com o objetivo de apresentar o trabalho, esclarecer possíveis dúvidas e convidá-los a serem voluntários no projeto.

Foram incluídos no estudo todos os atores sociais envolvidos com o Quintal Solidário (comissão coordenadora; equipe ITCP e ASPUV; parceiros e expositores) e as famílias dos agricultores que comercializam ou comercializaram hortifrutigranjeiro no Quintal Solidário, que aceitaram participar mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou Termo de Assentimento.

4.2 PRIMEIRA ETAPA: Conhecendo o Quintal Solidário

A pesquisa descritiva foi utilizada na primeira etapa com o objetivo de construir a história da feira desde a concepção até um ano e seis meses de existência.

A coleta de dados nesta etapa teve caráter qualitativo e estrutura semelhante ao proposto por Assis (2016): uma pesquisa descritiva, com informações coletadas a partir de observação, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas.

A etapa observacional foi realizada com presença durante um ano nas reuniões da comissão coordenadora, dos expositores, dos estagiários da ITCP e durante a realização da feira. Realizou-se registros e anotações em caderno de campo, com o objetivo de enriquecer

as informações para caracterização do Quintal Solidário, complementando o processo descritivo da pesquisa. Optou-se pela observação-participante, para que a rotina e logística de organização da feira fosse entendida cotidianamente, podendo-se evidenciar os principais desafios e limitações desses processos e criando relações de confiança com os atores sociais do Quintal Solidário.

Para complementariedade de informações na análise descritiva, realizou-se pesquisa documental nos materiais existentes desde a criação do Quintal Solidário: regimento interno, relatorias, termos de compromisso, editais e planilhas de controle interno, materiais de divulgação da feira.

Para finalizar o estudo descritivo, realizou-se entrevistas semiestruturadas nessa etapa para que todos os que tiveram relação na concepção e/ou realização do Quintal Solidário pudessem expor opiniões e trazer visões distintas dos processos. As entrevistas foram guiadas por perguntas abertas (**Apêndice A**), corroborando com os objetivos do estudo.

As entrevistas foram previamente agendadas e o local acordado entre a pesquisadora e os voluntários individualmente. Os entrevistados foram aqueles que durante o primeiro ano do Quintal Solidário fizeram parte dos grupos: comissão coordenadora, equipe da ITCP e da ASPUV, parceiros e expositores. Quanto aos expositores, muitos deles tem mais de um representante da família e/ou empreendimento expondo nas barracas, por isso o critério para definição de quem responderia as entrevistas foi o agricultor(a) familiar ou representante responsável pelo empreendimento econômico solidário que estava como responsável na ficha de inscrição de participação do Quintal Solidário. Para que todas as informações fossem registradas, utilizou-se gravador de voz e todas as falas foram posteriormente transcritas e analisadas.

A análise de dados se deu pelo preconizado por Bardin (2012) na análise de conteúdo, adotando-se as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação. Utilizou-se para as relatorias e entrevistas o software IRaMuTeQ (Interface de R pela análise multidimensional de textos e questionários), desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009). Utilizou-se como instrumentos metodológicos de análise de dados qualitativos a Classificação Hierárquica Descendente e Análise de Similitude.

4.3 SEGUNDA ETAPA: Análise da (In) Segurança Alimentar e Nutricional

Realizou-se estudo transversal com todas as famílias dos expositores que comercializam ou comercializaram alimentos in natura no Quintal Solidário (n=10). Para

análise da situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional destas famílias, utilizou-se diversos indicadores para complementariedade das informações, uma vez que a SAN tem uma abordagem multifacetada como proposto por Dutra et al (2018).

O instrumento utilizado para coleta foi questionário estruturado aplicado com os agricultores da população de estudo. Para caracterização destas famílias, coletou-se as seguintes informações a respeito dos membros da família: sexo, idade, escolaridade, tamanho da família, etnia e estado civil. A caracterização das condições de moradia e habitação foram realizadas com referência na metodologia Pesquisa de Padrões de Vida – PPV (IBGE, 1998) **(Apêndice B)**.

Para avaliação do Estado Nutricional, as medidas antropométricas foram aferidas de todos os membros da família: peso, altura e perímetro da cintura **(Apêndice C)**. Utilizou-se balança digital eletrônica (Marte) com capacidade máxima de 150kg e precisão de 100g para aferição do peso e para estatura utilizou-se estadiômetro vertical, com régua de madeira e base metálica, dividido em centímetros e subdividido em milímetros, com extensão de 2,13m (Altuxata). As orientações para avaliação antropométrica dos participantes foram a seguinte: pesou-se os voluntários usando roupas leves, descalços e sem portar objetos pesados (BRASIL, 2011). No momento de aferição da estatura os participantes estavam descalços, de costas para o equipamento, com tornozelos unidos, calcanhares na barra, postura ereta, braços ao longo do corpo e olhar para o horizonte.

A partir destes valores, fez-se a classificação do Estado Nutricional (EN) pelo cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC), utilizando-se o peso (kg) dividido pela altura (m) ao quadrado. O EN dos adultos foi avaliado pelo IMC, segundo a WHO (1998), já para crianças e adolescentes utilizou-se os índices E/I e IMC/Idade (WHO, 2006; WHO, 2007). Avaliou-se a desnutrição pregressa por meio da altura/idade, utilizando-se as referências da curva da WHO (2007), para os adultos e idosos foi considerado o ponto de corte de 19 anos.

O procedimento para aferição do perímetro da cintura foi na altura da cicatriz umbilical, com expiração normal, em triplicata (McCARTHY et al, 2001). Esse valor permitiu o cálculo da relação cintura/estatura (RCE), importante preditor de risco cardiometabólico (RODRIGUES, 2010).

Os valores encontrados na avaliação antropométrica foram classificados de acordo com ponto de corte estabelecidos para idade e sexo dos participantes (Quadro 1 a 5).

Quadro 1: Classificação do Estado Nutricional de Adultos.

ESTADO NUTRICIONAL	IMC (kg/m ²)
Baixo Peso	< 18,5
Eutrofia	≥18,5 e < 25,0
Sobrepeso	≥25,0 e < 30,0
Obesidade	≥ 30,0

Fonte: WHO, 1998.

Quadro 2: Classificação do Estado Nutricional de Crianças e Adolescentes

Estatura	Estatura/idade
Baixa estatura	< escore-Z -2
Estatura adequada	≥ escore-Z - 2
Estado Nutricional	IMC/idade
Baixo peso	< escore-Z - 2
Eutrofia	≥ escore-Z - 2 e < escore-Z +1
Sobrepeso	≥ escore-Z +1 e < escore-Z +2
Obesidade	≥ escore-Z +2

Fonte: WHO, 2006; WHO, 2007.

Quadro 3: Pontos de corte para perímetro da cintura (PC) de Adultos

Sexo	Risco Aumentado	Risco Substancialmente Aumentado
Masculino	≥ 94cm	≥ 102cm
Feminino	≥ 80cm	≥ 88cm

Fonte: WHO, 1998.

Quadro 4: Ponto de corte para a relação cintura/estatura (RCE)

RCE
Mulheres e homens ≥ 0,5 (indicativo de excesso de gordura abdominal)

Fonte: ASHWELL; HSIEH, 2005.

Quadro 5: Classificação do Estado Nutricional de idosos.

Estado Nutricional	IMC (kg/m²)
Baixo peso	< 23,0
Eutrofia	≥ 23,0 e < 28,0
Sobrepeso	≥ 28,0 e < 30,0
Obesidade	> 30,0

Fonte: OPAS, 2002.

Em relação a Disponibilidade Alimentar utilizou-se com as famílias o material elaborado por Dutra (2013) com adaptações, ou seja, incluindo novos alimentos na lista. Realizou-se então um levantamento dos alimentos disponíveis nos últimos 30 dias (**Apêndice D**). O responsável pela aquisição da alimentação da família foi orientado a relatar o quantitativo deste alimento disponível no domicílio e qual a origem (produção, compra, doação ou troca).

Para análise dos dados foi feita a conversão de pesos para calorias, calculados no software Avanutri. Para o cálculo da disponibilidade calórica per capita diária, dividiu-se a quantidade calórica disponível total no domicílio por 30 dias e então dividido pelo número de membros da família que moram no domicílio.

Utilizou-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (**Anexo A**) como um instrumento que permitiu visualizar a percepção quanto a insegurança alimentar, pois é o único indicador direto de SAN. O instrumento foi aplicado com o agricultor (a), onde as perguntas foram direcionadas aos últimos três meses. Os resultados permitiram classificar os domicílios quanto a insegurança alimentar em níveis de intensidade: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, moderada ou grave (Quadro 6).

Quadro 6: Classificação dos domicílios quanto a Segurança Alimentar pela EBIA

Categoria	Número de Pontos (Família com menores de 18 anos)	Número de Pontos (Família sem menores de 18 anos)
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar Leve	1 – 5	1 – 3
Insegurança Alimentar Moderada	6 – 9	4 – 6
Insegurança Alimentar Grave	10 – 14	7 – 8

Fonte: PEREZ-ESCAMILLA, 2004.

As características da produção de alimentos, tipo de manejo e utilização de insumos foram coletadas em um questionário semiestruturado com os agricultores ou agricultoras, bem como percepção de melhorias ocorridas durante a participação na feira (**Apêndice E**).

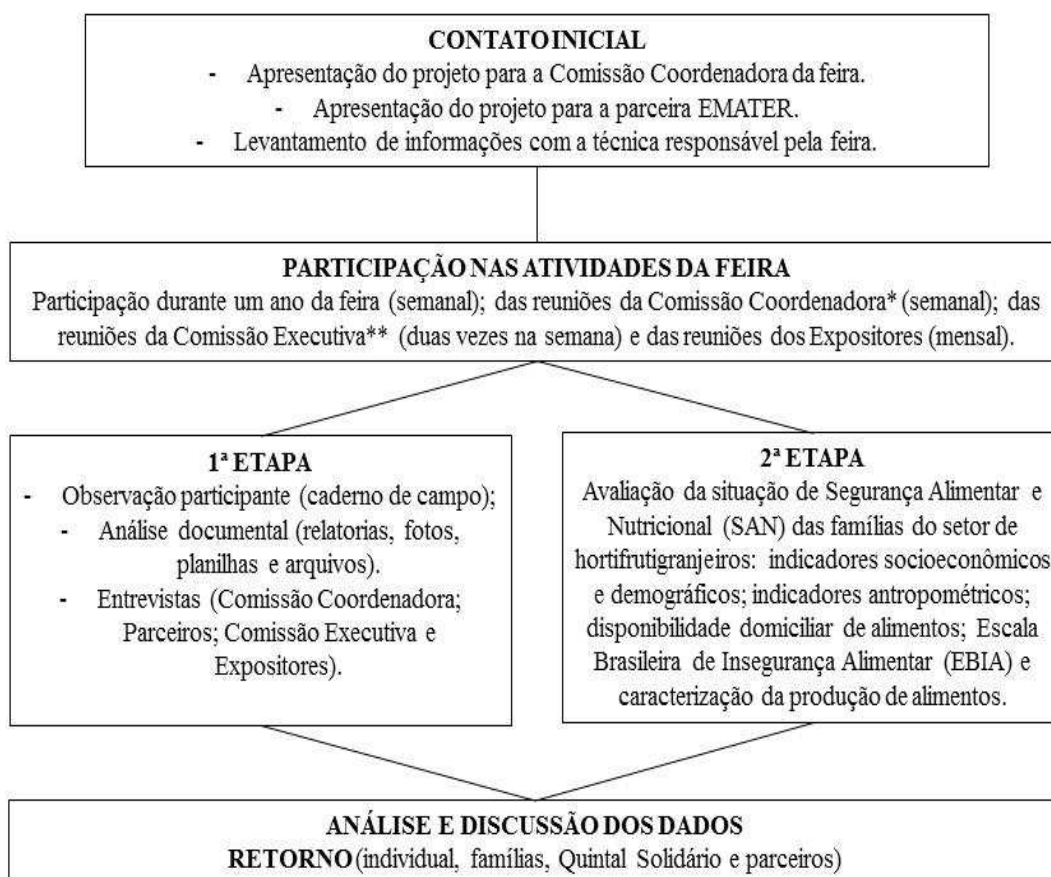
O banco de dados foi construído no Microsoft Office Excel, com digitação em duplicata. Para análise dos dados quantitativos realizou-se a estatística descritiva: frequências, estimativas de medidas de tendência central e de dispersão, com apresentação gráfica e tabular.

4.4 Aspectos Éticos e Retorno

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa/MG e aprovado sob número de parecer 2.425.454 (**Anexo B**).

Todos os voluntários que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou o Termo de Assentimento (**Apêndice F**) e receberam orientações e esclarecimento de dúvidas sempre que necessário.

O retorno individual quanto à avaliação do estado nutricional foi feito imediatamente após a realização das medidas. Os resultados finais deste estudo estarão disponíveis e serão apresentados à Prefeitura Municipal de Viçosa-MG, para todas as equipes envolvidas no Quintal Solidário (comissão coordenadora, equipe ITCP e ASPUV, expositores e parceiros).



*Comissão Coordenadora é composta por equipe ASPUV, ITCP, técnico e parceiros. **Comissão Executiva é composta pela equipe ITCP e técnico.

- Todos os voluntários assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido nas duas etapas do estudo.

Figura 1: Etapas de condução da pesquisa.

Referências

- ASSIS, S. C. R. **Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade compra institucional, na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais e situação de (in) segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiários fornecedores**. 2016. 319f. Dissertação [Mestrado em Agroecologia]. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2012. p. 279.
- BRASIL, SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional-SISVAN. 2011.
- DUTRA, L. V. **Insegurança Alimentar e Nutricional e produção para o autoconsumo na zona rural de São Miguel do Anta, Minas Gerais**. 2013. 118f. Dissertação [Mestrado em Agroecologia]. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.
- DUTRA, L. V. et al. Comparação dos diferentes métodos de avaliação da segurança alimentar e nutricional domiciliar na zona rural de uma cidade brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 2, p. 1-17, 2018.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa sobre Padrões de Vida: 1996-1997**. Rio de Janeiro, 1998.
- MCCARTHY, H. D.; ASHWELL, M. A study of central fatness using waist-to-height ratios in UK children and adolescents over two decades supports the simple message-keep your waist circumference to less than half your height. **Int J Obes**, Londres, v. 30, p. 988-992, 2006.
- PEREZ-ESCAMILLA, R., SEGALL-CORRÊA, A.M., MARANHA, L.K., SAMPAIO, M.F.A., MARÍN-LEÓN, L., PANIGASSI, G. An adapted version of the U.S. Department of Agriculture Food Insecurity Module is a valid tool for assessing household food insecurity in Campinas, Brazil. **Journal of Nutrition**, v. 135, p. 1923-8, 2004.

RATINAUD, P. IRAMUTEQ: Interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires [**Computer Software**]. 2009. Disponível em: <www.iramuteq.org>.

RODRIGUES, S. L.; BALDO, M. P.; MILL, J. G. Associação entre a razão cintura-estatura e hipertensão e síndrome metabólica: estudo de base populacional. **Arq Bras Cardiol**, v. 95, n. 2, p. 186-191, 2010.

WHO - World Health Organization. Obesity: Preventing and managing the global epidemic – Report of a WHO consultation on obesity. **WHO Technical Report Series** n. 894. Geneva, Switzerland: WHO, 2000.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. ONIS, M.; ONYANGO, A.W.; BORGHI, E.; SIYAM, A.; NISHIDA, C.; SIEKMANN, J. Development of a WHO growth reference for school-aged children and adolescents. **Bulletin of the World Health Organization** 2007, p. 660-667.

WHO. World Health Organization. WHO Child Growth Standards: Length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age. **Methods and development. WHO (nonserial publication)**. Geneva, Switzerland: WHO, 2006.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Artigo 2: Histórico do Quintal Solidário: Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar

Resumo

As feiras são organizações comerciais muito antigas que além da comercialização, estimula desenvolvimento de relações pessoais. Objetivou-se sistematizar a experiência da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária – Quintal Solidário. Como instrumentos metodológicos utilizou-se a pesquisa documental, observação participante e análise de conteúdo de relatorias. A busca se deu de documentos desde o início da feira, setembro de 2016, até março de 2018. O Quintal Solidário é realizado todas as quartas feiras de 17h às 20h na Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa (ASPUV), campus da Universidade Federal de Viçosa (UFV), localizado na cidade de Viçosa, região da Zona da Mata de Minas Gerais. A Feira é uma iniciativa da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV) e Seção Sindical dos Docentes da UFV (ASPUV), em parceria com o Departamento de Nutrição e Saúde da UFV, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Associação de Artesãos e Produtores de Alimentos Caseiros da Região de Viçosa (ASSOV), Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) e Rede Raízes da Mata. Entre seus objetivos, está a valorização e promoção da economia solidária, com a construção de formas alternativas de mercado, que viabilizem os circuitos curtos de comercialização e a valorização dos produtos em uma relação mais justa e solidária entre consumidores e produtores para a melhoria de renda e da qualidade de vida dos membros do coletivo, integrando o público participante do evento e proporcionando a todas e todos a oportunidade de conhecer e divulgar a economia solidária, agricultura familiar e agroecologia. Com a demanda da ITCP-UFV de estabelecer espaço onde fosse possível adquirir produtos diretamente dos empreendimentos solidários, produzidos na região, conhecendo e valorizando a cultura local, além da geração de renda por meio de práticas do consumo solidário, surge esta experiência. A feira possuía 28 expositores, até a data da avaliação final desse estudo, participantes de empreendimentos econômicos solidários (grupos, associações, cooperativas) e/ou agricultores familiares que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL). Estes utilizam do espaço da feira para além da comercialização dos produtos, realizando a troca de saberes entre urbano-rural e rural-rural. Os grupos presentes na Feira representam um público diverso,

que trabalham com a inclusão social e tem presença considerável da mulher rural. São oferecidos alimentos in natura, minimamente processados e processados além de artesanatos. Acontecem ainda, atrações culturais, realização de oficinas e espaço de integração infantil, que proporcionam um ambiente agradável e um espaço social com ações que integram saberes e pessoas. Para minimizar os impactos ambientais foi feita a parceria com o Projeto InterAção, programa de extensão da UFV, que elabora materiais educativos para os consumidores sobre coleta seletiva. Existe também um ponto de coleta de óleo de cozinha usado que é trocado por moeda social e utilizada em compras na feira. O espaço do Quintal Solidário tem propiciado a realização de diversas atividades de pesquisa, ensino e extensão. Essa experiência tem atuado e desenvolvido o sistema agroalimentar local com o incentivo ao circuito curto de comercialização; promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: feira; agricultura familiar; economia solidária; segurança alimentar e nutricional.

1 Introdução

Desde a Idade Média as feiras apresentam características semelhantes às atuais; eram locais de relações comerciais e aglomerações de pessoas, geralmente associadas às rotas comerciais. Pode-se perceber que para além da comercialização já era considerado um local para lazer, trabalho e socialização (VEDANA, 2004).

A venda direta de produtos locais para alimentação é uma atividade milenar que sofreu transformação radical a partir do século XX com a intensificação e especialização agrícola. Esse tipo de comercialização resiste com o tempo, onde se vê agricultores familiares comercializando sua própria produção ou o comércio das feiras livres em que muitas vezes os feirantes compram os produtos nos Centros de Abastecimento (CEASAS) para comercializá-los (BADUE; GOMES, 2011).

Observa-se então dois tipos de feiras, aquelas em que o agricultor está de fato comercializando o seu produto e aquelas em que tem um atravessador para a comercialização. Com isso as diferenças passam a ser sociais, na geração de renda, e também no tipo de manejo agrícola, na maioria das feiras livres com atravessadores, a produção de alimentos é convencional, com uso de agrotóxicos (BADUE; GOMES, 2011).

Por isso, estimular os mercados locais, aproximar produtores e consumidores e estimular a compra de alimentos de base ecológica em circuitos curtos de comercialização são desafios para criar um modelo de consumo baseado nos circuitos curtos de comercialização (DAROLT, 2013).

Por conta da natureza da composição agrícola diversificada, com baixa escala de produção e oferta irregular, os agricultores familiares têm explorado várias formas de venda direta de seus produtos, como feiras livres, cestas domiciliares, cooperativa de consumidores e programas governamentais, o que configura os circuitos curtos de comercialização (SCHMITT, 2011).

Contudo, as feiras livres ainda constituem o principal meio de escoamento da produção familiar com a venda de hortifrutigranjeiros, produtos artesanais e outros gêneros alimentícios. Local onde ocorre também a proximidade nas relações comerciais, uma vez que há contato direto entre produtor e consumidor (SILVA et al., 2017).

O mercado criado a partir do desenvolvimento das feiras dá aos agricultores familiares autonomia frente a comercialização dos produtos. Estes mercados apresentam caráter libertador, uma vez que não existe a dependência de intermediários na comercialização, ao mesmo tempo que incentiva o surgimento e fortalecimento de organizações coletivas sob os princípios da Economia Solidária (ARAÚJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015).

Segundo Van Der Ploeg (2008), estas formas alternativas de mercado vêm na contramão às commodities controladas pelos “impérios alimentares” que se consolidaram no mundo nas últimas décadas.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) realizou uma pesquisa em 2012 que identificou 140 feiras ecológicas em 22 das 27 capitais brasileiras, já em 2017 eles registram 691 iniciativas desse tipo e em 2018 são 841 registros, mostrando assim um crescimento desse tipo de comercialização no Brasil.

As feiras de Economia Solidária se constituem não só como espaço de comercialização direta, mas um ambiente de trocas solidárias, de apresentações culturais, de informação e formação política, bem como de divulgação e estímulo do consumo ético, justo e solidário. Para viabilizar essas atividades o ideal é realizar um bom planejamento e contar com uma equipe que dialogue e construa coletivamente o evento (AMORIM, 2011).

A feira organizada de forma coletiva é um empreendimento solidário e a gestão do empreendimento necessita o estabelecimento de regras para o funcionamento e a realização de cálculos para analisar a viabilidade econômica. O êxito da autogestão das feiras da agricultura

familiar agroecológica depende principalmente da organização do grupo. Normalmente os técnicos que acompanham assumem o papel de facilitadores no grupo, ajudando no planejamento das atividades e na definição das atribuições e responsabilidades no processo de gestão. O ideal é criar uma comissão ou uma coordenação da feira agroecológica, para assumir as tarefas na autogestão. Todos os assuntos e procedimentos devem ser definidos nas reuniões do planejamento mensal, incluindo os parceiros (FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER, 2010).

Nesse contexto, na cidade de Viçosa-MG foi criado o Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar que acontece no espaço físico da Seção Sindical dos Docentes da UFV (ASPUV). Realizado desde 2016 pela parceria entre o Programa de Extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV), Seção Sindical dos Docentes da UFV (ASPUV) e diversos outros parceiros, objetiva valorizar e promover a Economia Solidária e a Agricultura Familiar, de modo a melhorar a renda e a qualidade de vida dos atores envolvidos, integrando o público participante da feira e proporcionando a todos a oportunidade de conhecer e divulgar a Economia Solidária e Agricultura Familiar.

Portanto, ao compreender a importância dessa temática, o objetivo é sistematizar a experiência do “Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar.”

2 Metodologia

Trata-se de um estudo de caso de natureza exploratória referente ao histórico de um ano e seis meses do “Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar”, desde as etapas que precederam seu início, em 20 de setembro de 2016 a 28 de março de 2018.

A abordagem qualitativa foi adotada no estudo uma vez que ela se caracteriza por trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2016).

Como instrumentos metodológicos utilizou-se a observação participativa e pesquisa documental para que juntos se complementem e abordem os múltiplos cenários da experiência estudada.

A etapa observacional foi realizada com presença nas reuniões da comissão organizadora⁶, dos expositores, da comissão executiva⁷ e durante a realização da feira por um ano. Realizou-se registros e anotações em caderno de campo, com objetivo de enriquecer as

⁶ Composta pelos realizadores (ITCP e ASPUV), parceiros e técnicos de nível superior.

⁷ Composta por estudantes da equipe ITCP junto aos técnicos de nível superior.

informações para caracterização do Quintal Solidário, complementando o processo descritivo da pesquisa. Optou-se pela observação-participante, para que a rotina e logística de organização da feira fosse entendida cotidianamente, podendo-se evidenciar os principais desafios e limitações desses processos e criando relações de confiança com os atores sociais envolvidos.

Assim como realizado por Assis (2016), o caderno de campo utilizado na etapa observacional do estudo teve as informações sistematizadas e organizadas cronologicamente.

Para complementariedade de informações na análise descritiva, foi realizada a pesquisa documental nos materiais existentes, desde a criação do Quintal Solidário: regimento interno, relatorias, termos de compromisso, editais e planilhas de controle interno, materiais de divulgação da feira (jornais, redes sociais, rádio).

Todos estes documentos estavam em arquivos físicos na sede da ITCP-UFV ou no armazenamento em nuvem feito pela equipe, foram então compilados e organizados. Após a busca de todo o material utilizou-se a Análise de Conteúdo proposta por Bardin, 2012 para sistematização da experiência. As etapas adotadas foram: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação.

Para o processamento e análise das relatorias utilizou-se o software IRaMuTeQ (Interface de R pela análise multidimensional de textos e questionários), que foi desenvolvido na França por Pierre Ratinaud (2009). O corpus foi constituído pelas relatorias das reuniões da comissão organizadora (n=31); reuniões da comissão executiva (n=22) e reuniões com expositores (n=5), colocados em um único arquivo em formato .txt/UTF-8 com 58 textos.

A metodologia de análise de dados utilizada foi a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), em que os textos são classificados em função de seus respectivos vocabulários. A partir de matrizes que cruzam segmentos de textos e palavras (repetidos testes qui-quadrado), aplica-se o método CHD para obter uma classificação estável e definitiva, ilustrada por um dendograma.

Em relação aos aspectos éticos observa-se a Resolução 466/2012 (Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa em Seres Humanos) do Conselho Nacional de Saúde que tem como elementos básicos da bioética: a autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, sob número de parecer 2.425.454. Os resultados estão disponíveis e serão apresentados à Prefeitura Municipal de Viçosa-MG (Secretaria de Agropecuária e Vigilância Sanitária) para todas as equipes envolvidas no

Quintal Solidário (comissão coordenadora, equipe ITCP e ASPUV, expositores e parceiros). As fotografias utilizadas no trabalho foram retiradas do banco de imagens da ITCP com autorização para publicação de imagens (Apêndice F).

3 Resultados

3.1 Caracterização

Na Zona da Mata de Minas Gérias encontra-se o município de Viçosa-MG, com população estimada, em 2016, de 77.220 pessoas. O meio rural do município representa 77,7% do território total, entretanto a população rural corresponde a 7% dos habitantes e a agropecuária corresponde a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do município (IBGE, 2017).

A Agricultura Familiar é predominante na Zona da Mata mineira, região com o terceiro maior número de agricultores familiares do estado (14,04%) (BRASIL, 2014). É caracterizada por famílias que realmente se envolvem nos processos da agricultura, com prevalência dos saberes tradicionais utilizados no manejo agrícola por gerações. Essa característica de agricultura familiar campesina da região possibilita atuação e articulação nas questões econômicas, sociais e ambientais. Assim sendo, a inserção social é determinante para a qualidade de vida dessas famílias (SOUZA, 2006).

Ainda, de acordo como Censo Agropecuário (2006), em Viçosa-MG, o número de agricultores familiares era 874 e de acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2018 são 677 registros de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP)⁸ física no Município, valendo destacar que deste montante 292 são DAP ativas. Quanto à produção agropecuária do Município, destaca-se em 2015 nas lavouras temporárias: milho (9000 toneladas), cana-de-açúcar (1960 toneladas), feijão (517 toneladas), mandioca (120 toneladas) e tomate (270 toneladas). Nas lavouras permanentes: café (3024 toneladas), banana (250 toneladas) e tangerina (125 toneladas). Quanto a produção animal, destaca-se galináceos (452.455 cabeças), bovinos (9.410 cabeças) e suínos (3.860 cabeças) (IBGE, 2017).

No contexto de uma região com presença significativa de agricultura familiar e com uma instituição de ensino presente, destaca-se atividades de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento rural da Zona da Mata (ZM) mineira. Há 30 anos são desenvolvidas atividades de cunho agroecológico em grande diversidade de propriedades rurais em parceria

⁸ A DAP é a Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), certificando assim os Agricultores Familiares no Brasil. Com a DAP é possível ter acesso às políticas públicas para desenvolvimento da Agricultura.

com Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e a UFV. O objetivo desses trabalhos é a melhoria das condições de vida dos agricultores e agricultoras familiares, valorizando os saberes tradicionais (DE BARROS MOREIRA, 2009).

Nesse cenário, em 2003, foi criada a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFV, fundada como programa de extensão ela contribui para a conformação do movimento de economia solidária na Zona da Mata mineira. Desenvolve ações direcionadas ao fortalecimento e fomento de empreendimentos econômicos solidários, busca geração de trabalho e renda, promoção do consumo consciente, do comércio justo, da segurança alimentar, da produção agroecológica e solidário e do desenvolvimento local sustentável (LIMA, 2013).

Ao longo dos 10 anos de atuação da ITCP-UFV destaca-se o fortalecimento da economia solidária na Zona da Mata de Minas Gerais; consolidação de empreendimentos econômicos solidários, possibilitando a geração de trabalho e renda; divulgação e organização do movimento de economia solidária (LIMA, 2013).

3.2 Processo de construção da feira

A ITCP-UFV realiza projetos de acompanhamento e assessoria a Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Durante esses trabalhos observou-se a necessidade de promover mercados de venda direta fortalecendo os circuitos curtos de comercialização para EES e famílias da Agricultura Familiar (AF). Além disso as agendas políticas do momento incentivavam esse tipo de iniciativa, principalmente com a extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária e extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nesse contexto, em 2014 a ITCP-UFV realizou a I Feira Regional de Economia Solidária no centro da cidade de Viçosa/MG. A princípio a feira aconteceria nas dependências da Universidade Federal de Viçosa (UFV), mas por questões administrativas não foi permitido o local inicialmente solicitado e disponibilizado um espaço considerado pelos organizadores da feira muito distante do público da cidade. A experiência dessa primeira feira trouxe vários aprendizados, como por exemplo de que o evento foi positivo, atendeu aos objetivos propostos, mas não tinha uma continuidade de agenda local para cumprir o primordial que é gerar renda a beneficiários de políticas públicas, principalmente àqueles que compõem a Economia Solidária e Agricultura Familiar.



Figura 1: Divulgação da I Feira Regional de Economia Solidária, Viçosa-MG.
Fonte: Site ITCP-UFV.

A partir de então a ITCP-UFV começou o processo de articulação de pessoal e entidades parceiras para desenvolver o projeto de uma feira no campus da UFV. A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD) estava coordenando o processo de implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) institucional na Universidade com participação da ITCP-UFV. Dessa forma, o contato com a PCD fortaleceu o interesse em dar continuidade ao projeto, entretanto houve mudança na gestão da Universidade e essa parceria não foi mais possível de ser concretizada. Em 2015 foram submetidos vários projetos à Comissão de Eventos da UFV com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, sem êxito.



Figura 2: Primeira reunião entre Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e ITCP-UFV em 2015. Fonte: Site ITCP-UFV.

Os atores sociais envolvidos tanto na Pró-Reitoria naquele período quanto os membros da ITCP continuaram em contato e em 2016 a articulação foi efetivada entre ITCP-UFV e a Seção Sindical dos Docentes da UFRV (ASPUV) para implementação do projeto. A ITCP-UFV e ASPUV criaram o projeto de extensão “Quintal Solidário – Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária”, registrado no Registro de Atividades de Extensão da UFRV (RAEX) sob número de registro PRJ-088/2017 e a primeira feira aconteceu no dia 20 de setembro de 2016. O sindicato foi decisivo nessa parceria pois além de ceder o local para a realização do evento que é o “quintal” de sua sede, dando ideia assim ao nome do projeto também investiu recurso financeiro e de infraestrutura para a feira iniciar. Essa parceria entre ITCP-UFV e ASPUV se deu baseada na importância das instituições de ensino públicas no desenvolvimento de inovações e tecnologias sociais, na construção de mudanças sociais e no princípio de que os sindicatos têm objetivo de fazer um elo de solidariedade entre as classes trabalhadoras. Inicialmente a feira acontecia a cada quinze dias e a partir de março de 2017 passou a ser semanal, mas sempre com horário de funcionamento de 17h às 20h.



Figura 3: 1ª edição do Quintal Solidário em 20 de setembro de 2016, Viçosa-MG.

Feira na Aspuv promove agricultura familiar e economia solidária

Data de Publicação: 06/10/2016 às 11:16:27

[Curte](#) [Compartilhe](#) 8 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro de seus amigos.



No fim da tarde de ontem, quarta-feira, 5, foi realizada a segunda edição da Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar – Quintal Solidário, evento aberto ao público, que tem o objetivo de fortalecer a economia solidária e a agricultura familiar, além de gerar renda para os produtores e trabalhar a formação de temas como a agroecologia e a sustentabilidade. Quem compareceu à sede da Aspuv (Vila Gianetti, 52), onde a feira foi realizada, teve a oportunidade de comprar hortifrúts, compotas, pães e queijos diretamente dos produtores, além de assistir a apresentações culturais e participar de uma oficina sobre as Plantas Alimentícias Não Convencionais, conhecidas também como PANCs. Houve, ainda, venda de artesanatos.

A iniciativa é uma parceria da Aspuv e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV).

Ainda neste mês de outubro, haverá mais uma edição da Feira no próximo dia 19. Em novembro, ela acontece nos dias 9 e 23 e em dezembro a feira será realizada nos dias 5, 6, e 7.

Figura 4: Divulgação da feira em Jornal local, Viçosa-MG.

Durante o processo de criação e no início das atividades do Quintal Solidário foram formadas sete comissões para atender às demandas da implementação do projeto. Observa-se que a ITCP-UFV teve papel importante no que diz respeito a recursos de pessoal.

Comissões de trabalho no Quintal Solidário em 2016:

1 – Coordenação:

Atribuições: Responsável por acompanhar todos os processos da feira (antes, durante e depois), gerenciamento do projeto e controle de pessoal. Responder e representar a organização geral da Feira.

Número de integrantes: Professora responsável pela ASPUV, ITCP (3) e técnicos ITCP (2).

2 – Entretenimento:

Atribuições: Entrar em contato com os grupos culturais e mapear o que é preciso para a realização dessas atividades. Pensar e organizar a programação de cada feira; organizar a metodologia da feira (da abertura ao encerramento); organizar oficinas para crianças.

Número de integrantes: ITCP (6).

3 – Estrutura:

Atribuições: Acompanhar antes, durante e depois os processos relacionados à infraestrutura para a realização da feira (tendas, som, iluminação, palco, ponto de água potável, banheiros, manutenção, etc.); transporte de estruturas; verificar adequação das estruturas e fazer a identificação das barracas.

Número de integrantes: ITCP (7)

4 – Regimento e Credenciamento

Atribuições: Apoiar a construção do Regimento Interno da feira, assim como criação de critérios de participação e regulamentação. Fazer a seleção e credenciamento dos expositores. Verificar a necessidade da criação de novas comissões de acordo com as

demandas. Criação de registros de dados recolhidos através de questionários, ou outras metodologias, para avaliação dos resultados.

Número de integrantes: ITCP (4), ASPUV (2), Parceiros (6 representantes)

5 – Divulgação

Atribuições: Fazer a divulgação virtual (via e-mail, site ITCP e UFV) e física da feira; pensar estratégias de distribuição do material de divulgação; entrar em contato com a imprensa (rádio, TV, jornais impressos, site da UFV) para divulgar o release da feira; fazer e distribuir carta-convite para os grupos parceiros; enviar carta-convite para escolas; fazer cobertura do evento e divulgar nas redes sociais; criação de logo e textos para divulgação; arte do material gráfico da Feira.

Número de integrantes: ITCP (7)

6 – Oficinas e espaços de formação

Atribuições: Responsável pela formação de grupos parceiros, garantindo a participação dos mesmos com certificação; criação de oficinas que atendam aos professores aposentados, assim como a comunidade e os expositores.

Número de integrantes: ITCP (5)

7 – Permanente

Atribuições: Comissão de formadores disponíveis para contribuir com o evento apenas no dia (organização do espaço, auxílio aos expositores ou demais comissões).

Número de integrantes: ITCP (5)

Para normatização da feira foi criado junto a esse grupo o Regimento Interno do Quintal Solidário (**Anexo C**). Ficou definido que o critério para comercializar na feira seria o de ter Cadastro Nacional de Economia Solidária (CADSOL⁹) no caso dos EES e no caso da AF possuir Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), além disso os expositores foram setorizados por produto comercializado em: artesanato, alimentos processados ou hortifrutigranjeiro. Atualmente o Regimento Interno passa por processo de revisão para melhor adequação a realidade atual da feira.

Foram definidos os objetivos do Quintal Solidário que são: valorizar e promover a Economia Solidária; melhorar a renda e qualidade de vida dos membros do coletivo; integrar o público participante do evento e proporcionar a todos e todas a oportunidade de conhecer e divulgar a economia solidária, agricultura familiar e agroecologia. Por isso, além de um

⁹ CADSOL é o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários e tem como objetivo o reconhecimento público dos Empreendimentos para que possam acessar políticas públicas de fomento à Economia Solidária.

espaço de comercialização, a feira promove um espaço de formação, lazer, ludicidade e cultural. Foram definidos ainda no documento princípios e condições para participação.

Durante estes um ano e seis meses de realização do projeto foram necessárias muitas demandas operacionais das equipes para que as feiras acontecessem (**Quadro 1**). É um projeto com muitos atores sociais envolvidos na realização e uma média de público semanal na feira de quinhentas pessoas o que traz uma complexidade e dedicação exigida por parte de todos os envolvidos.

Quadro 1: Atividades realizadas pela equipe do Quintal Solidário por ano.

Ano	Reuniões	Feiras
2016	15	7
2017	74	45
2018 (até 28/03)	9	12

Para a realização da feira existe uma estrutura mínima de funcionamento, por isso atualmente o projeto tem 23 bancadas, de tamanho 110cm x 220cm (8 para hortifrutigranjeiro; 6 para alimentos processados e 9 para artesanato). No setor de hortifrutigranjeiro cada expositor tem uma bancada separada e uma tenda com iluminação, pois ficam em área sem cobertura. O setor de alimentos processados e artesanato fica no espaço coberto e há um arranjo de mais de um expositor por bancada dependendo dos produtos oferecidos. Há ainda uma lanchonete na própria estrutura física da ASPUV; espaço de venda do Chopp; uma tenda para atração cultural e outra para o espaço infantil, esta com carpete além de mesas e cadeiras para o público (**Figura 5**). Outros materiais são necessários para montagem da estrutura, como por exemplo carrinhos de carga, toalhas para as mesas e bancadas e itens de apoio à atração cultural.

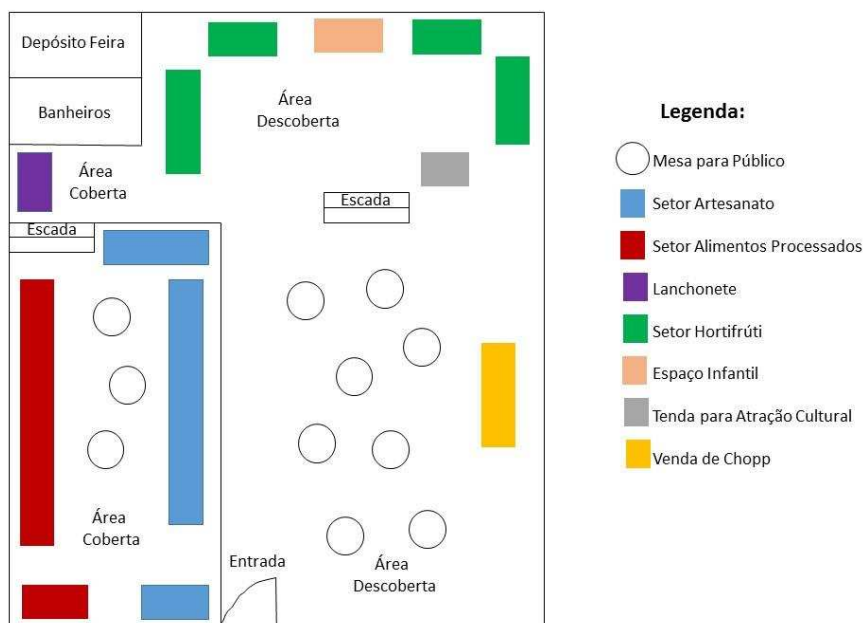


Figura 5: Croqui do espaço físico da feira Quintal Solidário. Fonte: elaboração própria.

Para a estrutura de som são usados equipamentos da ASPUV, da ITCP-UFV e da Divisão de Eventos da UFV que é parceira do projeto. Entretanto quando não é possível a estrutura é alugada de uma empresa local. Para adquirir toda esta estrutura houve investimento das instituições realizadoras e do próprio fundo financeiro (**Quadro 2**).

Quadro 2: Quantidade de materiais do Quintal Solidário por instituição financiadora.

Recurso da ASPUV	
Material	Quantidade
Tenda	8
Bancada (madeirite)	23
Suporte para bancada (cavalete)	46
Lixeira (43L)	7
Mesa de plástico com 4 cadeiras	10
Toalha de chita	16
Saia de chita para bancada	2
Fio de iluminação com lâmpadas	1
Caixa organizadora de plástico	2
Prateleira de MDF	4
Recurso do Fundo Financeiro da Feira	

Material	Quantidade
Mesa de plástico com 4 cadeiras	4
Mesa de plástico avulsa	1
Carrinho de carga (200kg)	2
Saia de chita para bancada	13
Forro de lona para bancada	13
Forro de oxford para bancada	3
Microfone	3
Cabo p10p10	3
Cabo p10p02	1
Pedestal para microfone	3
Extensão (10m)	2
Adaptador de tomada	2
Recurso da ITCP	
Material	Quantidade
Tenda	2
Doação	
Material	Quantidade
Carpete (espaço infantil)	1

3.3 Parcerias

Essa articulação conta com vários parceiros, entre eles Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER); Vigilância Sanitária (VISA) de Viçosa-MG; Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA), Feira Agroecológica e Cultural da Viçoleira, Rede Raízes da Mata, Departamento de Nutrição e Saúde (DNS-UFV) e Associação dos Artesãos de Viçosa. Essas parcerias foram essenciais na implementação do Quintal Solidário, pois junto com os realizadores (ITCP-UFV e ASPUV) criaram uma comissão de avaliação e credenciamento da feira. Estes parceiros têm experiência em realizar trabalhos com AF e EES em Viçosa-MG, por isso tiveram importante contribuição na divulgação e captação de expositores para feira. Durante o processo de avaliação e credenciamento agregaram com a experiência de trabalho que já tinham para colaborar na escolha de expositores que se adequassem aos objetivos do Quintal Solidário.

Após a etapa inicial, a EMATER e VISA continuaram fazendo parte da comissão organizadora do projeto. Ambas realizaram diversos espaços formativos, visitas técnicas,

assessoria e acompanhamento aos expositores durante a realização das feiras com o objetivo de adequação a produção agrícola mais agroecológica e a produção artesanal de alimentos seguindo as normas vigentes de boas práticas de manipulação e rotulagem nutricional.

Por outro lado, a parceria com a Vigilância Sanitária não está mais em vigor por conta de decisão da Prefeitura Municipal de Viçosa, mesmo a equipe do Quintal Solidário reforçando a importância da mesma para o projeto. O DNS-UFV contribui com duas docentes na Comissão Organizadora, uma delas com alunos de disciplina e pesquisas na área de Nutrição Social e a outra com atuação principalmente na área de técnica dietética e qualidade de alimentos.

Observa-se que a formação do grupo de parceiros, com presença na Comissão Organizadora e acompanhamento de atividades, possibilitou transdisciplinaridade nas tomadas de decisão e direcionamento para os objetivos da Feira propostos no Regimento Interno. Formou-se um grupo dedicado na construção do projeto, independente da área de atuação, sendo assim um dos pontos-chaves para o desenvolvimento do Quintal Solidário.

3.4 Cadastro e Seleção dos Expositores

Para a seleção inicial dos expositores fez-se uma Chamada Pública divulgada nos meios de comunicação dos realizadores, parceiros e UFV. Essa Chamada Pública teve como princípios norteadores os critérios definidos no Regimento Interno. O Edital de Inscrição (**Anexo D**) detalha os critérios de participação, princípios a serem seguidos e documentação exigida (DAP ou CADSOL). Para se inscrever fez-se necessário o preenchimento da Ficha de Inscrição (**Anexo E**) que posteriormente foi avaliado pela Comissão de Avaliação e Credenciamento (Realizadores e Parceiros). Após ser selecionado os expositores recebem um termo de Compromisso com o Quintal Solidário para ser assinado e arquivado (**Anexo F**).



Figura 6: Cartaz de divulgação da Chamada Pública do Quintal Solidário, 2016.

A comissão organizadora do Quintal Solidário recebeu desde a implementação até março de 2018, 64 cadastros de expositores interessados em comercializar na feira artesanato, alimento processado ou hortifrutigranjeiro (**Gráfico 1**).

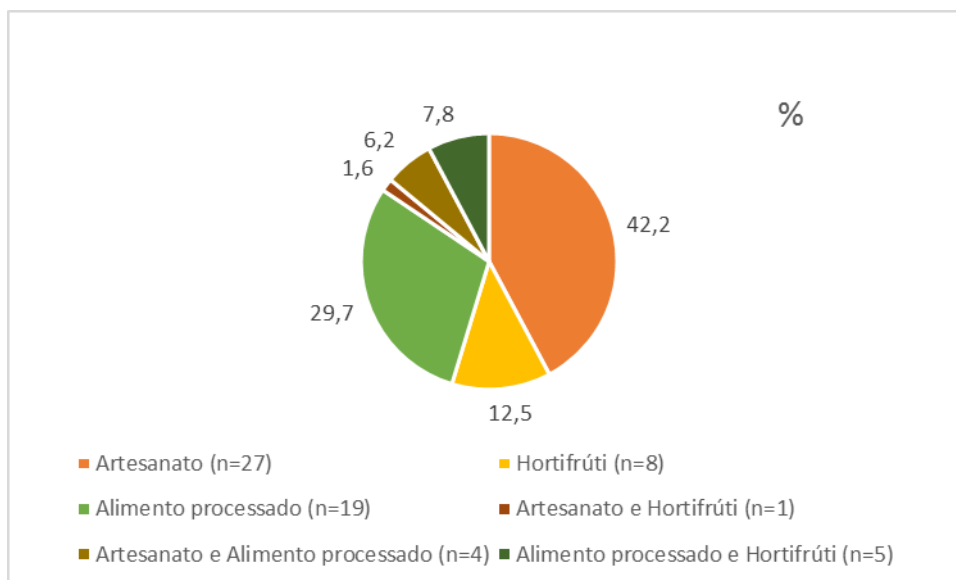


Figura 7: Percentual de cadastros solicitados por setor de comercialização no Quintal Solidário, 2016 e 2017.

Apesar de ser uma experiência local, a feira trouxe interessados de seis cidades da Zona da Mata de Minas Gerais (**Gráfico 2**). Esse alcance se deve principalmente às parcerias que já fazem trabalho com agricultura familiar há muitos anos nessa região, como a EMATER e o CTA.

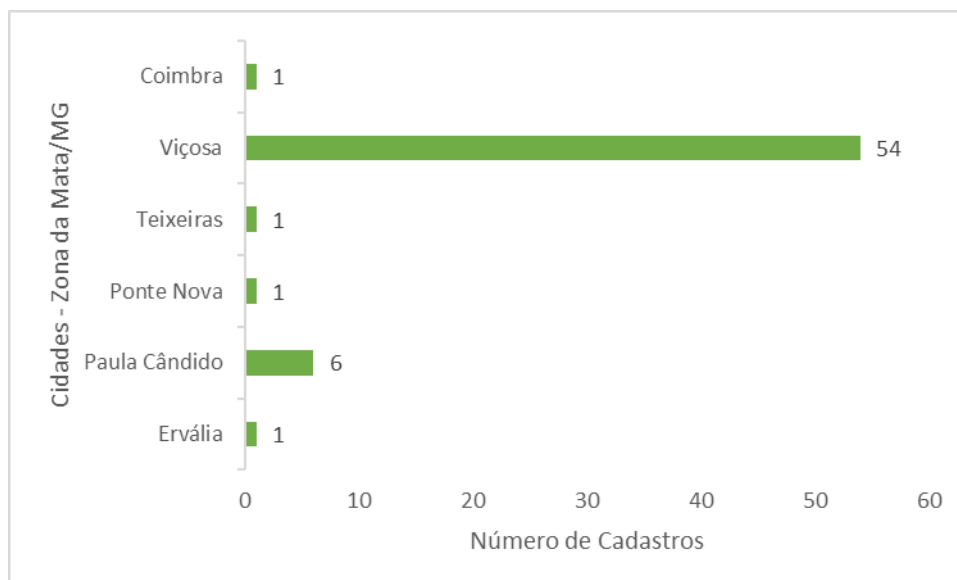


Figura 8: Número de cadastros solicitados ao Quintal Solidário por cidade da Zona da Mata – MG, 2016 e 2018.

O critério primordial para entrada na feira é fazer parte de algum grupo da Economia Solidária (possuir CADSOL) ou ser agricultor (a) familiar (possuir DAP). Dentre os cadastros recebidos observa-se variedade de grupos e organizações interessadas (**Quadro 3**). É

importante destacar que vários destes grupos são formados por pessoas em vulnerabilidade econômica e social, tornando assim o Quintal Solidário um espaço não só de geração de renda, mas de inclusão social e produtiva.

Quadro 3: Número de cadastros solicitados ao Quintal Solidário por organização de trabalho, 2016 e 2017.

Associação (Economia Solidária)		Grupo Informal (Economia Solidária)	Agricultor Familiar	Individual¹
Associação de Artesãos e Produtores de Alimentos Caseiros de Viçosa (ADAPAC)/Associação dos Artesãos de Viçosa (ADAV) – 16 cadastros		Feira Agroecológica e Cultural da Violeira – 3 cadastros	6 cadastros (Apresentação apenas da DAP)	5 cadastros
Associação Quilombola Herdeiros de Banzo – 1 cadastro		“Se eu quero eu posso” – 1 cadastro		
Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) – 2 cadastros		Rede Raízes da Mata – 13 cadastros		
Associação Municipal dos Artesãos de Paula Cândido (AMAPAC) – 6 cadastros		Meninas Arteiras – 1 cadastro		
Associação de Produtores de Agroartesanato caseiro de Viçosa (ASSOV) – 5 cadastros		Arte em Tecido Patchwork – 1 cadastro		
		Grupo de Produção Solidária Semente – 1 cadastro		
		Samaritacas – 2 cadastros		
		Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – 1 cadastro		
TOTAL	30	23	6	5

¹ As solicitações individuais não foram aceitas, pois descumpriam o critério mínimo de entrada na feira que é ter DAP ou CADSOL.

Na ficha de cadastro um item importante é o apoio que estas pessoas receberam anteriormente, seja de formação, assistência técnica ou assessoria. Muitos destes receberam

apoio de algum parceiro do Quintal Solidário (63% - n=55) o que fortifica a importância dessas parcerias para a formação do coletivo (**Gráfico 3**).

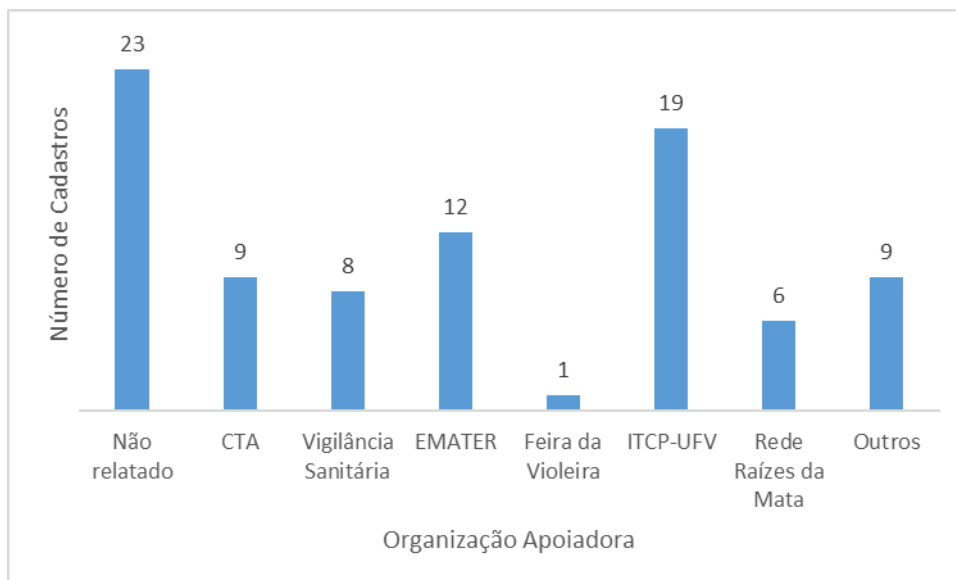


Figura 9: Apoio autorelatado nos cadastros do Quintal Solidário.

Foram recebidos 64 cadastros de interessados em participar da feira desde 2016. Destes, até o momento, 46 foram aprovados. O motivo de reprovação foi por não atender aos requisitos expressos no Regimento Interno. Em 2018, 28 expositores compõem a feira, sendo que destes, 86% (n=24) fazem parte desde o início (2016). A alta taxa de adesão dos expositores ao projeto é um demonstrativo de que o Quintal Solidário tem dado retorno para a maioria deles, por isso a permanência. Os principais motivos para desistência dos 18 expositores ao longo desse tempo foram: falta de documentação, dificuldade de locomoção, problema na produção, possibilidade de venda em outros locais.

3.5 Gerenciamento do projeto

Tendo em vista a dimensão que o projeto foi tomando ao longo do tempo, se consolidando no território houve necessidade de organização das atividades e de pessoal. A equipe foi dividida então em três grupos que se organizam com objetivos distintos (**Quadro 4**).

Quadro 4: Atividades e componentes das comissões do Quintal Solidário.

Comissão Organizadora	Comissão Executiva	Grupo de Expositores
Composta por ITCP-UFV, ASPUV, Parceiros e Técnico de nível superior. Tem objetivo de articular todas as demandas, representar o Quintal Solidário e verificar o cumprimento do Regimento Interno.	Composta por estudantes de graduação bolsistas e voluntários da ITCP-UFV e Técnico de nível superior. Tem objetivo de executar as atividades para que a feira aconteça, atende às demandas da comissão organizadora e expositores.	Composta por expositores que comercializam no Quintal Solidário dos três setores (artesanato, alimentos processados e hortifrutigranjeiro). Deliberam e avaliam as atividades do coletivo em reunião mensal com toda equipe.

Na criação do Quintal Solidário a equipe contava com dois técnicos de nível superior e após implementação ficou apenas um devido a limitação de recursos financeiros. O técnico acompanha o projeto e é uma figura central em diversas atividades, é a pessoa responsável por fazer a ponte entre todas as equipes, gerenciar o andamento das atividades diariamente e acompanhar todos os processos. O check list de atividades do técnico do Quintal Solidário (**Anexo G**) compreende uma diversidade de tarefas, desde atividades formativas, organização dos dados até auxílio na montagem e desmontagem da estrutura da feira. A princípio, a remuneração dessa técnica era feita por uma bolsa de apoio técnico da ITCP-UFV, até outubro de 2017, entretanto como não houve abertura de editais para essa função a partir de então, a ASPUV assumiu esse investimento realizando o pagamento da mesma como prestação de serviços. O sindicato se posicionou nesse momento demonstrando a relevância do Quintal Solidário para a ASPUV e afirmando a importância de uma pessoa que centralize essas atividades, visto que os estagiários, docentes e parceiros envolvidos no projeto apresentam outras demandas profissionais.

Para o funcionamento do Quintal Solidário frequentemente são realizadas três tipos de reunião: Comissão Organizadora, Comissão Executiva e de Expositores. Estes encontros permitem deliberar ações para o desenvolvimento da feira e continuidade das ações. Como são muitas atividades realizadas semanalmente, cada reunião tem suas principais características e atores sociais envolvidos (**Quadro 5**).

Quadro 5: Objetivos das reuniões realizadas pelas comissões do Quintal Solidário.

Reunião da Comissão Organizadora
Frequência: Semanal
Participantes: ITCP, ASPUV, Parceiros e Técnica
Atividades: Organização da pauta, relatoria, registro de lista de presença.
Objetivos: Avaliar a última feira e propor alterações caso seja necessário; Discutir e buscar atender às demandas dos expositores, consumidores, parceiros e realizadores; Verificar as solicitações de novos expositores; Planejar e promover espaços de formação para os expositores; Avaliar demandas de atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem realizadas no Quintal Solidário; Acompanhar o cumprimento do Regimento Interno, bem como sua revisão sempre que necessário; Propor projetos e metas para melhoria contínua do projeto.
Reunião da Comissão Executiva
Frequência: Semanal
Participantes: Técnica; Bolsistas e Estagiários Voluntários da ITCP
Atividades: Organização da pauta, relatoria, registro de lista de presença.
Objetivos: Organizar as atividades da semana; Planejar e possibilitar espaços de formação para os expositores e membros da ITCP; Definir a programação da feira da semana (atividade cultural, oficina e espaço infantil); Organizar os dados do projeto; Planejar a divulgação e gerenciamento das mídias sociais; Estruturar atividades extras e calendários comemorativos a serem desenvolvidos na feira; Deliberar atividades para os estagiários.
Reunião com Expositores
Frequência: Mensal
Participantes: Técnica; Bolsistas e Estagiários Voluntários da ITCP; Comissão Organizadora e Expositores
Atividades: Organização da pauta, relatoria, registro de lista de presença e registro fotográfico.
Objetivos: Realizar avaliação das atividades – vendas, divulgação, estrutura, equipe, entre outros; Deliberar sobre demandas possam interferir no grupo; Promover espaços de formação para o coletivo.

A equipe utiliza de diversas ferramentas de divulgação a fim de atingir públicos distintos. O meio mais importante tem sido as redes sociais, com a divulgação semanal no Facebook, Instagram e Whatsapp. Algumas divulgações pontuais são feitas, quando tem

oportunidades, pelos meios de comunicação da cidade: jornais, rádios e canal televisivo. Quando tem alguma data de grande movimentação na cidade e/ou na Universidade há distribuição de panfletos, inclusive nos hotéis e restaurantes. A ASPUV tem colaborado na divulgação com uma página da Agenda 2018 dos docentes dedicada ao Quintal Solidário e com a distribuição do Boletim Informativo Quintal Solidário (**Anexo H**). Além disso, em reunião com expositores foi observado a necessidade de atrair público que não tem vínculo com a UFV, por isso eles colaboram financeiramente todo mês para que um motossom divulgue nos bairros da cidade a feira.



Figura 10: Cartazes de divulgação do Quintal Solidário.

Para o processo de montagem e desmontagem da estrutura da feira foi feito aprimoramento ao longo do tempo visando melhor otimização do tempo e espaço. A princípio havia grande dependência dos expositores aos técnicos da ITCP-UFV para realizar os processos, para isso eles criaram um check-list das atividades da montagem, que deve começar uma hora antes do início da feira (**Anexo I**). A divisão da escala de trabalho também foi alterada, a princípio cada semana uma equipe ficava responsável pela montagem e todos pela desmontagem, com o passar do tempo os próprios expositores solicitaram que tivessem equipes fixas de montagem e de desmontagem. Essa mudança na escala de trabalho possibilitou que a mesma equipe faça a mesma atividade semanalmente, minimizando os erros e aprimorando os processos.

Ao longo do desenvolvimento da feira observou-se a necessidade de controle da adesão dos expositores às atividades da feira e aos princípios propostos no Regimento Interno,

para isso foi criado um modelo de ficha de controle (**Anexo J**) que é anexado junto ao cadastro de cada expositor. Os critérios avaliados são: presença nas feiras e reuniões; colaboração nas atividades de montagem e desmontagem da estrutura, adequações referentes à Vigilância Sanitária e outras observações. Este compilado é feito pela técnica responsável pelo Quintal Solidário e depois levado à comissão coordenadora para apresentação de um panorama geral dos Expositores. A partir deste diagnóstico a comissão pode orientar melhorias, buscar apoio das parcerias como EMATER, Vigilância Sanitária e DNS-UFV ou até intervir no sentido de conversar sobre o não cumprimento do Regimento Interno do Quintal Solidário.

3.6 Expositores e produtos oferecidos

Em 2018, fazem parte do Quintal Solidário 28 expositores, alocados por setor de venda (**Quadro 6**). Destaca-se a presença de grupos da Economia Solidária, muitos deles com atendimento de públicos em vulnerabilidade social e econômica, além disso mesmo os agricultores familiares individuais têm envolvido a família nos espaços de comercialização e socialização do Quintal Solidário. Em relação a origem são de quatro cidades da Zona da Mata mineira: Viçosa, Teixeiras, Paula Cândido e Coimbra.

Quadro 6: Caracterização dos Expositores do Quintal Solidário quanto ao setor de comercialização e ano de entrada.

Expositores do Quintal Solidário 2018 – (n = 28)		
SETOR: ARTESANATO – Total = 8		
Entrada em 2016	Entrada em 2017	Entrada em 2018
6	1	1
SETOR: ALIMENTOS PROCESSADOS – Total = 10		
Entrada em 2016	Entrada em 2017	Entrada em 2018
9	0	1
SETOR: HORTIFRUTIGRANJEIRO – Total = 10		
Entrada em 2016	Entrada em 2017	Entrada em 2018
9	1	0

No setor de artesanatos há presença de grupos que se organizam sob os princípios da Economia Solidária e destaca-se presença do trabalho feminino. O coletivo “Arte em Tecido Patchwork” é composto por mulheres que tem nesse trabalho não só fonte de renda como

também espaço de socialização e bem-estar. A Associação dos Artesãos de Viçosa (ADAV) foi fundada em 1993 e é constituída por artesãs que produzem os mais variados tipos de artesanato, realizam também, em parceria com a Prefeitura Municipal de Viçosa uma feira semanal em praça pública da cidade. Já o Grupo de Produção Solidária (Semeart) é ligado ao Serviço de Atenção à Saúde Mental do Instituto UFV de Seguridade Social (AGROS) e objetiva a realização de atividades artesanais para o desenvolvimento psicossocial dos integrantes. Se tem ainda o Grupo Samaritacas que é um grupo de mulheres em situação de vulnerabilidade social assistidas pela instituição Casa do Caminho. A Casa do Caminho assiste a vítimas de violência e dependentes de álcool e drogas, o artesanato foi um meio que encontraram de geração de renda para as mulheres assistidas ou de famílias assistidas pela Casa, além de criar um reconhecimento identitário enquanto grupo de trabalho. Destaca-se que a ADAV, Semeart e Samaritacas são Empreendimentos Econômicos Solidários incubados pela ITCP-UFV, recebendo assim apoio e formação para desempenharem suas funções.

No setor de alimentos processados destaca-se a Associação de Produtores de Agroartesanato de Viçosa (ASSOV) que, desde 1997, trabalham com o processamento de alimentos e busca comercialização no mercado local com articulação em políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Distribuídos entre os setores se tem os expositores vindos da Feira Agroecológica e Cultural da Violeira, uma feira que surgiu a partir de demandas de pesquisa e é coordenada por atores sociais do Departamento de Economia Doméstica da UFV e também a Rede de Prossumidores Agroecológicos Raízes da Mata. A rede atua no desenvolvimento de mercado para esses agricultores, possibilitando espaços de formação em Agroecologia por meio dos intercâmbios e mutirões agroecológicos.

Em relação aos produtos comercializados pelos expositores, é importante que estejam de acordo com os princípios estabelecidos no Regimento Interno. Um princípio básico é que todos os produtos sejam produzidos ou cultivados pelos expositores e devem ser incluídos na ficha de cadastro para avaliação. No setor de artesanato observa-se uma presença importante de EES e diversificação de produtos principalmente em datas comemorativas (**Quadro 7**). A ITCP faz o papel de assessoria técnica a estes empreendimentos e realiza estudo de viabilidade econômica quando necessário.

Quadro 7: Produtos oferecidos pelo setor de artesanatos no Quintal Solidário por expositor.

Produtos de Artesanato oferecidos por Expositor
Frivolité e origami.
Velas e laços.
Produtos em feltro para bebês, decoração, produtos em cartonagem, aromatizantes de ambiente e sachês aromatizantes.
Colchas, bolsas ecológicas, carteiras, toucas, panos de prato, capas de máquina, toalhas de mesa, luvas, almofadas, jogos americanos, puxa-saco, kit manicure, porta celular, porta bijuterias, saco para roupas, almofada-edredom, porta óculos, necessários.
Bonecas de pano, livros de feltro, carteira de pano, almofadas de algodão e bordado, carteira de festa e bichinhos de feltro.
Artesanatos vivos: Arranjos ornamentais usando vasos orgânicos como o bambu e a sapucaia, plantas de fácil cultivo e manejo. Planejamento e instalação de elementos paisagísticos e hortas verticais.
Tapetes, bolsas, toucas e toalhas de mesa.
Blocos de anotação, arranjos, cadernos, vidros decorados, porta chave, porta copos, garrafas e flores de tecidos.

**Figura 11:** Setor de Artesanato do Quintal Solidário.

O setor de alimentos processados é composto pelas “quitandas”, que são produtos de panificação e outros como queijos, mel, entre outros (**Quadro 8**). Estes alimentos são produzidos de maneira artesanal e tem recebido apoio da EMATER, Vigilância Sanitária e Departamento de Nutrição e Saúde para adequação sanitária e rotulagem nutricional. Além disso, é incentivado a comercialização de produtos mais saudáveis e que busquem estar de acordo com os princípios do projeto. Ainda nesse setor, tem o Empório da Rede Raízes da Mata que comercializa produtos agroecológicos ou orgânicos de outras regiões. São produtos como: pó de café, suco de uva integral, fubá, linhaça, molho de tomate, arroz, dentre outros.

Quadro 8: Alimentos processados oferecidos no Quintal Solidário por expositor.

Alimentos processados oferecidos por Expositor
Mel (potes, bisnagas, sachê), mel com própolis, extrato de própolis verde, favo de mel, pólen, geleia real, própolis verde, pão de mel, cera alveolada e cera bruta.
Rosquinhas (nata, coco, amendoim, queijo), bolos (mandioca, cenoura, laranja, limão, nata, formigueiro, milho), pães (cebola, moranga, integral, italiano, inhame, rosca recheada), brevidade.
Biscoito de polvilho, rosquinha (leite, nata, coco, queijo), bolo (comum e cenoura), broa, pão (leite, batata, mandioca).
Queijo frescal, queijo muçarela, queijo meia cura, muçarela artesanal (trança, nozinho, cabacinho, palito e temperados). Queijo parmesão, ricota, ricota temperada, creme de ricota sem tempero e com tempero, manteiga com e sem ervas, requeijão em barra e pastoso.
Pão de queijo congelado, bolo de banana, bolo de cenoura com cobertura de chocolate, pães integrais, pão recheado de legumes e queijo, rosca de mandioca e abóbora, docinhos e pão de arroz (sem glúten).
Pão integral, pão integral recheado, bolo, torrada, sanduíche, tempero alho e sal, caldo, feijão tropeiro.
Congelados, salgados vegetarianos e veganos, biscoitos, tortas salgadas, pastéis, queijo vegano, quiches. Tapioca, panqueca e caldos.
Pães, croissant e geleias.
Brownie e tortas.



Figura 12: Setor de Alimentos processados do Quintal Solidário.

O setor de hortifrutigranjeiro comercializa os alimentos in natura (folhosos, frutas, legumes, tubérculos, raízes, temperos e grãos) (**Quadro 9**), alimentos minimamente processados (abóbora e mandioca descascadas e fatiadas) e alimentos processados a partir de frutas (frutas desidratadas, polpas, geleia e doces). Vale ressaltar que tanto os alimentos minimamente processados quanto os processados são exigidos embalagem e rotulagem adequadas segundo as normas da VISA.

Apesar de ter uma diversidade de produtos ofertados, é o setor que mais oscila nessa diversidade semanalmente, uma vez que a sazonalidade dos alimentos impede que todos sejam comercializados ao longo do ano. Como elemento dessa diversidade observa-se a comercialização de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) por diversos agricultores, como por exemplo a Taioba, Capuchinha e Cabeludinha.

A EMATER realiza assistência técnica dos agricultores familiares e o grupo Rede Raízes da Mata frequentemente faz intercâmbios agroecológicos para que os agricultores troquem experiências pela metodologia campesino-campesino. Quanto ao manejo agrícola, todos relatam ter produção livre de agrotóxicos e um dos expositores tem certificação orgânica pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA).

Quadro 9: Produtos oferecidos pelo setor de hortifrutigranjeiro do Quintal Solidário.

Frutas
Acerola, amora, banana, cana, caqui, cidra, coco, figo, goiaba, jabuticaba, juçara, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, mexerica e morango.
Vegetais folhosos
Acelga, agrião, alface de diferentes tipos, almeirão, azedinha, beldroega, bertalha, capicoba, couve, espinafre, mostarda, ora-pro-nóbis, peixinho da horta, repolho, rúcula, serralha e taioba, brócolis, couve-flor.
Legumes
Abóbora, abobrinha, batata baroa, batata doce, batata yacon, berinjela, beterraba, cará, cenoura, chuchu, inhame, jiló, mandioca, nabo, pepino, pimentão, quiabo, rabanete, tomate, tomate cereja e vagem.
Grãos
Milho e feijão.
Temperos
Açafrão, alfavaca, alho, alho poró, capuchinha, cebola, cebolinha, coentro, gengibre, hortelã, manjerição, pimenta e salsa.
Ovos

**Figura 13:** Setor de hortifrutigranjeiro do Quintal Solidário.

Além dos expositores, há a comercialização de Chopp por uma empresa local, entretanto essa empresa não se enquadra nos critérios de comercialização no Quintal Solidário (ter DAP ou CADSOL). Por isso, foi feita uma parceria entre a empresa e a feira onde há contribuição de uma quantia fixa por mês por parte da empresa e esse recurso compõe o fundo financeiro do projeto.

3.7 Atividades desenvolvidas

O Quintal Solidário sempre buscou ser um espaço para além da comercialização de produtos, um ambiente que integre e acolha pessoas distintas bem como criar a cultura de um espaço de lazer e socialização. Para isso algumas atividades foram sendo desenvolvidas ao longo do período.

Para o entretenimento infantil criou-se um espaço de convivência com atividades para crianças, para que elas tenham interesse em estar naquele ambiente e para que os pais e responsáveis possam também aproveitar da melhor maneira possível e façam suas compras. São parceiros do Quintal Solidário nessa atividade quatro projetos de extensão do Curso de Educação Infantil da UFRV: “Meio ambiente e ludicidade: construindo conceitos por meio da experimentação”; “LudC-Art – Resgatando a cultura lúdica na infância”; “MusiC-Art: entre vozes e ecos da cultura musical” e “Contação de Histórias: promovendo a imaginação e o lúdico”. Existe uma escala de revezamento entre os projetos e as atividades são executadas por bolsistas e voluntários do curso de Educação Infantil em uma tenda com carpete específica para esse fim.



Figura 14: Espaço Infantil no Quintal Solidário, Viçosa-MG.

Como um dos objetivos do Quintal Solidário é constituir espaço de socialização, lazer e de valorização dos artistas locais, semanalmente há atração cultural. Desde a primeira feira até 28 de março de 2018 se apresentaram na Feira trinta e seis cantores, sete grupos musicais e seis grupos de atividades artísticas diversas (coral, dança circular, capoeira da Angola, contação de história, recitação de poesia e aula de forró). Muitos destes artistas são estudantes da UFRV em busca de um espaço de divulgação para o seu trabalho, todos se apresentam de forma voluntária visando a promoção dos artistas locais. Como forma de agradecimento, os expositores doam produtos que vendem e formam uma cesta de produtos a quem se apresenta na feira.



Figura 15: Atrações culturais do Quintal Solidário, Viçosa - MG.

Como espaço de formação, o Quintal Solidário tem desenvolvido oficinas de temas diversos no horário de funcionamento da feira para que o público presente possa participar. Os ministrantes das oficinas são voluntários e a comissão executora está sempre em busca de temáticas e pessoas para a execução da atividade. Durante um ano e meio de projeto foram realizadas trinta oficinas, sendo a maior parte delas sobre artesanato ou temas como agroecologia e alimentação (**Quadro 10**).

Quadro 10: Temáticas das Oficinas do Quintal Solidário, Viçosa - MG.

Tema: artesanato	Temas: agroecologia, alimentação e outros
Confecção de anjinhos de natal	Composteira doméstica
Confecção de artesanatos em feltro	Microrganismos Eficientes – EM
Cartonagem – carteiras de caixa de leite	Sabão ecológico
Confecção de flores com folhas de revistas	Repelente natural
Decoração de caixas de MDF (decoupage)	Produção e manutenção de hortas verticais
Confecção de flores de tecido	Boas práticas: manipulação e conservação de alimentos
Cartão para dia das mães – técnica Quiling	Propagação e manejo de suculentas
Confecção de luminária com barbante	Produção de sucos verdes

Confecção de vasos de Origami	Composteira caseira feita com baldes
Confecção de flores de papel crepom	Preparação de massa de tapioca
Confecção de chaveiros de feltro	Como tirar e editar fotos no celular
Técnica de encadernação simples	Água: do tratamento ao consumo humano
Amarração de turbante	Leites Vegetais
Confecção de porta joias de garrafa pet	
Confecção de lembrancinhas maternidade	

Em relação ao princípio de preservação ambiental do projeto, criou-se um ponto de recolhimento de óleo de cozinha usado, onde a retribuição é em moeda social do Quintal Solidário, que deve ser utilizada dentro da feira. Para isso, realizou-se divulgação para que o público leve o óleo de cozinha usado e a cada 1 litro é trocado por Q\$0,50. Os objetivos dessa ação estão de acordo com o princípio do projeto, de responsabilidade ambiental e de incentivo ao consumo solidário. O óleo recolhido era vendido inicialmente a uma empresa especializada e posteriormente passou a ser enviado para Associação dos Catadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa (ACAMARE), que o utiliza na fabricação de sabão. Iniciou-se essa atividade em 26 de abril de 2017 e até março de 2018 foram recolhidos 152 litros de óleo de cozinha usado.



Figura 16: Moedas Sociais utilizadas no Quintal Solidário para troca em óleo de cozinha usado.

Uma parceria importante no destino de resíduos do Quintal Solidário foi com o “Projeto InterAção: Responsabilidade Social e Meio Ambiente”, projeto de extensão da UFV que agregou à feira espaços com instalações artístico-pedagógicas sobre lixo, confecção de materiais sobre o que é ou não reciclável (**Figura 13**) e geração de renda para o empreendimento econômico solidário dos catadores de Viçosa. Dessa forma, a coleta seletiva

do Quintal Solidário reforça não apenas o caráter sustentável do espaço, mas também seu objetivo de geração de renda a beneficiários de políticas públicas, uma vez que essa parceria beneficia a Associação dos Catadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa (ACAMARE) e Associação dos Catadores de Viçosa (ACAT).



Figura 17: Materiais confeccionados pelo Projeto Interação para as lixeiras do Quintal Solidário.

Na programação do calendário do Quintal Solidário se opta sempre por colocar atividades diversificadas, sejam elas culturais ou de decoração para datas comemorativas como, Dia das Mães, Festa Junina, Dia das Crianças, Natal e outras. Há um incentivo para que os expositores produzam produtos específicos para estas datas e isso é trabalhado na divulgação visando aumento de público. Em relação aos princípios da Economia Solidária, estes são momentos importantes de se trabalhar o consumo consciente, por isso é feito um trabalho de conscientização nas divulgações para comprar direto com produtor na feira e são feitas feiras de troca, principalmente de brinquedos visando o público infantil. Em setembro de 2017 foi realizado o aniversário de um ano do Quintal Solidário, com sorteio de brindes, homenagens e bolo para todo o público presente.

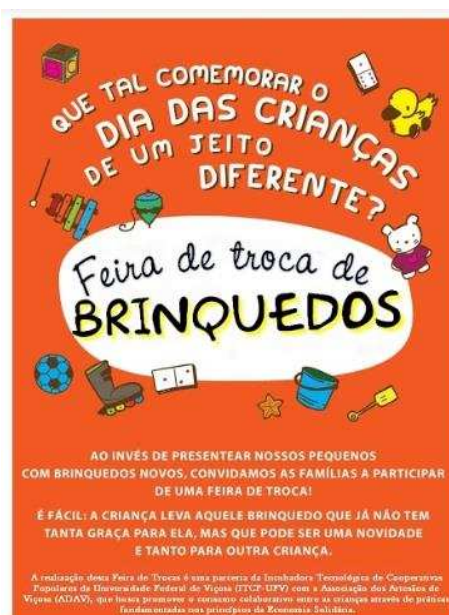


Figura 18: Divulgação de Feira de Troca no Quintal Solidário.

3.8 Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão

O Quintal Solidário tem permitido a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão com a participação de diversos cursos, campos do conhecimento e atividades. As iniciativas realizadas promovem o desenvolvimento local, contribuindo para a formação dos estudantes envolvidos e para a valorização da agricultura familiar e economia solidária.

As atividades foram sistematizadas e totalizam dezesseis iniciativas que apesar de estarem classificadas em ensino, pesquisa e extensão, têm interfaces de atuação em comum contribuindo para a indissociabilidade das mesmas, com importância na formação da comunidade acadêmica da Universidade.

As atividades de extensão realizadas na feira totalizam oito projetos envolvendo cinco cursos de graduação, estes projetos trabalham com os dois públicos principais do Quintal Solidário que são os expositores e os consumidores (**Quadro 11**).

Quadro 11: Atividades de Extensão realizadas no Quintal Solidário.

Modalidade: Extensão		
Nome da Atividade	Vínculo	Cursos envolvidos
Projeto Feira Agroecológica e Cultural da Violeira.	Parceria com participação na comissão coordenadora	Economia Doméstica
Projeto Contação de Histórias: promovendo a imaginação e o lúdico.	Participação no Espaço Infantil.	Educação Infantil
Projeto Meio ambiente e ludicidade: construindo conceitos por meio da experimentação.	Participação no Espaço Infantil.	Educação Infantil
Projeto LudC-Art – Resgatando a cultura lúdica na infância.	Participação no Espaço Infantil.	Educação Infantil
Projeto MusiC-Art: entre vozes e ecos da cultura musical.	Participação no Espaço Infantil.	Educação Infantil
Projeto InterAção – Responsabilidade Social e Meio Ambiente.	Oferece oficinas e instalações pedagógicas sobre coleta seletiva.	Ciências Sociais
Projeto de Educação Financeira da Liga Acadêmica Newton Paulo Bueno.	Realiza oficina com os expositores sobre educação financeira.	Ciências Econômicas
Liga de Reumatologia	Espaço para tirar dúvidas dos consumidores sobre doenças reumáticas.	Medicina

Em relação às atividades de Pesquisa, pode-se observar a realização de seis iniciativas envolvendo discentes de graduação e pós-graduação (**Quadro 12**).

Quadro 12: Atividades de Pesquisa realizadas no Quintal Solidário.

Modalidade: Pesquisa		
Nome da atividade	Vínculo	Cursos envolvidos
O Impacto do Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar: um estudo do papel da feira enquanto espaço de comercialização e formação.	Trabalho de Conclusão de Curso	Cooperativismo
Análise da Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário.	Mobilidade Acadêmica	Licenciatura em Redes Agroalimentarias (Universidade Autônoma Chapingo)
Importância do “Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar” na situação da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos expositores.	Dissertação de Mestrado	Programa de Pós-Graduação em Agroecologia
A construção de uma cadeia de produção, comercialização e consumo sustentável: a experiência do Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar em Viçosa-MG.	Apresentação Oral no Simpósio de Integração Acadêmica (SIA)	Cooperativismo
Realização de feiras como estratégia de valorização e promoção da agricultura familiar e economia solidária.	Apresentação Oral no Encontro Nacional de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ENPSSAN)	Programa de Pós-Graduação em Agroecologia
Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão em uma feira de agricultura familiar e economia solidária.	Apresentação Oral no VI Simpósio de Pós-Graduação em Agroecologia da UFV (SIMPA)	Programa de Pós-Graduação em Agroecologia

Por fim, as atividades de ensino realizadas foram sistematizadas em quatro atividades principais e tiveram o envolvimento de três cursos de graduação; um colégio de aplicação; duas escolas de família agrícola da Zona da Mata mineira e de intercambistas norte-americanos.

Quadro 13: Atividades de Ensino realizadas no Quintal Solidário.

Modalidade: Ensino		
Nome da Atividade	Responsável	Cursos envolvidos
Desenvolvimento de preparações saudáveis a partir de produtos comercializados no Quintal Solidário.	NUT 329 – Técnica Dietética I	Nutrição
Construção de um Boletim Informativo sobre a atuação da Vigilância Sanitária com a agricultura familiar.	NUT 355 – Vigilância Sanitária	Nutrição
Avaliação das etapas de pré-preparo e armazenamento de hortaliças adquiridas por consumidores do Quintal Solidário.	NUT 357 – Nutrição Social	Nutrição
Aulas realizadas no Quintal Solidário com o objetivo de apresentar a feira e fazer relações com Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional.	Ministradas pela Coordenação do Quintal Solidário.	Colégio de Aplicação; Nutrição; Licenciatura em Educação no Campo; Cooperativismo; Escolas de Família Agrícola de Ervália e Araponga; Intercambistas (Texas A&M University).
Aula ministrada no Quintal Solidário.	ERU 711 – Processos sociais, desenvolvimento local e transição agroecológica.	Programa de Pós-graduação em Extensão Rural.
Aula ministrada no Quintal Solidário.	ERU 307 – Economia Solidária I	Graduação em Cooperativismo.
Aula ministrada no Quintal Solidário.	ERU 356 – Comunicação Organizacional	Graduação em Cooperativismo.

Uma ação importante realizada pela parceria com o Departamento de Nutrição e Saúde da UFV demonstra a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão das atividades que ocorrem no Quintal Solidário. A professora que ministra a disciplina de Técnica Dietética na instituição, desenvolveu o projeto “Tropeiro alternativo” que consiste em atender uma demanda do público, da comissão organizadora e de uma expositora em tornar o seu produto mais saudável.

A atividade contou com a participação de estudantes de Nutrição e Economia Doméstica que cursaram a disciplina de Técnica Dietética, em 2017. Elas desenvolveram uma nova formulação para o Feijão Tropeiro e realizaram oficina culinária junto com a expositora, fazendo as adequações necessárias e levando em consideração a realidade da mesma. Após ajustes nos ingredientes e nas técnicas de preparo, a equipe obteve uma redução de, aproximadamente, 19% das calorias, 41% das gorduras, principalmente saturada e de 60% do sódio em relação ao tropeiro tradicional; aumento de, aproximadamente, 14% das fibras, 12% do cálcio e 12% do ferro. Ajustou-se ainda o preço e o modo de preparo e foi feita uma degustação em um dia específico com o público da feira. O teste de aceitação da degustação mostrou que 62% (n=52) adoraram e 34% (n=29) gostaram da preparação.



Figura 19: Oficina culinária realizada no Departamento de Nutrição e Saúde da UFV com expositora do Quintal Solidário.

3.9 Análise textual das Relatorias

Realizou-se o compilado das relatorias de reuniões para compreender os conteúdos abordados na organização e desenvolvimento do Quintal Solidário, buscando assim evidenciar as temáticas que foram importantes nesse processo.

Como resultados observa-se que o corpus geral foi constituído por 58 textos, separados em 819 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 758 ST (92,55%).

Emergiram 29.984 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 3.787 palavras distintas e 1.831 com uma única ocorrência. O conteúdo analisado foi categorizado em cinco classes: Classe 1, com 226 ST (29,93%); Classe 2, com 166 ST (21,99%); Classe 3, com 77 ST (10,2%); Classe 4, com 131 ST (17,35%) e Classe 5, com 155 ST (20,53%).

Vale ressaltar que essas cinco classes se encontram divididas em duas ramificações (A e B) do corpus total em análise. O subcorpus A, “Normatização”, composto pela Classe 1 (Produtos e Expositores) e pela Classe 5 (Regulamentação). O subcorpus B, é subdividido em B1 que é a Classe 4 (Divulgação) e B2 que é composto pela Classe 2 (Gerenciamento das Atividades) e Classe 3 (Ensino, Pesquisa e Extensão) (**Figura 20**).

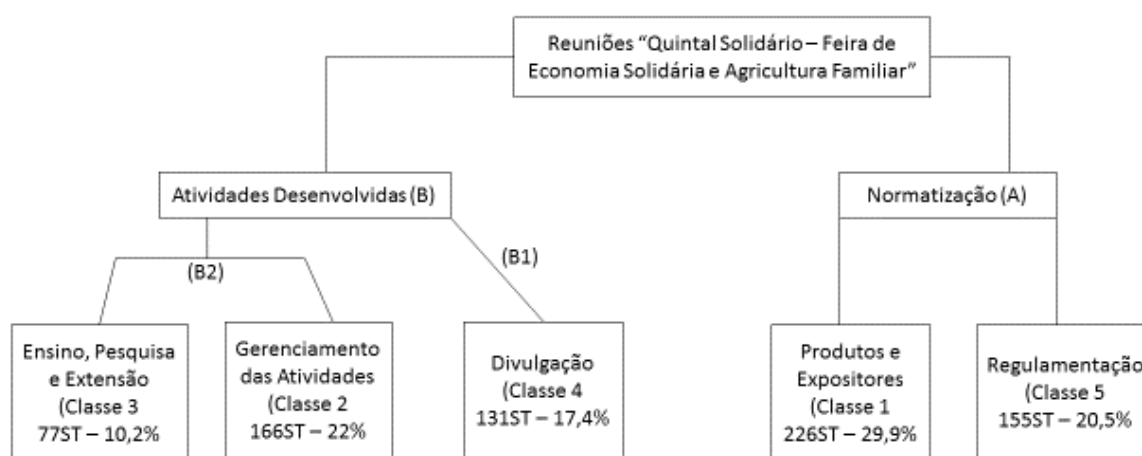


Figura 20: Dendrograma das Relatorias de Reuniões do Quintal Solidário - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar.

O subcorpus A trata dos aspectos de Normatização do projeto, desde a criação de documentos ao controle deles ao longo do tempo. Na Classe 1 (Produtos e Expositores) são abordados assuntos como a qualidade dos produtos oferecidas, assessoria e visitas técnicas aos expositores e situação geral de cada expositor. Destaca-se nessa classe a importância das parcerias com a EMATER e Vigilância Sanitária nesses processos e os assuntos dessa classe foram abordados em reuniões da Comissão Organizadora.

Ainda no subcorpus A, a Classe 5 (Regulamentação) apresenta as discussões sobre os objetivos e princípios do Quintal Solidário e as normas estabelecidas no Regimento Interno, buscando principalmente alcançar produção de alimentos processados adequada às legislações vigentes e a produção de hortifrutigranjeiro sob os princípios da Agroecologia. Esses assuntos foram abordados nas reuniões da Comissão Organizadora e dialogado com os Expositores nas reuniões mensais com eles.

O subcorpus B apresenta as Atividades desenvolvidas pela equipe, com uma abordagem mais operacional do projeto. Em B1 encontra-se a Classe 4 (Divulgação) que tem

ampla discussão nas reuniões de todas as equipes (Comissão Organizadora, Comissão Executiva e Expositores). Observa-se que diversos métodos de divulgação foram propostos e testados ao longo do tempo, visando diferentes públicos.

Já em B2 tem-se a Classe 2 (Gerenciamento de Atividades), sendo esta a classe mais operacional, nas reuniões da Comissão Executiva, onde se discute as programações da feira, planejamento de atividades e deliberações entre os responsáveis. Nessa Classe observa-se a liderança da Técnica de Nível Superior na condução e controle das atividades dos estagiários voluntários e bolsistas.

Observa-se ainda em B2 a Classe 3 (Ensino, Pesquisa e Extensão) onde nas Reuniões da Comissão Organizadora são discutidas todas as iniciativas que foram desenvolvidas e os retornos que as mesmas deram para o Quintal Solidário e na Reuniões da Comissão Executiva são abordados os espaços de formação realizados para os expositores.

De uma maneira geral os conteúdos determinantes nas Reuniões de organização do Quintal Solidário foram as questões operacionais para o desenvolvimento do projeto; os aspectos relacionados às Boas Práticas de Fabricação e Segurança dos produtos oferecidos além das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Então, pode-se aferir pontos norteadores do projeto, como a qualidade dos produtos, da equipe e envolvimento constante com o desenvolvimento de atividades acadêmicas.

4. Discussão

A 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional já apontava que eram necessárias mudanças nos sistemas alimentares, principalmente no incentivo ao manejo agroecológico e a Economia Solidária como promotora do mercado justo e geração de renda, incentivando a inclusão de feiras para que os circuitos curtos de comercialização garantam o Direito Humano a Alimentação Adequada (BRASIL, 2011).

Ainda, as políticas públicas de Economia Solidária no Brasil tiveram grande destaque a partir de 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, por isso há um direcionamento de estudos a essa temática e desenvolvimento de múltiplas iniciativas no campo da extensão universitária em todo o país (COSTA, 2013).

No mesmo período observa-se também priorização de agendas políticas para a Agricultura Familiar, principalmente pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). O Estado passou a promover o desenvolvimento rural familiar representando importante reversão da marginalização histórica da sociedade rural brasileira (GRISA et al, 2017).

Entretanto, os grandes avanços na zona rural brasileira em relação a produção e geração de renda tem sido analisado de forma acrítica por grande parte dos pesquisadores, uma vez que essa consolidação não se fez de forma uniforme, ainda há muito o que avançar e atingir àquelas famílias rurais que ainda se encontram nos níveis de pobreza sem acesso a mercado (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

Esse cenário reforça então o papel das iniciativas locais de geração de renda e acesso a mercado para AF e EES, a fim de diagnosticar e promover ações de desenvolvimento local em consonância com os avanços que já se consolidaram, em termos de políticas públicas. Por isso, o Quintal Solidário cumpre esse papel de articular diversos atores sociais na construção de um espaço de geração de renda a beneficiários de políticas públicas.

Em relação ao desenvolvimento local, observa-se que a Zona da Mata mineira, região onde o Quintal Solidário é desenvolvido, se destaca pelo desenvolvimento de atividades no campo da Agroecologia e Economia Solidária, principalmente com apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, CTA-ZM e diversas entidades que compõem o movimento social em parceria com a UFV (LADEIRA, 2016; MOREIRA, 2009). Essa relevância inclusive levou ao desenvolvimento do Projeto de Lei nº 4.029/2017 que institui a Zona da Mata mineira como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica. Esse cenário então, corrobora para que iniciativas como o Quintal Solidário se desenvolvam a partir de diversas parcerias e com grande mobilização da AF e EES.

Assim, o Quintal Solidário se organizou a partir de diferentes parcerias (ASPUV, ITCP, Vigilância Sanitária, EMATER, DNS-UFV, entre outras), propiciando então uma gestão colaborativa onde cada entidade pode contribuir naquilo que tem relação com a sua área de atuação. Esse tipo de governança plural, colaborativa, tem se desenvolvido nas organizações sociais principalmente por destacarem entre os atores sociais relações de confiança, reciprocidade, cooperação e integração (MARTINS, 2016). Percebe-se que para o desenvolvimento do Quintal Solidário essas parcerias foram essenciais não só para a criação, mas para o fortalecimento do projeto e empoderamento dos expositores.

A EMATER tem atuação com a consolidação de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os extensionistas ocupam papel importante no relacionamento com famílias de agricultoras e agricultores familiares no Brasil, para além da assistência técnica, divulgando e os incluindo nas políticas públicas. No caso do Quintal Solidário não foi diferente, ao longo de todo o

desenvolvimento da feira a EMATER prestou assistência técnica e esteve presente como elo de ligação entre as famílias e a Feira (WAGNER, 2017; MEIRA, 2018).

Sob o aspecto da produção de alimentos segura, destaca-se as parcerias com a Vigilância Sanitária e o Departamento de Nutrição e Saúde da UFV. Sabe-se que a manipulação correta dos alimentos reduz os riscos de doenças veiculadas e para garantia dessa segurança é importante a realização de espaços formativos com os manipuladores de alimentos. Além disso, a Rotulagem Nutricional se destaca como um indicador de qualidade dos produtos e deve estar sempre atualizada (SOARES; ALMEIDA; LARROZA, 2016). Nesse sentido, esses parceiros atuaram ministrando oficinas aos expositores e orientando em diversas situações sobre as normas e exigências quanto a qualidade dos alimentos. Essa construção permite maior confiança dos consumidores em relação aos produtos, aumentando a possibilidade de venda.

Em relação ao ambiente acadêmico em que a Feira foi construída, cabe ressaltar que as Universidades devem promover formação crítica e reflexiva, priorizando a produção de conhecimento que possibilite mudanças sociais, como é o caso deste projeto (SPATTI, 2016).

Além do ambiente universitário do Quintal Solidário, destaca-se o papel do Sindicato de Docentes, que como realizador cumpre o papel, proposto por Singer (2007) de colaboração entre as classes trabalhadoras em iniciativas de autogestão que propiciem transformações sociais. Costa (2013) também apresenta o papel das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que buscam o fortalecimento da Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional por meio da geração de trabalho e renda. Essa parceria então entre a ITCP-UFV e a ASPUV são complementares e coerentes aos princípios das duas entidades, além de possibilitarem um espaço de formação crítica dentro da Universidade.

A Constituição Brasileira de 1988 dispõe no artigo 207 que “as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. ”, portanto as atividades realizadas no Quintal Solidário são exemplos dessa articulação necessária, tornando a feira um ambiente de laboratório para que acadêmicos e docentes desenvolvam diversas atividades contribuindo tanto para a formação dos estudantes quanto para o desenvolvimento local, principalmente dos expositores da feira.

Observa-se então uma preocupação no Projeto com a construção do conhecimento e elaboração de processos formativos, como oficinas tanto para os expositores quanto consumidores. A Fundação Konrad Adenauer (2010) apresenta a importância das parcerias

não só para organização e realização das feiras, mas também para viabilizar processos educativos e formativos.

Ainda em relação à programação da feira, as atrações culturais têm destaque pois promovem os artistas locais e representam um espaço de socialização e lazer. Budue e Gomes (2011) retratam a importância destes espaços para que o encontro de pessoas ultrapasse os limites da comercialização. Passa a ser um espaço de construção pedagógica, mas com encontros humanos prazerosos entre todos os atores sociais: consumidores, expositores, organizadores e parceiros.

A socialização pode ser vista também como uma questão de saúde relacionada ainda ao consumo. Sampaio (2017) aponta que a sociedade moderna tem um grau de associação do bem viver com o consumo e que, a partir das mudanças climáticas e da incerteza de futuro das próximas gerações, muitas pessoas têm repensado o seu modo de consumir. Há uma proximidade no caso do Quintal Solidário onde os princípios de Consumo Consciente são reafirmados, e o espaço de lazer para todas as idades é proposto. Sendo assim, há uma aproximação da saúde não só do ponto de vista de uma alimentação saudável, mas como do bem viver.

Observa-se ainda, do ponto de vista da saúde, a variedade de alimentos ofertados pelos expositores do Quintal Solidário. Sabe-se que as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) é de que a base da alimentação deve ser de alimentos in natura, com consumo moderado de alimentos processados e restrição dos alimentos ultraprocessados. Além da possibilidade de atender à essa regra do Guia Alimentar, a Feira possibilita a compra de alimentos frescos, com princípios agroecológicos e com preço justo.

Assim, entende-se que a multidimensionalidade das políticas públicas de agricultura familiar e economia solidária são importantes para uma abordagem do sistema agroalimentar de maneira sistêmica, propiciando mecanismos de desenvolvimento social da produção ao consumo, com articulação de diversos setores e atores sociais (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013).

O Quintal Solidário tem colocado em prática que a Agroecologia e Economia Solidária podem se articular para a consolidação do direito à Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional uma vez que a comercialização de alimentos promove a rede de proteção social, gerando renda a quem produz e alimento saudável a quem consome. Dubeux e Batista (2017) reforçam que mesmo possuindo diferentes estratégias de ação, estes

dois movimentos se fortalecem na luta pelos objetivos comuns favorecendo a luta camponesa pelos direitos humanos.

5. Considerações Finais

O Quintal Solidário enfrenta desafios institucionais desde a sua concepção e só foi possível ser concretizado pela articulação de entidades e atores pessoais comprometidos com o desenvolvimento local e com as políticas públicas para Agricultura Familiar e Economia Solidária.

A Feira tem gerado diversas contribuições à sociedade, como a geração de renda a beneficiários de políticas públicas; inclusão social e produtiva; espaço de socialização e lazer para a UFV e a cidade de Viçosa-MG; incentivo ao consumo consciente e promoção do acesso ao alimento saudável principalmente pela integração ensino, pesquisa e extensão entre Universidade e comunidade.

É um espaço de formação, onde as atividades de ensino, pesquisa e extensão tem se desenvolvido de forma indissociável, construindo conhecimento tanto aos acadêmicos quanto aos expositores e consumidores envolvidos com a feira.

Se constitui como uma oportunidade de mercado aos expositores e os consumidores se beneficiam de produtos diversos e de qualidade, formando assim uma via de mão dupla onde a rede de atores sociais do sistema agroalimentar se desenvolve conjuntamente.

6. Referências

AMORIM, R. et al. **Como organizar feiras de economia solidária**. Brasília: IMS / FBES / Fundação Banco do Brasil / MDA / MTE / L'Hermitage, 2006.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018.

ARAÚJO, T.P.; LIMA, R.O.; MACAMBIRA, J. **Feiras Agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Pernambuco, 2015. 280p.

ASSIS, S. C. R. **Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade compra institucional, na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais e situação de (in) segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiários**

forneecedores. 2016. 319f. Dissertação [Mestrado em Agroecologia]. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

BADUE, A. F. B.; GOMES, F. F. F. **Parceria entre Consumidores e Produtores na organização de feiras.** São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2012. p. 279.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira.** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Relatório final. **4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:** Alimentação adequada e saudável: Direito de todos. Salvador, 2011.

COSTA, B. A. L. Economia solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. **Revista ELO–Diálogos em Extensão**, v. 2, n. 2, 2013.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. B. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013. cap. 2, p. 139-170.

DE BARROS MOREIRA, V. D. L. et al. Intercâmbios para troca de saberes–Fortalecendo a Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. **Cadernos de Agroecologia**, v. 4, n. 1, 2009.

DUBEUX, A.; BATISTA, M. P. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 227-249, 2017.

FUNDAÇÃO Konrad Adenauer. **Agroecologia: organizando feiras.** Fortaleza, 2010. Série Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado, n. 5.

GRISA, C. et al. Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. **Sociedade e Cultura**, v. 20, n. 1, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Município de Viçosa -MG.

IDEC. Rota dos Orgânicos. **Revista do IDEC**, São Paulo, n. 162, p. 20-23, fev., 2012.

LADEIRA, P. D. et al. Programa de formação feminismo e agroecologia: mulheres agricultoras superando as desigualdades de gênero na zona da mata de Minas Gerais. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

MARTINS, H. F. Governança colaborativa na prática: Desafios das parcerias com organizações sociais no Brasil. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, v. 15, n. 1, p. 17-30, 2016.

MEIRA, L. A. Interações entre extensão rural e agricultura familiar: o trabalho no campo na perspectiva do assistente técnico rural. 2018.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes; 2012.

MOREIRA, V. D. L. B. et al. Intercâmbios para troca de saberes–Fortalecendo a Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. **Cadernos de Agroecologia**, v. 4, n. 1, 2009.

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de agroecologia. In: NIEDERLE, A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. B. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. cap. 2, p. 171-214.

SAMPAIO, C. A. C. et al. Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. **Saúde e Sociedade**, v. 26, p. 40-50, 2017.

SCHMITT, C.J. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.8, n.3, 2011.

SILVA, M.N.; CECCONELLO, S.T.; ALTEMBURG, S.G.N.; SILVA, F.N.; BECKER, C. Family farming and the short circuit of supply: a case study of the free fair of the city of Jaguarão, RS. **Espacios**, v.38, n.47, 2017.

SINGER, P. In: Economía solidaria. Um modo de producción y distribución. CORAGGIO, J.L. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007.

SOARES, L. S.; ALMEIDA, R. C. C.; LARROZA, I. N. Conhecimento, atitudes e práticas de manipuladores de alimentos em segurança dos alimentos: uma revisão sistemática. **Hig. aliment**, v. 30, n. 256/257, p. 71-76, 2016.

SOUZA, H. N. **Sistematização da experiência participativa com sistemas agroflorestais: rumo à sustentabilidade da agricultura familiar na zona da mata mineira**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa.

SPATTI, A. C.; SERAFIM, M. P.; DIAS, R. B. Universidade e pertinência social: alguns apontamentos para reflexão. **Avaliação (Campinas)**, v. 21, n. 2, p. 341-360, 2016.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VEDANA, V. **“Fazer a feira”: Estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre**. [Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social], 2004, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

WAGNER, E. J. As contribuições do extensionismo rural da EMATER/RS-ASCAR: o PNAE em São Lourenço do Sul-RS. 2017.

5.2 Artigo 3: Situação de Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias que comercializam hortifrutigranjeiros em uma Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária

Resumo

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), bem como a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada em populações rurais no Brasil sempre foi um desafio. Apesar de políticas públicas terem melhorado o cenário, garantindo geração de renda e acesso a mercados, ainda o público rural é considerado vulnerável. Objetivou-se caracterizar a situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional (InSAN) das famílias de expositores que comercializam hortifrúti na Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária. Trata-se de um estudo transversal onde utilizou-se questionário semiestruturado para identificar as questões socioeconômicas e demográficas; condições de moradia e acesso a bens e serviços e caracterização da produção de alimentos. Aplicou-se inquéritos para avaliação da disponibilidade alimentar domiciliar e como método direto de avaliação da SAN utilizou-se a Escala Brasileira de Segurança Alimentar. Observou-se que 90% (n=9) das famílias apresentaram pelo menos um indicador de InSAN. O que mais se destacou foi o Estado Nutricional, 80% (n=8) das famílias apresentam pelo menos um integrante com excesso de peso. Além disso, uma família foi classificada em pobreza quanto a renda. A participação em programas governamentais também foi considerada, 4 famílias nunca tiveram acesso a políticas públicas específicas para agricultura familiar. Quanto a experiência de participação na feira, destacou-se a geração de renda e criação de rede social por meio do ambiente agradável promovido. Sendo assim, o espaço da feira contribui para a promoção de saúde e de SAN. Espera-se que iniciativas de acesso a mercado para agricultura familiar sejam incentivadas e difundidas por meio de políticas públicas.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Agricultura Familiar; Feira.

1 Introdução

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) vem sendo construído ao longo dos anos e ele se dá de maneira complexa e ampla. O uso deste conceito evidenciou-se com a entrada, nas agendas governamentais, de uma série de programas e políticas públicas que vem promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (MORAIS et al, 2014).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) define a SAN como “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.

O Brasil, no relatório da FAO sobre o Estado da Insegurança Alimentar no mundo (2014), teve destaque pela saída do mapa da fome. Os pontos relevantes para este êxito foram estratégias governamentais de combate à fome e a extrema pobreza. Os resultados foram significantes não só no que diz respeito a fome, mas também a subalimentação, dando ênfase a desnutrição infantil, entretanto os novos relatórios apontam para um declínio dessa situação (FAO, 2018).

Vale destacar que em 2015 foram estabelecidos os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio para serem cumpridos até 2030. Dois deles, “erradicar a pobreza em todas suas formas e pôr fim à fome, alcançar a segurança alimentar e a melhora da nutrição e promover a agricultura sustentável” estão diretamente relacionados à SAN e a produção de alimentos. Para atingir tais objetivos faz-se importante considerar o acesso ao alimento, a produção agrícola, o acesso à terra, sistemas sustentáveis de produção e o comércio justo do setor alimentício.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), tanto de 2009 quanto de 2013, apontam que existem maiores prevalências de insegurança alimentar moderada e grave em famílias que residem nas zonas rurais de todas as regiões do Brasil. Entretanto, há uma melhora na situação de segurança alimentar destas famílias de 2009 para 2013.

Diversos estudos realizados na zona da mata de Minas Gerais corroboram com a situação nacional, onde grande parte dos domicílios de agricultores familiares avaliados tem se destacado pela Insegurança Alimentar e Nutricional, distrofias nutricionais e presença de doenças crônicas não transmissíveis. Observa-se que a situação de Insegurança Alimentar e

Nutricional está relacionada à renda, muitas vezes comprometidas em famílias rurais pela falta de acesso a mercados justos (GUSMÃO, 2016; LOPES, 2017; MIGUEL, 2018; MORAIS, 2014; TRIVELATT0, 2018; DUTRA, 2018).

Diante dessa situação é importante destacar que o mercado agroalimentar no Brasil e no mundo é, em grande parte, dominado pelo agronegócio com grandes latifúndios, excluindo do mercado a agricultura familiar. Entretanto, nos últimos anos iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a obrigatoriedade de compra da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se destacaram na geração de renda da população rural e possibilitaram o crescimento de outros mercados como as feiras de agricultura familiar e economia solidária (ESTEVAM, 2018).

É importante então conhecer os determinantes da Insegurança Alimentar e Nutricional das populações rurais e evidenciar a relação entre as políticas públicas que promovem geração de renda e possibilidades de mercado. Objetivou-se caracterizar a situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional das famílias de expositores que comercializam hortifrúti na Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária.

2 Metodologia

Tratou-se de um estudo transversal com 10 famílias de Agricultores Familiares que comercializavam alimentos in natura (hortifrutigranjeiros) em uma Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária em Viçosa, Zona da Mata mineira. Foram incluídas todas as famílias do setor de hortifrutigranjeiros (n=10) participantes da Feira no período de setembro de 2016 (primeira feira) a março de 2018 que aceitaram participar do estudo.

Considerou-se a Segurança Alimentar e Nutricional como multifacetada e por isso a abordagem de diversos métodos diretos e indiretos de avaliação foram utilizados. Caracterizou-se as famílias com informações coletadas a partir de questionário semiestruturado, utilizando os indicadores socioeconômicos e demográficos: sexo, idade, etnia, estado civil, tamanho da família, renda e condições de moradia e habitação. Utilizou-se a Pesquisa de Padrões de Vida (PPV) como metodologia para classificação das condições de habitação. A pontuação foi feita considerando material de revestimento, presença de bens e serviços, número de cômodos e densidade de moradores, podendo então classifica-las em condições adequadas, intermediárias ou precárias de moradia (IBGE, 1998).

A renda mensal familiar foi auto relatada e segmentada em renda proveniente de atividades agrícolas e de outros meios, a partir de então calculou-se a renda per capita mensal

das famílias. A classificação quanto a renda foi feita seguindo o proposto por Maluf (2007), onde considerou-se renda per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo como pobreza e renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo como extrema pobreza. Ressalta-se que o salário mínimo considerado foi o vigente no ano de 2018 (R\$954,00).

A disponibilidade alimentar domiciliar foi feita aplicando-se inquérito com a quantidade disponível de cada alimento no domicílio nos últimos 30 dias, identificando a procedência dos gêneros alimentícios: comprados, produzidos, ganhados ou trocados. Para compilar os dados utilizou-se o software Avanutri (Versão 4.0) com registro de todos os alimentos para o cálculo calórico. Para cada família calculou-se a disponibilidade calórica domiciliar mensal e esse valor foi dividido por 30 dias e pelo número de moradores do domicílio obtendo então, a disponibilidade calórica per capita/dia. Para classificar os domicílios em relação à disponibilidade calórica utilizou-se os critérios propostos por Smith; Subandoro (2007): baixa - Insegurança alimentar e nutricional (<2500 kcal per capita/dia); média (>2500 <3000 kcal per capita/dia) e alta (>3000 kcal per capita/dia).

Em relação aos indicadores antropométricos aferiu-se peso e estatura de todos os integrantes das famílias (n=28). Utilizou-se para o peso, balança digital eletrônica com capacidade de 150kg e subdivisão de 50 gramas e para a estatura, antropômetro vertical dividido em centímetros e subdividido em milímetros. A classificação do estado nutricional das crianças e adolescentes foram realizadas considerando sexo e idade para os índices Estatura/Idade e IMC/idade (WHO 2006; 2007) e para os adultos e idosos a classificação do Índice de Massa Corporal (IMC) segundo a WHO (2000). A estatura por idade em adultos e idosos pode ser considerada um indicador social de déficit nutricional cumulativo, por isso classificou-os pela WHO (2007), utilizando-se pontos de corte para 19 anos (WORKD BANK, 2004; OLIVEIRA et al, 2009). Quando pelo menos um membro da família apresentou alguma distrofia nutricional, baixo peso ou excesso de peso, a família foi classificada em Insegurança Alimentar e Nutricional.

A aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) permitiu verificar a (in) segurança alimentar das famílias de forma direta. O (a) responsável pela alimentação no domicílio respondeu ao questionário permitindo classificar as famílias em situação de segurança alimentar, insegurança alimentar leve, moderada ou grave, de acordo com a pontuação (IBGE, 2014).

A produção de alimentos foi investigada utilizando-se questionário no qual considerou-se aspectos referentes ao tipo de manejo agrícola, uso de agrotóxicos e mudanças

na produção a partir da inserção na feira. Considerou-se os aspectos produtivos como essenciais à consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias.

Os dados foram organizados em banco no Microsoft Office Excell, digitados em duplicata e utilizou-se a estatística descritiva com apresentação gráfica e tabular para apresentação dos dados. A pesquisa foi submetida e aceita pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa/MG sob número de parecer 2.425.454 e todos os voluntários assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou Termo de Assentimento, no caso de menores de 18 anos.

3 Resultados e Discussão

O estudo avaliou 10 famílias agricultoras que comercializam hortifrutigranjeiros em uma Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar e o total de indivíduos da amostra foi de 28. O número de famílias representa o total que compõem esse setor na feira.

Quanto a localização observa-se abrangência de atuação da Feira não só em Viçosa, como também de outras cidades da Zona da Mata mineira (Figura 1).

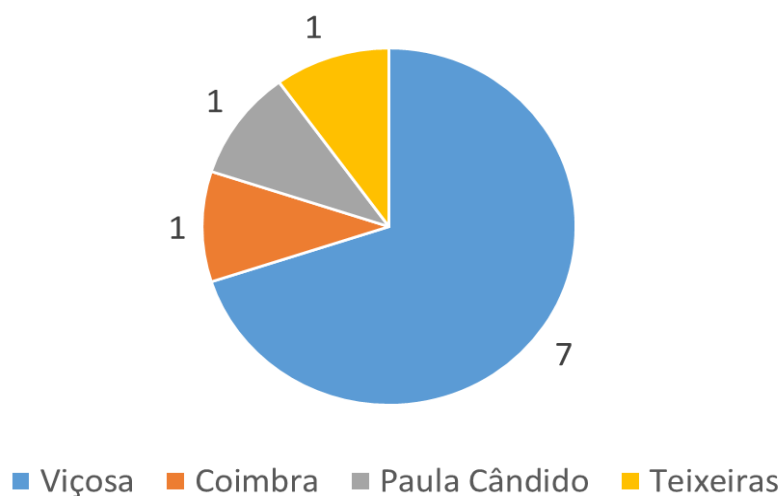


Figura 1: Cidades de origem das famílias que comercializam na Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária, Viçosa-MG.

A população do estudo é, em sua maioria, do sexo feminino (57,1% - n=16) e destaca-se que a maior parte deles são adultos (64,3% - n=18).

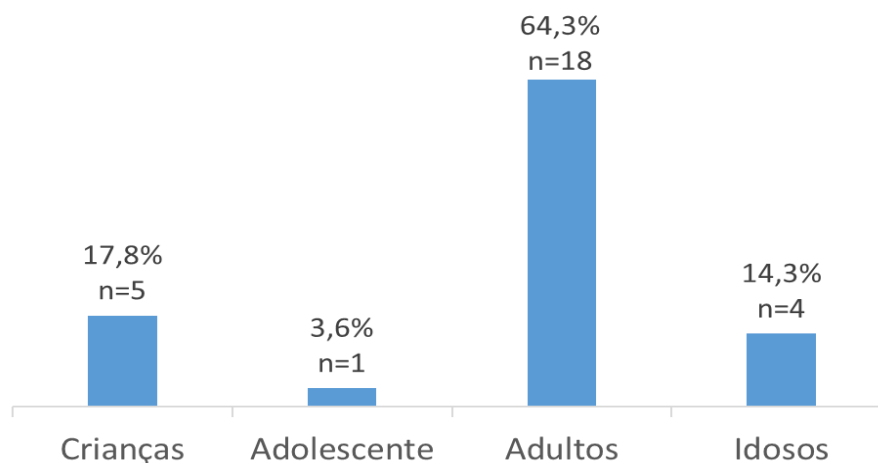


Figura 2: Caracterização da população pelas fases da vida, Viçosa-MG.

Observa-se o predomínio de indivíduos que moram com companheiro ou companheira, totalizando 9,1% (n=2) de solteiros na amostra. Já em relação à renda auto relatada, uma família (10%) encontra-se em situação de pobreza quando observado o salário mínimo per capita pela classificação de Maluf (2007) (Tabela 1).

Tabela 1: Caracterização socioeconômica, Viçosa – MG.

Variáveis	N	%
Estado Civil ¹		
Solteiro	2	9,1%
Casado	12	54,5%
União Estável	8	36,4%
Renda per capita/mês SM ²		
$> \frac{1}{4} \leq \frac{1}{2}$ de SM	1	10%
$> \frac{1}{2} \leq 1$ de SM	5	50%
> 1 de SM	4	40%

¹Estado civil de maiores de 18 anos.

²Salário mínimo (SM) vigente em 2018: R\$954,00

A renda média per capita mensal no Brasil, segundo o IBGE foi de R\$1.271 em 2017 e de R\$1.285 em 2016, entretanto a extrema pobreza subiu de 3,2% em 2014 para 4,8% em 2017. Por outro lado, o estudo também mostra que em relação a população rural brasileira as questões de renda foram fortificadas pelo PRONAF, PNAE, PAA e Bolsa Família,

evidenciando então a importância dos mercados para a geração de renda dessa população vulnerável (SILVEIRA, 2016).

Apesar dos avanços detectados em políticas públicas de enfrentamento às desigualdades sociais no Brasil, a insegurança alimentar pode ser observada por conta dos elevados índices de pobreza extrema e outras disparidades sociais como cor/raça e urbano versus rural (KEPPLE, 2014). Por isso, o resultado encontrado, mesmo sendo de apenas uma família em situação de pobreza pela renda, reforça que é preciso criar esforços como a Feira em questão para que a população rural tenha possibilidade de garantia da SAN.

Já a caracterização dos domicílios quanto a metodologia da Pesquisa de Padrão de Vida do IBGE (1998) demonstrou que 100% (n=10) das famílias estavam em condições adequadas de moradia. Outros determinantes de bem-estar social que podem estar associados às condições de saúde e acesso a informação também apresentaram resultados satisfatórios, uma vez que todos os domicílios têm água encanada; lixo coletado; energia elétrica; fogão e geladeira e em relação ao esgoto, 50% destina-se à rede pública de encanamento e os outros 50% apresentam saneamento básico rural por meio de fossas sépticas. Observa-se ainda que 70% (n=7) das famílias tem imóvel próprio e todas tem meio de transporte próprio, sendo ele carro ou moto e, no caso de duas famílias, os dois meios.

Muitas dessas famílias relataram melhorias nas condições de moradia recentes, evidenciando as facilidades de acesso a crédito e a renda proveniente do PNAE e PAA, sendo assim a Feira se constitui como mais um espaço para melhoria da qualidade de vida e acesso a bens e serviços dessas famílias. Silveira (2016) aponta características semelhantes a essa em todo o Brasil rural que se desenvolveu nos últimos anos em relação a moradia, saneamento básico rural e meio de transporte próprio.

A avaliação da disponibilidade calórica dos últimos 30 dias do domicílio revelou que todos os domicílios estão em situação de Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que 60% (n=6) dos domicílios apresentaram disponibilidade calórica mensal per capita média e 40% (n=4) alta, segundo a classificação de Smith e Subandoro (2007).

Outros estudos realizados na Zona da Mata Mineira com famílias de agricultores familiares que tiveram acesso a mercado por meio do PNAE e do PAA encontraram domicílios inseguros quanto a disponibilidade calórica, entretanto a maior parte dos domicílios também se encontravam com disponibilidade calórica média e alta (ASSIS, 2016; TRIVELLATO, 2018). Sendo assim, observa-se uma consonância entre as famílias rurais que

tiveram geração de renda por meio do acesso ao mercado direto em relação à disponibilidade de alimentos nos domicílios.

Apesar do resultado satisfatório, é importante alertar quanto a presença de alimentos com alta densidade calórica, ricos em açúcares e gorduras, muitas vezes ultraprocessados, colocando então a família em uma situação de vulnerabilidade quanto a SAN. Observa-se então que em relação à procedência das calorias na maior parte dos domicílios vem de alimentos comprados, pois apenas uma família tem disponibilidade calórica advindas da produção maior que de compra (Tabela 2). Pode-se inferir que esse resultado se deve ao fato de que a maioria dos alimentos produzidos são hortaliças e de maneira geral são gêneros alimentícios de baixa densidade calórica, porém é importante incentivar a produção para autoconsumo como promotora de SAN.

Tabela 2: Distribuição da disponibilidade calórica mensal, segundo procedência dos alimentos, Viçosa-MG.

Variáveis	Mediana (kcal) (mínimo – máximo)	% de Kcal em relação ao total
Disponibilidade Calórica Mensal Total	280.348 (157.615 – 428.690)	100
Disponibilidade Calórica Mensal de Alimentos Comprados	228.248 (80.498 – 346.807)	81,4
Disponibilidade Calórica Mensal Total de Alimentos Produzidos	51.077 (17.733 – 84.399)	18,2
Disponibilidade Calórica Mensal Total de Alimentos recebidos por troca ou doação	2.588 (0 – 61.931)	0,4

Gazolla (2004) traz que a pobreza junto a situação de insegurança alimentar no rural brasileiro tem como base a pouca produção para autoconsumo decorrente de uma especialização produtiva para atender ao mercado. A comercialização direta e a produção para autoconsumo passam a ser características de garantia da soberania alimentar e ainda se mantêm na prática da agricultura familiar, possibilitando a independência dos grandes mercados da alimentação (MARQUES, 2010; PEREIRA, 2015).

Em um estudo realizado com feiras em Santa Catarina evidenciou que os agricultores feirantes adotavam a prática de produção de alimentos para autoconsumo, constituindo um ambiente de promoção da SAN pela disponibilidade alimentar (POZZEBON, 2017). Reitera-

se então a feira como ambiente promotor da SAN pela disponibilidade calórica e principalmente pela diversidade de produtos como encontrado nesse estudo.

O estado nutricional, classificado pelo IMC demonstrou que 32,1% (n=9) dos indivíduos apresentaram excesso de peso (sobrepeso e obesidade) (Figura 3). Quando se avalia o estado nutricional por grupo etário observa-se que as crianças e o adolescente estão adequados, contudo tanto em adultos quanto em idosos a frequência de eutrofia é de 50%. Evidencia-se então esses indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e com 39,2% (n=9) da amostra em risco cardiometabólico pela relação cintura estatura (Figura 4).

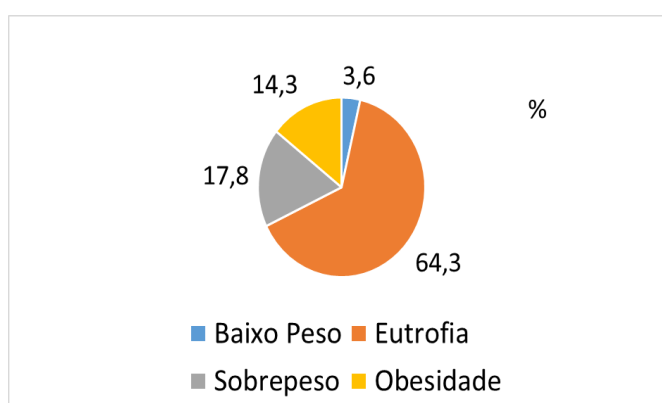


Figura 3: Estado nutricional de famílias de agricultores de uma Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária, Viçosa – MG, 2018.

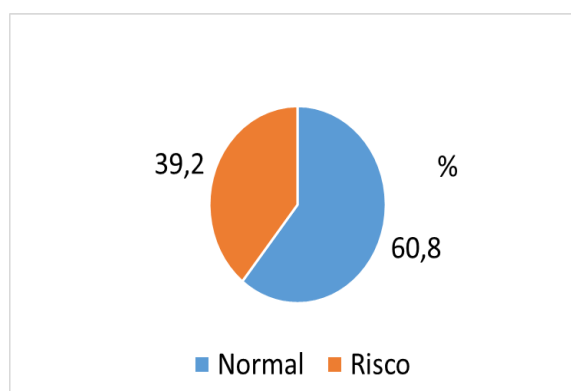


Figura 4: Risco cardiometabólico pela Relação Cintura Estatura de agricultores de uma Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária, Viçosa – MG, 2018.

A prevalência de excesso de peso encontrada corrobora com a situação brasileira e mundial onde o processo de transição nutricional é caracterizado pelas altas taxas de sobrepeso e obesidade. Um dado nacional que reforça essa questão é o de que 53,8% da população brasileira estava com excesso de peso em 2016 e 18,9% obesas, segundo pesquisa do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito

Telefônico (VIGITEL) (BRASIL, 2017). O estudo de Trivellato (2018) encontrou prevalência semelhante ao desse estudo (38,5%), na mesma região e com famílias de agricultores familiares beneficiários do PNAE.

Ainda em relação ao estado nutricional, 100% da população da amostra encontrou-se adequada pela Estatura/Idade, não identificando assim desnutrição pregressa. Quanto a avaliação direta da segurança alimentar pela EBIA identificou-se também 100% dos domicílios seguros.

O resultado encontrado na EBIA se difere de estudos semelhantes realizados na mesma região. Gusmão (2016) encontrou 38,3% (n=23) de famílias em InSAN pela EBIA, já Lopes (2017) foi de 38,7% (n=34) e Trivelatto (2018) obteve 25,9% (n=7). Uma característica que difere os agricultores destes estudos são que os da Feira trabalham em sua maior parte com a Agroecologia e, por isso, apresentam maior diversidade alimentar de produção para autoconsumo, podendo então ser diferencial na segurança alimentar pela EBIA.

A produção de alimentos sustentável como promotora de SAN também foi avaliada e todas as famílias relataram não utilizar agrotóxicos, sendo que em relação ao tipo de manejo, 50% delas se consideram agroecológicas, 30% orgânicas e 20% sem agrotóxico (SAT).

A própria lei orgânica de SAN no Brasil diz que para garantia da segurança alimentar e nutricional a produção de alimentos deve ser ambientalmente sustentável, por isso a ausência de agrotóxicos nas unidades produtivas das famílias representa determinante promotor da situação de SAN. Ainda pode-se afirmar que as famílias que não usam agrotóxicos estão promovendo saúde já que Miguel (2018) encontrou que há associação entre pulverização de agrotóxicos e sintomatologias.

Identificou-se também que 6 famílias (60%) participam ou participaram de algum programa governamental ou política pública ligada ao fortalecimento da agricultura familiar e que representam resultados significativos na promoção da SAN, são eles Bolsa Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Silveira (2016), reafirma a importância de todos esses programas para a geração de renda no campo e consequente enfrentamento de desigualdades sociais, promovendo assim a SAN das famílias beneficiadas.

A complexidade do conceito de SAN permitiu avaliação por diversos indicadores e quando sistematizados (Tabela 3) observa-se que apenas uma família se manteve em situação

de SAN por todas as perspectivas. Nota-se ainda que o Estado Nutricional, principalmente o excesso de peso, foi o que mais comprometeu as famílias em relação a SAN.

Tabela 3: Caracterização da situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional de acordo com múltiplos indicadores, Viçosa-MG.

Família	Renda	PPV¹	Disponibilidade Alimentar	EN²	EBIA³	Produção SAT⁴	Programas Governamentais	Total (I)
1	S	S	S	I	S	S	I	2
2	S	S	S	S	S	S	S	0
3	S	S	S	I	S	S	I	2
4	S	S	S	S	S	S	I	1
5	S	S	S	I	S	S	S	1
6	S	S	S	I	S	S	S	1
7	S	S	S	I	S	S	S	1
8	I	S	S	I	S	S	S	2
9	S	S	S	I	S	S	S	1
10	S	S	S	I	S	S	I	2
Total (I)	1	0	0	8	0	0	4	13

S = Segurança Alimentar e Nutricional e I = Insegurança Alimentar e Nutricional

¹Pesquisa de Padrões de Vida; ²Estado Nutricional; ³Escala Brasileira de Segurança Alimentar; ⁴Sem Agrotóxicos.

Em relação a participação das famílias na Feira, observa-se que 70% mudaram a produção desde que iniciaram essa comercialização, sendo que 90% das famílias relatam aumento em relação à quantidade e 70% aumentou a diversidade de culturas alimentares plantadas. Ainda em relação a alimentação da família, 70% disseram ter incluído novos alimentos nesse período, principalmente aqueles produzidos para autoconsumo. A renda advinda da Feira permitiu que 80% das famílias fizessem investimentos em sua unidade produtiva, os principais foram: compra de insumos, irrigação e maquinário.

A opinião dos agricultores em relação à participação na feira reforça aspectos importantes da Segurança Alimentar e Nutricional, como geração de renda e promoção de saúde. Destaca-se também a afirmação da construção de rede social com um ambiente

agradável e de troca entre consumidores e expositores, indicando também promoção de saúde mental ao grupo.

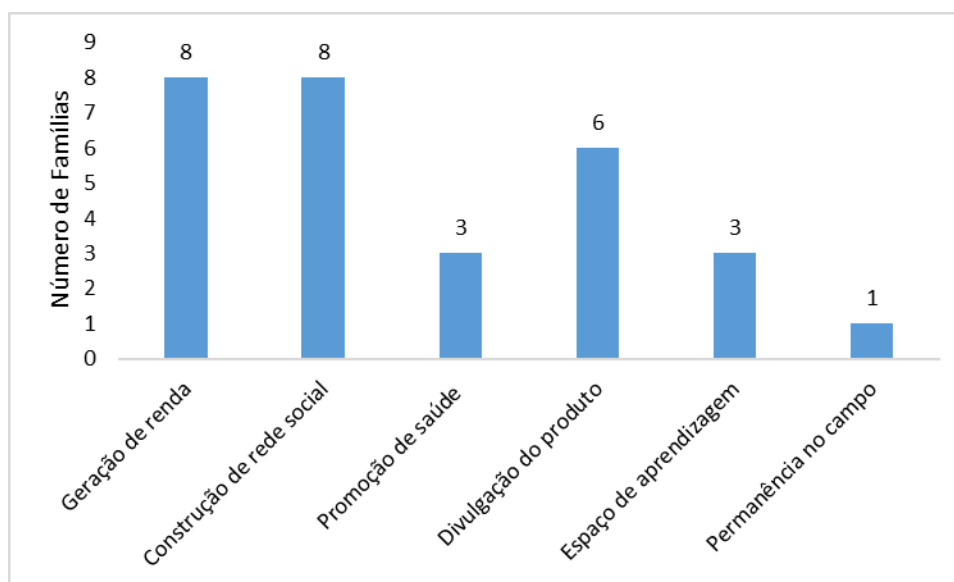


Figura 5: Opinião das famílias sobre a participação na Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária, Viçosa-MG.

Considera-se que há uma relação sinérgica entre agricultura familiar, autoconsumo, circuitos curtos de comercialização, como as feiras, e SAN (POZZEBON, 2018). Essa relação se reflete nos resultados apresentados, onde a maioria das famílias estão em situação de SAN e compreendem benefícios de saúde e renda ao participar da feira. Mesmo o Estado Nutricional inadequado sendo um determinante para a insegurança dessas famílias, observa-se que nos outros critérios a SAN predomina.

Ademais, as feiras, ao caracterizarem circuitos curtos, permitem preços mais acessíveis ao consumidor e maior renda ao expositor, uma vez que evitam intermediários. Por fim, contribuem para a promoção da SAN tanto de consumidores quanto de produtores, ao disponibilizar alimentos variados e frescos (CASSOL; SCHNEIDER, 2015).

4 Conclusão

Em relação à situação de SAN das famílias, se destacou o Estado Nutricional inadequado, com alta prevalência de excesso de peso. Ainda, a renda e a inserção em programas governamentais se mostraram como fatores de melhoria para a promoção de SAN a essas famílias.

Observa-se que nos três casos a feira é um instrumento de melhoria dessas condições, uma vez que promove produção para autoconsumo, com maior diversidade de alimentos e assim incentivando hábitos saudáveis não só aos consumidores, mas também aos agricultores. E a geração de renda possibilita melhores condições de vida e consequentemente a melhoria da situação de SAN.

Os vínculos sociais estabelecidos por essas famílias na feira com os atores sociais envolvidos e o ambiente agradável trazem um espaço de bem-estar social e promoção de saúde aos integrantes das famílias expositoras.

Por fim, o cenário de vulnerabilidade social e econômica das famílias rurais pode ser revertido com a construção de políticas públicas de acesso a mercado que além de gerarem renda possibilitam a promoção de saúde e da segurança alimentar e nutricional.

5 Referências

BRASIL. Lei nº 11.346, de 2006. Institui a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Poder Executivo, Seção 1, 18 set. 2006.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. **Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores**, Lua Nova, São Paulo, n. 95, p. 143-177, 2015.

DUTRA, L. V. et al. Comparação dos diferentes métodos de avaliação da segurança alimentar e nutricional domiciliar na zona rural de uma cidade brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 2, p. 1-17, 2018.

ESTEVAM, D. O. et al. Os desafios da inserção formal de produtos da agricultura familiar no mercado. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 23, n. 1, p. 262-281, 2018.

FAO – BRASIL. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Brasil, Ago. 2014.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS** [dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2004.

GUSMÃO, L. S. **Educação alimentar e nutricional: contribuições para a segurança alimentar e nutricional de famílias de zona rural**. 2016. 187f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Nutrição) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa sobre Padrões de Vida: 1996-1997. Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – Segurança Alimentar: 2013. Rio de Janeiro, 2014.

KEPPLE, A. W. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional: Relatório 2014**. Brasília: FAO; 2014.

LOPES, S. O. **Impacto de ações de nutrição e saúde no incentivo à produção para o autoconsumo na situação de (In) segurança alimentar e nutricional em agricultores familiares no município de Viçosa-MG**. 2017. 251f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.

MALUF, R. S. J. Definindo segurança alimentar e nutricional. In: **Segurança alimentar e nutricional**. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2007, p. 17-19.

MIGUEL, E. S. **Uso de agrotóxicos na produção de alimentos e condições de saúde e nutrição de agricultores familiares**. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

MORAIS, D. C. et al. Insegurança alimentar e indicadores antropométricos, dietéticos e sociais em estudos brasileiros: uma revisão sistemática. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1475-1488, maio 2014.

OLIVEIRA, J.S et al. Estado nutricional e insegurança alimentar de adolescentes e adultos em duas localidades de baixo índice de desenvolvimento humano. **Rev Nutr**, v. 22, n. 4, p. 453-465, 2009.

PEREIRA, A. B. A. da S. **Agricultura familiar camponesa e cultura alimentar: hábitos e prática alimentares das famílias rurais da Linha Simonetti-Ivorá/RS**. 2015. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2015.

POZZEBON, L.; RAMBO, A. G.; GAZOLLA, M. As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 405-441, 2018.

SILVEIRA, F. G. et al. **Políticas públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo**. International Policy Centre for Inclusive Growth, 2016.

SMITH, L. C.; SUBANDORO, A. **Food Security in Pratic: Measuring food security using household expenditure surveys**. International Food Policy Research Institute Washington, 2007.

TRIVELLATO, P. T. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): participação da agricultura familiar em Viçosa-MG e a situação de (in) segurança alimentar e nutricional de famílias de agricultores fornecedores**. 2018. 192f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

WHO - World Health Organization. Obesity: Preventing and managing the global epidemic – Report of a WHO consultation on obesity. **WHO Technical Report Series** n. 894. Geneva, Switzerland: WHO, 2000.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. ONIS, M.; ONYANGO, A.W.; BORGHI, E.; SIYAM, A.; NISHIDA, C.; SIEKMANN, J. Development of a WHO growth reference for school-aged children and adolescents. **Bulletin of the World Health Organization** 2007, p. 660-667.

WHO. World Health Organization. WHO Child Growth Standards: Length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age. **Methods and development. WHO (nonserial publication)**. Geneva, Switzerland: WHO, 2006.

WORLD BANK. World development indicators. Washington. **The World Bank**, 2004.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Solidária e Agroecologia tem coexistido sob esferas científicas, políticas e sociais e todas elas visam as diminuições das desigualdades sociais no Brasil por meio da geração de renda, consumo consciente e criação de mercados que sejam justos para quem produz e para quem compra.

Nesse contexto a experiência da feira Quintal Solidário se consolida como espaço de concretização desses conceitos, promovendo geração de renda e trabalho a diversos indivíduos em vulnerabilidade social e econômica. Além disso, possibilita a promoção de saúde física pela comercialização de alimentos considerados saudáveis e de saúde mental quando se constitui como um espaço de lazer e socialização.

Os parceiros do Quintal Solidário são essenciais para o seu funcionamento e articulam diversas atividades para além da comercialização. Destaca-se que o ambiente acadêmico propicia o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, tornando a feira um espaço formativo. As famílias agricultoras de maneira geral têm a Feira como importante fonte de renda, contribuindo assim para a Segurança Alimentar e Nutricional dos indivíduos, entretanto aspectos como o Estado Nutricional deve ser levado em consideração.

A sistematização de toda essa experiência permite visualizar também os desafios, uma vez que é um projeto dependente das gestões das entidades organizadoras, dos parceiros e da própria universidade, por isso há um ambiente ainda de instabilidade quando há mudança de pessoal na coordenação ou no próprio cenário político de maneira geral.

Observa-se que atividades como essa podem ser exemplo para o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social e criação de mercados para a agricultura familiar e economia solidária, uma vez que há promoção de bem-estar social, renda e acesso a bens e serviços.

7 APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiros das Entrevistas

Entrevista com a Comissão Coordenadora, Equipe ITCP e ASPUV

Data: ____/____/____

Entrevistado: _____

Telefone: _____ e-mail: _____

Período de participação: _____ a _____

- 1 - Por que criar o Quintal Solidário (QS)?
- 2 - Quais foram as etapas necessárias para criação do QS?
- 3 - Como foi formada a Comissão Coordenadora?
- 4 - Qual o papel da Comissão Coordenadora na criação do QS?
- 5 - Qual a importância do QS estar vinculado a uma instituição de ensino (UFV)? Qual a relação com esta instituição?
- 6 - Como a comissão articula o QS com outras atividades da instituição (ensino, pesquisa e extensão)?
- 7 - Como foi feita a articulação com os agricultores familiares e empreendimentos econômicos solidários?
- 8 - Como foi estabelecida as parcerias?
- 9 - Como foi o processo de criação dos documentos, da estrutura organizativa e como funciona a tomada de decisão dentro do sistema?
- 10 - Qual a contribuição do QS para Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de Viçosa e na UFV?
- 11 - Como você vê a evolução do QS ao longo desse ano? O que mais mudou?
- 12 - Faça uma avaliação dos principais desafios ao longo do tempo e atualmente no QS.
- 13 - Quais as próximas metas e anseios para o QS?
- 14 - Quais foram os principais resultados?
- 15 - Qual o impacto para o sistema agroalimentar local e para a segurança alimentar e nutricional?

Entrevista com os Parceiros do Quintal Solidário

Data: ____/____/____

Entrevistado: _____

Telefone: _____ e-mail: _____

Período de participação: _____ a _____

- 1 - Qual o papel dessa parceria dentro do Quintal Solidário (QS)?
- 2 - Como foi feita essa parceria? O que cada parte tem a contribuir?
- 3 - Quais os pontos positivos e negativos do QS?
- 4 - Qual a contribuição do QS para Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de Viçosa e na UFV?
- 5 - Como você vê a evolução do QS ao longo desse ano? O que mais mudou?
- 6 - Faça uma avaliação dos principais desafios ao longo do tempo e atualmente no QS.
- 7 - Quais as próximas metas e anseios para o QS?
- 8 - Quais foram os principais resultados?
- 9 - Qual o impacto para o sistema agroalimentar local e para a segurança alimentar e nutricional?

Entrevista com os Expositores

Data: ____/____/____

Entrevistado: _____

Telefone: _____ e-mail: _____

Período de participação: _____ a _____

- 1 - Quais os motivos levaram a participar do Quintal Solidário (QS)?
- 2 - Como ficou sabendo do QS?
- 3 - Que tipo de apoio recebeu ao fazer parte do QS? De quem veio esse apoio?
- 4 - Existiram dificuldades para fazer parte do QS? Quais?
- 5 - O que comercializa no QS?
- 6 - Sempre comercializou estes produtos?
- 7 - Após a participação no QS você fez algum investimento na sua produção? Qual? Melhorou a qualidade de algum produto?

- 8 - Após a participação no QS houve aumento de vendas em outros locais ou encomendas de produtos?
- 9 - Após a participação no QS houve diferença na alimentação da sua família? O que mudou?
- 10 - Você conheceu algum alimento novo depois que fez parte do QS?
- 11 - Qual a principal fonte de renda da sua família? Há venda destes produtos em outros espaços?
- 12 - Você vê alguma mudança na renda ou outras melhorias na sua família depois de participar do QS?
- 13 - Houve alguma alteração nas condições de moradia da sua família? Quais? (considerar piso, paredes, teto, banheiro, energia elétrica)
- 14 - Sua família passou a ter maior acesso a bens e serviços depois do Quintal Solidário? Quais? (fogão, geladeira, eletrodomésticos, planos de saúde)
- 15 - Alterou as condições de locomoção da família depois de fazer parte do Quintal Solidário?
- 16 - Quais são as vantagens de participar do QS?
- 17 - Quais são as principais dificuldades hoje no QS? Como elas podem ser melhoradas?
- 18 - Quais suas pretensões com o QS? O que visualiza para o futuro?
- 19 - Pontue questões positivas e negativas dessa experiência.
- 20 - Você considera que os produtos oferecidos pelo QS têm algum diferencial? Qual?
- 21 - Você vê algum diferencial no QS em relação a outros tipos de feira? Qual?

APÊNDICE B – Questionário Socioeconômico e demográfico

Questionário nº _____

Data da Visita ____/____/____

1. Identificação do(a) Agricultor (a):

- Nome: _____

- Endereço: _____

- Telefone: (____) _____ - _____

- e-mail _____

2. Dados sociodemográficos dos membros da família:

Nome	Data de Nascimento	Estado Civil	Etnia	Presença de Doença ou sintomatologia frequente

- Nº de Pessoas na Família: _____

- Fonte da Renda Principal: _____

- Fonte de Renda Secundária: _____

3. Condições de moradia e saneamento básico

1) Qual a renda total da família? Produção: _____ Salário: _____

2) O imóvel é próprio? () Sim () Não

Se não, ele é: () Cedido () Alugado () Outro? _____

3) De qual material é constituído o piso da sua casa (cimento, cerâmica...)? _____

4) Qual é o tipo de material das paredes (alvenaria, madeira..)? _____

5) Qual é o tipo de material do teto (laje, telha, bambu..)? _____

6) O domicílio tem rede pública para o destino do esgoto: () Sim () Não

Se não, para onde vai os rejeitos do vaso sanitário? () Rede de saneamento () fossa séptica

() Curso d'água

7) Abastecimento de água: () Rede pública () Poço/nascente () Carro pipa () outro

8) Tratamento da água: () Filtração/água mineral () Fervura () Cloração () Sem tratamento _____

9) Destino do lixo: () Coletado () Queimado () Enterrado () Céu aberto () Outro

10) Tem energia elétrica? () Sim () Não

11) Apresenta fogão a gás em casa? () Sim () Não

12) E geladeira? () Sim () Não

13) Número de cômodos (excluindo banheiro e cozinha): _____

14) Quais transportes utilizados para o deslocamento da família? ()

Público

() Motocicleta - Própria? () Sim () Não

() Automóvel – Próprio? () Sim () Não

() Bicicleta – Própria? () Sim () Não

APÊNDICE C – Antropometria

Avaliação Antropométrica

Nome	Peso (kg)	Altura (m)	IMC (kg/m ²)	Classificação	PC (cm)	RCE	IMC/I	E/I

APÊNDICE D – Disponibilidade Alimentar

Disponibilidade alimentar no domicílio nos últimos 30 dias – Data:

Identificação:

CEREAIS E DERIVADOS	PROCEDÊNCIA	QUANTIDADE	HORTALIÇAS	PROCEDÊNCIA	QUANTIDADE	ENLATADOS/DIVERSOS	PROCEDÊNCIA	QUANTIDADE
Arroz		kg	Abóbora		und.	Caldo de carne (outros)		tablete
Amido de Milho/Maisena		kg	Abobrinha		und.	Massa de tomate		lata
Farinha de trigo		kg	Agrião		maço	Molho de tomate pronto		cx/sachê
Farinha de Mandioca / Milho		kg	Alface		pés	Milho verde enlatado		lata
Fubá de Milho		kg	Alho		cabeça	Ervilha enlatada		lata
Macarrão		kg	Almeirão		pés	Sal		kg
Pão Francês		und.	Berinjela		und.	Tempero pronto		kg
Pão de Forma		pct.	Beterraba		und.	Ketchup		kg
Pão doce / Pão sovado		und/pct.	Brócolis		maço	Mostarda		kg
Aveia		kg	Cebola		und.	Molhos prontos (shoyo...)		L
Biscoito maisena		pct	Cenoura		und.	Sazon		sachê
Biscoito cream cracker		Pct	Chuchu		und.			
Biscoito de polvilho		Pct	Couve-flor		und.			
Polvilho			Espinafre		maço			
Tapioca		kg	Jiló		und.			
Canjiquinha		kg	Milho em espiga		und.			
LEGUMINOSAS		kg	Pepino		und.	FRUTAS		
Feijão		kg	Pimentão		und.	Abacate		und.
Lentilha		kg	Quiabo		und.	Abacaxi		und.
Ervilha			Repolho		und.	Acerola		und.
Soja			Rúcula		maço	Banana		Kg/dz.
Grão de Bico			Tomate		und.	Caju		und.
CARNES/PESCADOS/OVOS			Vagem		und.	Goiaba		und.
Carne bovina		kg	Batata			Laranja		dz.
Carne de porco		kg	Batata Doce			Limão		dz.
Frango		kg	Batata Baroa			Mamão		und.

Salsicha		kg	Inhame			Manga		und.
Linguiça		kg	Mandioca			Maracujá		und.
Mortadela		kg	Couve			Melancia		und.
Presunto		kg	Almeirão/Mostarda			Melão		und.
Peixe		kg	Salsinha			Mexerica		dz.
Ovos			Cebolinha			Pêra		und.
Pato			Manjeriçao			Uva		kg.
Almôndega congelada		kg	Hortelã			Maca		Kg/und
Medalhão congelado		kg	Acelga			Pêssego		Kg/und
			Couve chinesa			Ameixa		Kg/und
			Alho poró			Carambola		und
			HORTNCONV.			Morango		Kg/und
			Taioba		maço	Figo		Und
			Ora pro nobis			Pitaya		Und
			Azedinha			Graviola		Und
LEITE E DERIVADOS	PROCEDÊNCIA	QUANTIDADE	BEBIDAS	PROCEDÊNCIA	QUANTIDADE	ÓLEOS E GORDURAS	PROCEDÊNCIA	QUANTIDADE
Leite da roça		L	Café		kg	Óleo de cozinha		pet
Leite em pó		lata	Chá		kg	Banha de porco		kg
Leite (caixa/saquinho)		L	Cerveja		lata/garrafa	Azeite de Oliva		L
Creme de leite		lata	Outra beb alcoólica		L	Maionese		kg
Leite condensado		lata	Refrigerante		L	Manteiga		kg
Queijo		kg	Suco pó artificial		pacote	Margarina		kg
Queijo fresco		kg	Suco concentrado		garrafa	Óleo de coco		
Requeijão		kg	Suco liquido pronto		L			
Requeijão cremoso		kg	Polpa de fruta					
Iogurte		pote						
Danone		Pote						
AÇÚCARES E DOCES		Kg	OUTROS ITENS					
Achocolatado		Kg	Adoçante liq.		Pote			
Açúcar		Und.	Adoçante Culinário		Pote			

Bala/chiclete		Pct.	Massa p/ Bolo		Ptc			
Biscoito recheado		Pct.	Sardinha enlatada		lata			
Bolos/broas		Pct.	Atum enlatado		Lata			
Chocolate		Und.	Linhaça		Kg			
Doce de frutas		Kg.	Granola		Kg			
Gelatina		Kg	Quinoa		kg			
Geléia		Sachê/cx.	Amaranto		kg			
Mel		L	Germe de Trigo		kg			
Rapadura		Kg.						
Açúcar mascavo		kg						
LEGENDA	C- Comprou	P – Produziu	G – Ganhou	T - Trocou				

APÊNDICE E – Produção de Alimentos

Data: ____/____/____

Entrevistado: _____

1. Qual é o tipo de produção? (orgânica, agroecológica, transição, convencional ou sem agrotóxico)
2. Utiliza agrotóxico (veneno, remédio, mata-mato) na produção?
Se sim, qual, em quais culturas? Faz uso de equipamento de proteção individual?
Se não, já utilizou? Há quanto tempo parou e por quê?
3. Qual a origem das sementes?
4. Após fazer parte do QS você continua cultivando os mesmos alimentos? Houve mudanças na quantidade? E na diversidade?
5. Teve alterações no manejo da produção de alimentos?
6. Após a participação no QS você fez algum investimento na sua unidade produtiva?
7. Após a participação no QS houve diferença nos alimentos para autoconsumo da sua família?
8. Após a participação no QS houve diferença na alimentação da sua família?
9. Há venda de alimentos em outros espaços? Quais?
10. A família participa de algum programa governamental? (Exemplos: Bolsa Família, PNAE, PAA)
11. Quais são as vantagens para um agricultor de participar do QS?

APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre Esclarecido e Termo de Assentimento**TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

1ª via: do Pesquisador – 2ª via: do Entrevistado

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (VOLUNTÁRIO 1ª parte do Estudo)**Nome:** _____**Telefone:** (____) _____ - _____**Endereço:** _____

Eu, _____, estou sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **Importância do “Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar” na situação da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos expositores**. Fui informado(a) que a pesquisa é parte do trabalho de Mestrado da estudante RAQUEL NUNES SILVA do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa. A pesquisa tem como objetivo Avaliar o primeiro ano de realização do “Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar” na situação de construção de Sistemas Agroalimentares locais e na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos expositores.

Os benefícios da minha participação como voluntário nessa pesquisa é de valorizar a importância social desse estudo que irá contribuir para as iniciativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária. Agendarei com a equipe desta pesquisa um dia, horário e local que seja adequado. A coleta de dados terá duração de aproximadamente 30 minutos. Será realizada uma entrevista com objetivo de obter informações sobre a história do Quintal Solidário, meu envolvimento nesse projeto e com as outras pessoas envolvidas na Feira. Informações do questionário serão coletadas por gravação de voz e manterão o sigilo de identificação. Serão tomados cuidados preventivos quanto aos riscos de constrangimento ou desconforto durante a aplicação do questionário com realização em local reservado.

Estou ciente de que posso me recusar participar ou me retirar do estudo a qualquer momento sem justificativa ou penalização e não haverá ônus ou remuneração para participar da pesquisa. Caso eu permaneça como voluntário até o fim da pesquisa, receberei os resultados da pesquisa na forma de retorno. Além disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, me foi assegurado o direito à indenização.

Os dados coletados serão arquivados por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, depois desse tempo serão destruídos. Será assegurada a privacidade dos

participantes e os dados ficarão à disposição da equipe envolvida na pesquisa, podendo estes serem publicados com a finalidade de divulgação das informações científicas, sendo assegurado o sigilo dos voluntários. O nome ou indicação de participação não serão liberados sem permissão.

Afirmo que fui informado (a) dos objetivos do estudo de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas. Estou informado de que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo, que recebi uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e em caso de dúvidas não esclarecidas de maneira adequada, de discordância com procedimentos ou irregularidade de natureza ética estou ciente que posso buscar auxílio junto ao **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, Campus Viçosa: Edifício Arthur Bernardes, subsolo, (31) 3899-2492, e-mail: cep@ufv.br, site: www.cep.ufv.br;** ou entrar em contato com a responsável pela pesquisa, **Profª Silvia Eloiza Priore pelo telefone (31) 3899-1250 e e-mail <sepriore@ufv.br>** ou com **Raquel Nunes Silva, (31) 9 9125-4727, e-mail <raquelnutnunes@gmail.com>**, **Endereço: Rua dos Estudantes, 270/202, Centro, Viçosa/MG, CEP 36570-000.**

Viçosa, ____ de _____ de _____

Entrevistado

Silvia Eloiza Priore (Responsável pela pesquisa)

Raquel Nunes Silva (Mestranda em Agroecologia – UFV)

TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

1ª via: do Pesquisador – 2ª via: do Entrevistado

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (VOLUNTÁRIO 2ª parte do Estudo)**Nome:** _____**Telefone:** (____) _____ - _____**Endereço:** _____

Eu, _____, estou sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **Papel do “Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar” na situação da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos expositores**. Fui informado(a) que a pesquisa é parte do trabalho de Mestrado da estudante RAQUEL NUNES SILVA do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa. A pesquisa tem como objetivo avaliar o primeiro ano de realização do “Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar” na situação de construção de Sistemas Agroalimentares locais e na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos expositores.

Os benefícios da minha participação como voluntário nessa pesquisa é de valorizar a importância social desse estudo que irá contribuir para as iniciativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária. Receberei a equipe desta pesquisa no meu domicílio, permitindo que as avaliações sejam feitas. A coleta de dados terá duração de aproximadamente 120 minutos. Haverá avaliação de peso, altura e perímetro da cintura. Todas essas medidas serão feitas individualmente e em local reservado, evitando assim possíveis constrangimentos. Será aplicado questionário com objetivo de obter informações de renda, acesso a bens e serviços, alimentos disponíveis e consumidos no domicílio e manejo da produção de alimentos. Informações do questionário serão coletadas por gravação de voz e manterão o sigilo de identificação. Serão tomados cuidados preventivos durante a aplicação do questionário, realização em local reservado, para que não haja risco de constrangimento ou desconforto. Haverá coleta de uma gota de sangue, para dosagem de hemoglobina, em um dos dedos da mão, podendo causar desconforto pela picada da agulha. Esta coleta de sangue respeitará todas as condições higiênico-sanitárias e de segurança necessárias, garantindo a minha proteção e da pesquisadora de riscos de contaminação (utilização de materiais estéreis e descartáveis).

Estou ciente de que posso me recusar participar ou me retirar do estudo a qualquer momento sem justificativa ou penalização e não haverá ônus ou remuneração para participar da pesquisa. Caso eu permaneça como voluntário até o fim da pesquisa, receberei os

resultados e esclarecimentos quanto a meu Estado Nutricional e dosagem de Hemoglobina, além de orientação nutricional e encaminhamento a outros profissionais de saúde do município, caso necessário. Além disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, me foi assegurado o direito à indenização.

Os dados coletados serão arquivados por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, depois desse tempo serão destruídos. Será assegurada a privacidade dos participantes e os dados ficarão à disposição da equipe envolvida na pesquisa, podendo estes serem publicados com a finalidade de divulgação das informações científicas, sendo assegurado o sigilo dos voluntários. O nome ou indicação de participação não serão liberados sem permissão.

Afirmo que fui informado (a) dos objetivos do estudo de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas. Estou informado de que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo, que recebi uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e em caso de dúvidas não esclarecidas de maneira adequada, de discordância com procedimentos ou irregularidade de natureza ética estou ciente que posso buscar auxílio junto ao **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, Campus Viçosa: Edifício Arthur Bernardes, subsolo, (31) 3899-2492, e-mail: cep@ufv.br, site: www.cep.ufv.br;** ou entrar em contato com a responsável pela pesquisa, **Profª Silvia Eloiza Priore pelo telefone (31) 3899-1250 e e-mail <sepriore@ufv.br>** ou com **Raquel Nunes Silva, (31) 9 9125-4727, e-mail <raquelnutnunes@gmail.com>**, **Endereço: Rua dos Estudantes, 270/202, Centro, Viçosa/MG, CEP 36570-000.**

Viçosa, ____ de _____ de _____

Entrevistado

Silvia Eloiza Priore (Responsável pela pesquisa)

Raquel Nunes Silva (Mestranda em Agroecologia – UFV)

Termo de Assentimento

1ª via: do Pesquisador – 2ª via: do Entrevistado IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (VOLUNTÁRIO 2ª parte do Estudo)

Nome: _____

Telefone: (____) _____ - _____

Endereço: _____

Eu, _____, estou sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **Papel do “Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar” na situação da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos expositores**. Fui informado(a) que a pesquisa é parte do trabalho de Mestrado da estudante RAQUEL NUNES SILVA do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa. A pesquisa tem como objetivo avaliar o primeiro ano de realização do “Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar” na situação de construção de Sistemas Agroalimentares locais e na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos expositores.

Seus pais permitiram que você participe. Queremos saber como está seu Estado Nutricional e sua saúde. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá problema nenhum se desistir. A pesquisa será feita na sua casa, e você permitirá a realização de medida do seu peso, altura, circunferência da cintura e dosagem de Hemoglobina. Essa dosagem de Hemoglobina é feita por coleta de uma gota de sangue em um de seus dedos da mão e você sentirá uma picada de agulha que causa leve e passageiro desconforto. Todas essas avaliações serão feitas em um lugar reservado, individualmente, para que você se sinta à vontade. Caso você se sinta constrangido(a) em permitir a avaliação é seu direito recusar, mesmo assinando este termo.

Os benefícios da sua participação é que essa pesquisa possa possibilitar a melhoria da Agricultura Familiar. Possibilitará também uma avaliação de aspectos da sua saúde e você receberá orientações de uma Nutricionista e se necessário será encaminhado para outros profissionais. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas. Os resultados da pesquisa serão publicados, mas sem identificar os participantes. Quando terminarmos a pesquisa, você será informado dos resultados. Se você tiver alguma dúvida, pode me perguntar.

Em caso de dúvidas posso buscar ajuda junto ao **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, Campus Viçosa: Edifício Arthur**

Bernardes, subsolo, (31) 3899-2492, e-mail: cep@ufv.br, site: www.cep.ufv.br; ou entrar em contato com a responsável pela pesquisa, **Profª Silvia Eloiza Priore pelo telefone (31) 3899-1250 e e-mail <sepriore@ufv.br>** ou com **Raquel Nunes Silva, (31) 9 9125-4727, e-mail <raquelnutnunes@gmail.com>**. Entendi as coisas ruins, os riscos, e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém sem prejuízos. Minhas dúvidas foram retiradas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li com atenção concordando em participar.

Viçosa, ____ de _____ de _____

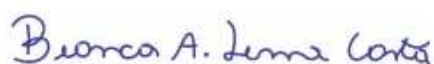
Entrevistado

Silvia Eloiza Priore (Responsável pela pesquisa)

Raquel Nunes Silva (Mestranda em Agroecologia – UFV)

APÊNDICE F – Autorização de Publicação de Imagens**AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE IMAGENS**

Pelo presente instrumento, eu, Bianca Aparecida Lima Costa, portadora do documento de identidade MG 10910651 e do CPF 01383033633, autorizo uso das fotografias reproduzidas na Dissertação de Mestrado de Raquel Nunes Silva, orientada pela Profª. Drª. Silvia Eloiza Priore no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa. As fotografias são referentes ao projeto de extensão “Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar” e compõe o banco de imagens da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV), entidade a qual sou coordenadora.



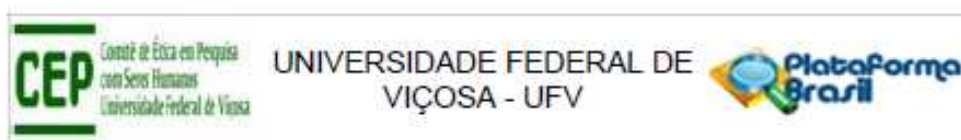
Assinatura

8 ANEXOS

ANEXO A – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

Pergunta	Sim	Não
1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
3. Nos últimos três meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?		
4. Nos últimos 3 meses os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?		
5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?		
6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?		
8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha dinheiro para comprar a comida?		
9. Nos últimos três meses, os moradores com menos de 18 anos de idade, não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
10. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que você achou que devia porque não havia dinheiro para comprar a comida?		
11. Nos últimos três meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?		
12. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?		
13. Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?		
14. Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
Classificação da EBIA: Segurança Alimentar: 0 pontos; Insegurança Alimentar Leve: 1-5 pontos; Insegurança Alimentar Moderada: 6-9 pontos; Insegurança Alimentar Grave: 10-14 pontos		

ANEXO B - Parecer do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Importância do “Quintal Solidário” e Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar na situação da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos expositores.

Pesquisador: Sílvia Eloiza Priore

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79228917.7.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Nutrição e Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.425.454

Apresentação do Projeto:

O presente protocolo foi enquadrado como pertencente à Área Temática: Grande Área 4. Ciências da Saúde

Conforme resumo apresentado no formulário online da Plataforma:

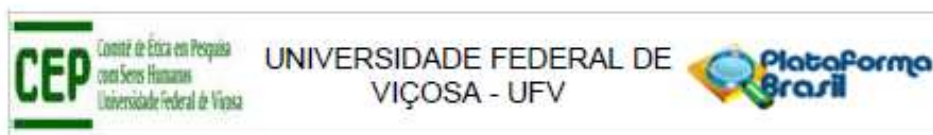
Será analisado o “Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar” na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos expositores.

Será realizado em duas etapas:

A 1ª será um delineamento descritivo, onde será construído o histórico do Quintal Solidário e realizada entrevistas com todos os atores sociais que estão e/ou estiveram envolvidos na construção do Sistema Agroalimentar. Sendo estes: Comissão coordenadora; equipe ITCP e ASPUV; parceiros e expositores.

A 2ª trata-se de um estudo transversal com as famílias dos Agricultores Familiares e empreendedores da Economia Solidária que comercializam ou já comercializaram alimentos na

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-900
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3899-2492 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 2.425.454

feira.

Haverá uma apresentação do projeto na reunião mensal com o grupo de expositores e na reunião da comissão coordenadora, com o objetivo de apresentar o trabalho, esclarecer possíveis dúvidas e convidá-los a serem voluntários no projeto.

Aqueles que já participaram do grupo e atualmente não fazem parte também serão convidados para participar desta apresentação.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar o "Quintal Solidário – Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar" no seu primeiro ano de realização na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos expositores.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os pesquisadores apresentam no formulário online da Plataforma os seguintes Riscos:

- Manifestações de ordens psicológicas, como desconforto ou constrangimento. Para minimizar estes riscos a aplicação dos questionários e avaliação antropométrica serão realizados em local reservado.
- Desconforto pela picada da agulha na coleta de uma gota de sangue (dosagem de hemoglobina). Para minimizar este risco esta coleta de sangue respeitará todas as condições higiênico-sanitárias e de segurança necessárias, utilizando-se materiais estéreis e descartáveis.

e os seguintes Benefícios:

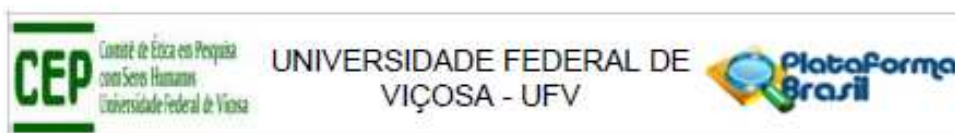
- Importância social
- Avaliação de aspectos de saúde e segurança alimentar e nutricional das famílias rurais envolvidas no estudo

Avaliação:

Análise Qualitativa: Informações sistematizadas e organizadas cronologicamente; transcrição das gravações de voz serão analisadas pela metodologia de Bardin (2012).

A análise dos dados quantitativos será realizada com a estatística descritiva: frequências, estimativas de medidas de tendência central e de dispersão, com apresentação gráfica e tabular.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-900
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3899-2492 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 2.425.464

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente estudo pretende avaliar o primeiro ano de realização do "Quintal Solidário na situação de construção de Sistemas Agroalimentares locais e na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos expositores

Para tanto, propõe-se a aplicação de questionários, medidas antropométricas e coleta de sangue para verificar essas condições

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os pesquisadores apresentaram os seguintes documentos:

- 1 - TCLE: Apresentou os mesmos riscos e benefícios da plataforma. O Tempo estimado foi de 30 min (1a etapa) e 120 minutos (2a etapa).
- 2- Folha de rosto: Assinada e carimbada
- 3- Autorização da coordenadora do projeto (Quintal Solidário): Assinada e carimbada
- 4- Questionários/entrevistas

Considerações sobre os documentos apresentados pelo pesquisador:

O cronograma proposto está adequado, com início da pesquisa posterior ao envio ao CEP e com tempo hábil de resposta. O início da pesquisa será em 01/2018.

Recomendações:

O TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa ou responsável legal, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV.

Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

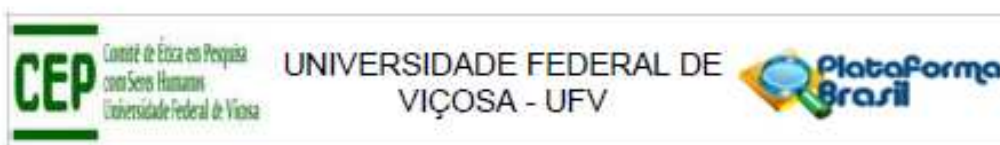
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-900
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3899-2492 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 2.425.454

Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

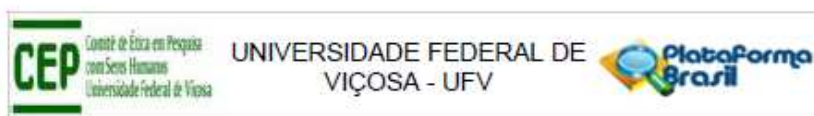
Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1017392.pdf	01/12/2017 15:25:39		Aceito
Outros	CartaResposta.pdf	01/12/2017 15:24:17	Silvia Eloiza Priore	Aceito
Outros	AutorizacaoModificada.pdf	01/12/2017 15:23:14	Silvia Eloiza Priore	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEmodificado.pdf	01/12/2017 15:21:58	Silvia Eloiza Priore	Aceito
Outros	autorizacao.pdf	20/10/2017 20:19:54	Silvia Eloiza Priore	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	20/10/2017 20:19:06	Silvia Eloiza Priore	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	20/10/2017 14:16:32	Silvia Eloiza Priore	Aceito
Outros	Questionarios.pdf	20/10/2017 14:12:15	Silvia Eloiza Priore	Aceito
Outros	Entrevistas.pdf	20/10/2017 14:11:50	Silvia Eloiza Priore	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAssentimento.pdf	20/10/2017 14:11:00	Silvia Eloiza Priore	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/10/2017 14:09:33	Silvia Eloiza Priore	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-900
 UF: MG Município: VICOSA
 Telefone: (31)3899-2492 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 2.425.454

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 08 de Dezembro de 2017

Assinado por:
HELEN HERMANA MIRANDA HERMSDORFF
 (Coordenador)

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 35.570-900
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3899-2492 **E-mail:** cep@ufv.br

Página 05 de 05

ANEXO C – Regimento Interno**REGIMENTO INTERNO DO QUINTAL SOLIDÁRIO - FEIRA DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR NA ASPUV**

A Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar tem, dentre seus objetivos, a valorização e promoção da economia solidária, a melhoria de renda e da qualidade de vida dos membros do coletivo, integrando o público participante do evento e proporcionando a todos (as) a oportunidade de conhecer e divulgar a economia solidária, agricultura familiar e agroecologia.

A Feira é uma iniciativa da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa (ASPUV) e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV), em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Serviço de Vigilância Sanitária de Viçosa, Associação de Artesãos e produtores de Alimentos Caseiros da Região de Viçosa (ADAPAC), Rede Raízes da Mata, Projeto de Extensão da Feira Agroecológica e Cultural da Violeira da Universidade Federal de Viçosa.

TÍTULO I**DA FINALIDADE**

Art. 1º O presente Regimento Interno regulamenta as atividades da Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar, doravante denominada QUINTAL SOLIDÁRIO, e sua relação com os(as) seus expositores(as).

TÍTULO II**DAS ATIVIDADES**

Art 2º A Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar será destinada à exposição, comercialização e degustação de produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários e de agricultores(as) familiares.

TÍTULO III**DA INSCRIÇÃO E DA ADMISSÃO DOS EXPOSITORES**

Art. 3º Poderão se inscrever para a Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar os Empreendimentos Econômicos Solidários (grupos, associações, cooperativas) e Agricultores(as) Familiares que buscam um espaço de comercialização e divulgação de seus produtos serviços e promovam a economia solidária e a agroecologia.

§ 1º Para efeito deste regimento interno, considera-se:

- a) Os Empreendimentos Econômicos Solidários caracterizam-se por serem associativos

e suprafamiliares que realizam atividades econômicas permanentes, cujos participantes são trabalhadores do meio urbano ou rural e exercem democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados.

b) Considera-se agricultor/a familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Art. 4º Não haverá taxa de inscrição.

Art. 5º A Comissão de Avaliação e Credenciamento da Feira está incumbida de analisar os produtos e serviços dos(as) expositores(as) e decidir acerca da admissão ou não do novo expositor.

Art. 6º A comissão é composta por representantes das seguintes organizações: 1) Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa (ASPUV); 2) Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV);

3) Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), 4) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), 5) Serviço de Vigilância Sanitária de Viçosa e 5) Projeto de Extensão "Feira Agroecológica e Cultural da Violeira".

Art. 7º Serão levados em consideração pela Comissão de Avaliação e Credenciamento da Feira, critérios referentes ao formato do empreendimento, espaço físico disponibilizado e número máximo de atividades possíveis a serem realizadas no dia da Feira.

Art. 8º A seleção dos(as) expositores(as) será realizada por meio de Edital próprio, a ser elaborado mediante necessidade, no qual estará descrito o processo de inscrição, documentos e prazos.

TÍTULO IV

DOCUMENTOS, PRINCÍPIOS E CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Art.9º Para a participação na Feira, os(as) expositores(as) deverão apresentar os seguintes documentos, de acordo com as especificidades de suas organizações:

I- Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para os agricultores(as) familiares ou Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) para os empreendimentos econômicos solidários. Caso o empreendimento ou o (a) agricultor (a) familiar não tiver um desses documentos deverá entrar em contato com a ITCP através do telefone (31) 3899-2798 ou pelo e-mail itcpufv@gmail.com solicitando as orientações para se adequar no prazo que será estabelecido junto aos órgãos responsáveis (EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Ministério do Trabalho e Emprego - CADSOL, etc.).

Art. 10 Os empreendimentos econômicos solidários e agricultores(as) familiares deverão

seguir os seguintes princípios para participação na Feira:

- II- Diversidade de produção;
- III - Compromisso com a qualidade dos produtos;
- IV - Boas práticas para o processamento e comercialização (ter higiene nas etapas pós- colheita dos produtos in natura, sanitização do local que ocorre a manipulação dos produtos processados, ter embalagem ou rotulagem para os produtos que necessitam ser armazenados desta maneira);
- V - Promover a agroecologia e a economia solidária, contribuindo, através da gestão compartilhada, para a integração entre produtores(as) e consumidores(as), fortalecendo relações solidárias, o consumo consciente e a produção sustentável;
- VI- Pautar a transição por práticas de manejo sustentável (usar insumos de base orgânica, sementes agroecológicas e o uso racional da água potável);
- VII- Respeitar a biodiversidade (uso de sistemas de policultivos na produção, podendo ofertar diversos produtos);
- VIII - Respeitar normas da vigilância sanitária, quais sejam:
 - a) Os compartimentos para guardar os alimentos devem ser adequados as característica de conservação dos mesmos, com as partes rigorosamente justapostas e em materiais adequados, que não lhe configuram contaminação por contato e a prova de poeira e insetos;
 - b) Os(as) manipuladores(as) devem lavar cuidadosamente as mãos ao chegar ao trabalho, antes e após manipular alimentos, após qualquer interrupção do serviço, após tocar materiais contaminados, após usar os sanitários e sempre que se fizer necessário;
 - c) Os(as) manipuladores(as) não devem fumar, falar desnecessariamente, cantar, assobiar, espirrar, cuspir, tossir, comer, manipular dinheiro ou praticar outros atos que possam contaminar o alimento, durante o desempenho das atividades;
 - d) Os(as) manipuladores(as) dos alimentos devem conservar as unhas curtas, limpas e sem esmaltes ou bases;
 - e) Retirar todos os adornos, como anéis, pulseiras, relógio, antes de higienizar as mãos e vestir os uniformes;
 - f) Utilizar papel toalha para secar as mãos e o suor;
 - g) Usar avental, sem bolsos acima da cintura, uniformes limpos e bem conservados e protetor de cabelo (touca, rede) que proteja totalmente os cabelos;
 - h) Usar sapato totalmente fechado, antiderrapante e em bom estado de conservação;
- IX - Não utilizar agrotóxico;
- X - Manter relações de trabalho solidárias (utilizar mão-de-obra familiar, comunitária e/ou devidamente registrada, praticando relações humanistas no ambiente de trabalho);
- XI - Praticar comércio justo (vender os produtos com preços justos, considerando os custos de produção, para que sejam acessíveis à todas as pessoas);
- XII - Buscar a transição agroecológica.

Art. 11. Para participar da feira, os empreendimentos econômicos solidários e agricultores(as) familiares expositores(as) deverão estar de acordo com as seguintes condições:

I - Participar de espaços de formação propostos e sugeridos pela organização da Feira (haverá emissão de certificado);

II- Permitir que o local de origem da produção esteja permanentemente aberto a visitas técnicas de diagnóstico da unidade produtiva para a verificação da produção e dos produtos.

Parágrafo único O não cumprimento dos princípios e condições estabelecidos implicará na não participação neste processo seletivo.

TÍTULO V

CRITÉRIOS DE PRIORIDADE PARA SELEÇÃO DE EXPOSITORES(AS)

Art. 12 Serão utilizados os seguintes critérios de prioridade para a seleção dos empreendimentos econômicos solidários e agricultores(as) familiares que exporão na Feira, nessa ordem:

- I – Empreendimentos Econômicos Solidários e Agricultores(as) familiares do Município de Viçosa;
- II – Fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos;
- III - Grupos Formais sobre os Grupos Informais e estes sobre os Fornecedores Individuais.

TÍTULO VI

DOS ESPAÇOS E INFRAESTRUTURA

Art. 13 A Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar acontecerá periodicamente no espaço físico da ASPUV- Seção Sindical dos Docentes da UFV – localizada na Vila Giannetti, casa 52.

Art. 14 O número de expositores(as) está diretamente relacionado com a infraestrutura do espaço.

Art. 15 A seleção dos produtos e número de vagas por tipo de produção ou serviço será definido pela Comissão de acordo com a quantidade de inscritos(as) e com o espaço disponível, tentando manter a proporcionalidade entre os produtos da Agricultura Familiar e da Economia Solidária e outros que porventura possam surgir.

Art. 16 Utensílios utilizados para manipular, produzir e servir deverão ser trazidos pelos inscritos, considerando-se sempre as normas da Vigilância Sanitária.

Art. 17 A exposição deverá ser montada de acordo com orientação da organização do evento.

Art. 18 O(a) expositor(a) é responsável pelo uso e conservação dos equipamentos disponibilizados pela organização do Evento.

Art. 19 O(a) expositor(a) é responsável pela limpeza e conservação do espaço do estande durante e após a Feira.

Art. 20 Caso o número de inscritos ultrapasse o número de vagas oferecidas pela organização da feira, poderão ser adotados critérios de rotatividade para que a participação dos empreendimentos seja igualitária.

TÍTULO V

DOS DIREITOS E DEVERES DOS EXPOSITORES

Art. 21 Os(as) expositores(as) devem zelar pelos aspectos ambientais, respeitando os princípios de reduzir, reutilizar, reciclar e, preferencialmente, abordar questões sobre educação ambiental em suas atividades.

Art.22 Os(as) expositores(as) devem zelar pelo respeito e manutenção do espaço disponibilizado pela Seção Sindical dos Docentes da UFV - ASPUV.

Art. 23 Não será permitida a venda de quaisquer produtos industrializados.

Art. 24 É vedada a compra de produto artesanal de terceiros para revenda, bem como vender produto de terceiros por qualquer motivo.

Art. 25 Os(as) expositores(as) só poderão comercializar os produtos que estiverem descritos na sua ficha de inscrição.

Art. 26 O(a) expositor(a) poderá, a qualquer momento, requerer que um novo produto seja acrescentado na sua ficha de inscrição, o qual deverá ser aprovado pela Comissão de Avaliação e Credenciamento.

TÍTULO VIII

DAS PUNIÇÕES

Art. 27 As punições de advertência, suspensão e eliminação, nos termos deste Regimento Interno, deverão ser aplicadas pela Comissão de Avaliação e Credenciamento, nos casos previstos neste Regimento Interno.

Art.28 Serão consideradas faltas leves, puníveis com advertência por escrito:

I - O desacato verbal contra outro membro da Feira ou contra a Comissão organizadora.

II - A discussão não justificada entre um expositor e um visitante durante a feira;

III- A ausência não justificada nos espaços de formação da Feira;

IV- Outros casos em que a Comissão de Avaliação e Credenciamento acharem ser necessário;

Art. 29 A suspensão do membro se dará através da recorrência de advertências, ou em casos não previstos que a Comissão de Avaliação e Credenciamento classifique como faltas médias.

Art. 30 Serão consideradas faltas graves, puníveis com eliminação:

I- O não comparecimento do empreendimento na feira por mais de 2 (duas) vezes consecutivas sem justificativa razoável;

II- A venda exclusiva de produtos não artesanais ou não fabricados pelos empreendimentos econômicos solidários e agricultores familiares;

III – A recorrência da venda de produtos de terceiros após receber advertência neste sentido;

IV- Venda de mercadorias deterioradas ou condenadas;

V- Fraude nos pesos e medidas.

Parágrafo único. A Comissão de Avaliação e Credenciamento, caso entenda que seja necessário devido à gravidade da falta, pode aplicar a eliminação em casos não especificados neste Regimento, desde que seja mantido o direito de defesa dos empreendimentos econômicos solidário e/ou agricultor(a) familiar.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 Os parceiros, os Empreendimentos Econômicos Solidários e os Agricultores(as) Familiares aprovados(as) deverão receber uma cópia do presente regimento, e ter ciência mediante declaração por meio de sua assinatura.

Art. 32 É vedada qualquer tipo de cobrança ao empreendimento para a participação na feira.

Art. 33 Os casos omissos neste regimento serão avaliados pela Comissão de Organização Geral da feira e pela Comissão de Avaliação e Credenciamento.

Art. 34 Este regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Viçosa, 1 de setembro de 2016.

ANEXO D – Edital de Inscrição**EDITAL DE INSCRIÇÃO Nº 001/2016****PARA SELEÇÃO DE EXPOSITORES(AS) PARA O QUINTAL SOLIDÁRIO - FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR**

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa (ASPUV) e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV), em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Serviço de Vigilância Sanitária de Viçosa, Projeto de Extensão "Feira Agroecológica e Cultural da Violeira", Associação de Artesãos e produtores de Alimentos Caseiros da Região de Viçosa (ADAPAC) e Rede Raízes da Mata, tornam pública a abertura das inscrições e estabelecem regras relativas à seleção de expositores(as) para o Quintal Solidário - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar, mediante as condições estabelecidas neste Edital e observadas as disposições contidas no Regimento Interno da Feira e nos diplomas legais vigentes. A Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar tem, dentre seus objetivos, a valorização e promoção da economia solidária, a melhoria de renda e da qualidade de vida dos membros do coletivo, integrando o público participante do evento além de proporcionar a todos(as) a oportunidade de conhecer e divulgar a economia solidária, agricultura familiar e agroecologia.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O objetivo do presente Edital é selecionar expositores(as) para o Quintal Solidário - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar, que ocorrerá periodicamente na sede da ASPUV: Vila Giannetti, casa 52- Campus Universitário, UFV.

2. DA INSCRIÇÃO E ADMISSÃO DOS EXPOSITORES

2.1. Poderão se inscrever para o Quintal Solidário - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar: 1) Empreendimentos Econômicos Solidários (grupos, associações, cooperativas) e 2) Agricultores(as) Familiares que buscam um espaço de comercialização e divulgação de seus produtos e serviços e promovam os princípios da economia solidária e da agroecologia.

I- Os Empreendimentos Econômicos Solidários caracterizam-se por serem grupos associativos e suprafamiliares que realizam atividades econômicas permanentes, cujos participantes são trabalhadores do meio urbano ou rural e exercem democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados.

II - Considera-se agricultor(a) familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

2.2. As inscrições se encontrarão abertas no período **de 1º de setembro de 2016 até 12 de setembro de 2016, às 17h30.**

2.3. Para se inscrever, deve-se preencher rigorosamente a ficha de inscrição disponível no site www.itcp.ufv.br, a partir das normas e prazos estabelecidos nesse Edital. A ficha de inscrição também estará disponível na ITCP (Vila Matoso, casa 3-campus UFV), Centro de Tecnologias Alternativas (Sítio Alfa Violeira, s/n, Zona Rural-Viçosa), Rede Raízes da Mata (Vila Giannetti, casa 18- campus UFV), EMATER Viçosa (Vila Giannetti, casa 44).

2.4. Não haverá taxa de inscrição.

2.5. A ficha de inscrição deverá ser entregue preenchida na ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (situada na Vila Matoso, casa 3, campus UFV), do **dia 1º de setembro ao dia 12 do mesmo mês, até às 17h30.**

2.6. A Comissão de Avaliação e Credenciamento é a responsável por analisar as inscrições dos expositores(as) e decidir acerca da admissão ou não do expositor(a). A comissão é composta por representantes das seguintes organizações: 1) Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa (ASPUV); 2) Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV); 3) Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), 4) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), 5) Serviço de Vigilância Sanitária de Viçosa e 5) Projeto de Extensão "Feira Agroecológica e Cultural da Violeira".

2.7. A inscrição da proposta não garante sua aceitação. Serão levados em consideração pela Comissão de Avaliação e Credenciamento da Feira, critérios referentes ao formato do empreendimento, espaço físico disponibilizado e número máximo de atividades possíveis de serem realizadas no dia da Feira.

2.8. A relação das propostas aceitas será divulgada através do site www.itcp.ufv.br e os empreendimentos e agricultores(as) familiares selecionados(as) serão contatados(as), no dia **14 de setembro de 2016, a partir das 14h.**

2.9. A data da primeira feira será dia **21 de setembro de 2016**, de 17h30 às 20h30.

3. DOCUMENTOS, PRINCÍPIOS E CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Para a participação na Feira, os(as) expositores(as) deverão apresentar os seguintes documentos de acordo com as especificidades de suas organizações:

I- Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para os agricultores(as) familiares ou Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) para os empreendimentos econômicos solidários. Caso o empreendimento ou o (a) agricultor (a) familiar não tiver um desses documentos deverá entrar em contato com a ITCP através do telefone (31) 3899-2798 ou e-mail itcpufv@gmail.com solicitando as orientações para se adequar no prazo que será estabelecido junto aos órgãos responsáveis (EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Ministério do Trabalho e Emprego - CADSOL, etc.).

3.2 Os empreendimentos econômicos solidários e agricultores(as) familiares deverão seguir os seguintes princípios para participação na Feira:

I- Diversidade de produção;

II - Compromisso com a qualidade dos produtos:

III - Boas práticas para o processamento e comercialização (ter higiene nas etapas pós-colheita dos produtos in natura, sanitização do local onde ocorre a manipulação dos produtos processados, ter embalagem ou rotulagem para os produtos que necessitam ser armazenados desta maneira);

IV - Promover a agroecologia e a economia solidária, contribuindo, através da gestão compartilhada, para a integração entre produtores(as) e consumidores(as), fortalecendo relações solidárias, o consumo consciente e a produção sustentável;

V- Pautar a transição por práticas de manejo sustentável (usar insumos de base orgânica, sementes agroecológicas e o uso racional da água potável);

VI- Respeitar a biodiversidade (uso de sistemas de policultivos na produção, podendo ofertar diversos produtos);

VII - Respeitar normas da vigilância sanitária.

VIII - Não utilizar agrotóxico;

IX - Manter relações de trabalho solidárias (utilizar mão-de-obra familiar, comunitária e/ou devidamente registrada, praticando relações humanistas no ambiente de trabalho);

X - Praticar comércio justo (vender os produtos com preços justos, considerando os custos de produção, para que sejam acessíveis à todas as pessoas);

XI - Buscar a transição agroecológica.

3.3 Para participar da feira, os empreendimentos econômicos solidários e agricultores(as) familiares expositores deverão estar de acordo com as seguintes condições:

I - Participar de espaços de formação propostos e sugeridos pela organização da Feira (haverá emissão de certificado);

II- Permitir que o local de origem da produção esteja permanentemente aberto a visitas técnicas de diagnóstico da unidade produtiva para a verificação da produção e dos produtos.

3.4 O não cumprimento dos princípios e condições estabelecidos implicará na não participação neste processo seletivo.

4. CRITÉRIOS DE PRIORIDADE PARA SELEÇÃO DE EXPOSITORES(AS)

Serão utilizados os seguintes critérios de prioridade para a seleção dos empreendimentos econômicos solidários e agricultores(as) familiares que exporão na Feira, nessa ordem:

I – Empreendimentos Econômicos Solidários e Agricultores(as) familiares do Município de Viçosa;

II – Fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos;

III - Grupos Formais sobre os Grupos Informais e estes sobre os Fornecedores Individuais.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Os casos omissos nesse Edital serão avaliados pela Comissão de Avaliação e Credenciamento.

5.2 Em caso de dúvidas, entrar em contato com a ITCP através do telefone (31)3899-2798 ou pelo e-mail itcpufv@gmail.com

ANEXO E – Ficha de Inscrição**FICHA DE INSCRIÇÃO**

A Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar acontecerá periodicamente, nas quartas-feiras de 17:30 até às 20:30 horas, na Seção Sindical dos Docentes da UFV (ASPUV)- Vila Giannetti, casa 52.

✓ O preenchimento desta ficha de inscrição é imprescindível para participação no processo seletivo de empreendimentos econômicos solidários e agricultores (as) familiares que comercializarão na feira.

✓ É obrigatório o preenchimento de todas as informações solicitadas.

✓ O prazo para o envio desta Ficha de Inscrição vai até 12 de setembro de 2016 às 17h30 horas. O (a) interessado (a) que não enviar a Ficha de Inscrição até o prazo estabelecido não fará parte do processo até que um novo edital seja aberto.

✓ Importante a leitura e entendimento do Edital da Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar.

DADOS DO EMPREENDIMENTO E DOS(AS) EXPOSITORES(AS)

1. Categoria do empreendimento: ☐ Agricultura Familiar ☐ Empreendimento Econômico Solidário ☐ Outros. Qual? _____	
2. Nome do Empreendimento Econômico Solidário (se for o caso):	
3. Forma de Organização do empreendimento econômico solidário (se for o caso): ☐ Grupo Informal ☐ Associação ☐ Cooperativa ☐ Outros: _____	
4. Nome do Agricultor(a) Familiar ou representante responsável pelo Empreendimento Econômico Solidário:	
5. Endereço: (AV. Rua, Praça):	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	CEP:

ANEXO F – Termo de Compromisso**Termo de Compromisso**

Eu, _____, RG _____, comprometo-me a preservar e zelar pelos bens (barracas, mesas, cadeiras, estantes, etc.) cedidos para a utilização durante a feira Quintal Solidário, mantendo a integridade dos mesmos e conservando-os em perfeito estado. Quaisquer prejuízos causados devido a uso inadequado, são de minha total responsabilidade.

Declaro ainda que recebi e li a cópia integral do Regimento Interno, estando ciente dos meus direitos e também das responsabilidades que deverei assumir, comprometendo-me a respeitá-las, sob pena de receber advertências, suspensão e caso necessária eliminação pelo seu descumprimento.

Viçosa/MG, ____ de _____ de 2017

Assinatura do responsável

ANEXO G – Check list de Atividades do Técnico de Nível Superior

Atribuições do profissional de Apoio Técnico à Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar - Quintal Solidário	
COMISSÃO ORGANIZADORA (REUNIÃO SEMANAL)	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Participar das reuniões semanais (segunda-feira, às 16hs)	Precisa solicitar empréstimo de notebook, buscar e devolver.
Organizar pautas da reunião da comissão organizadora	
Avisar cancelamento ou mudança de horário da reunião para ASPUV (isso implica na reserva da sala de reuniões e disponibilidade do lanche)	
Elaborar e arquivar relatoria	
Imprimir, passar e arquivar a lista de presença	
Apresentar solicitações de novos expositores, organizar e arquivar documentação adequada	
Encaminhar as demandas levantadas pela comissão	
Agendar visitas, reuniões e formação com expositores	
COMISSÃO EXECUTIVA (REUNIÃO SEMANAL)	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Organizar pautas da reunião da comissão executiva (terça e quinta, às 18h30)	Os horários da das reuniões são definidas conforme a disponibilidade dos estudantes, é importante que seja após a reunião da comissão organizadora e antes da feira.
Elaborar e arquivar relatoria	
Encaminhar demandas que podem ser direcionadas aos formadores	
Acompanhar e orientar a realização das atividades da equipe	
Realizar formação da equipe	
REUNIÃO DOS EXPOSITORES (REUNIÃO MENSAL, NA ÚLTIMA QUINTA-FEIRA DO MÊS de 16h à 17:50h)	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Organizar pautas da reunião	
Entregar convite impresso da reunião, confirmar a presença e registrar a justificativa no caso dos expositores	

que não poderão participar da reunião	
Confirmar a reunião com a ASPUV, caso haja alguma mudança de horário ou data, informar o número de participantes, pois isso implica na reserva do espaço a ser utilizado e disponibilidade do lanche	
Elaborar e arquivar relatoria	
Imprimir, passar e arquivar a lista de presença	
Fazer registro fotográfico	
Encaminhar as demandas levantadas pelos expositores	
PROGRAMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA FEIRA	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Organizar programação: atração cultural, oficina, espaço infantil ou alguma atividade prevista para a feira da semana	
Inserir dados no Drive	
Elaborar textos e cartazes para divulgação	
Conferir se o cartaz está pronto e se as informações corretas	
Realizar as postagens no Instagram e Facebook observando o texto publicado	
Divulgar o cartaz no Facebook, Whatsapp e status do whatsapp e enviar também para o grupo do espaço infantil, para as pessoas que irão se apresentar no espaço cultural, grupo dos expositores, grupo da coordenação e grupo da Equipe Executiva	
Arquivar o cartaz elaborado no google Drive	
Solicitar a elaboração e compartilhar os cartazes temáticos ou de promoções	
Orientar a equipe responsável pelas fotos;	
Elaborar e postar informações sobre cada produtor	
Postar fotos dos produtos e informações sobre a feira	
Envio de emails e informações para rádios, sites e jornais	

Imprimir panfletos, cartazes e demais itens gráficos para a feira	
Elaborar cronograma com as informações a serem divulgadas durante a feira	
ATRAÇÃO CULTURAL (SEMANAL)	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Pesquisar as possíveis atrações para o espaço cultural, seja ela musical, teatro, dança, etc	
Ao confirmar a atração cultural, tem que explicar sobre: a) os horários da feira; b) os tipos de músicas que devem ser evitadas; c) a cesta de produtos ofertada pelos expositores(as) como contrapartida e d) solicitar as informações necessárias para a divulgação (nomes completos, telefone, estilo musical, horário de apresentação, fotos);	
Levantar a infraestrutura necessária para apresentação e solicitar para Divisão de Eventos, ITCP ou ASPUV ;	
Passar as informações para a planilha do drive, para as pessoas responsáveis pela divulgação e cartazes terem acesso	
Confirmar a apresentação na segunda-feira e encaminhar o cartaz de divulgação.	
Recepcionar as Atrações;	
Colocar banquetas e jarra com água no local da apresentação.	
Providenciar caixa de madeira, recolher cesta de produtos e adquirir em caso de solicitação;	
Entregar a cesta de produtos às atrações.	
Quando a atração solicitar mesa de lanche ao invés da cesta de produtos, deve-se: levantar o número de participantes, avisar os(as) expositores(as), recolher os produtos para o lanche e dinheiro para complementação e montar e desmontar a mesa do lanche	

Ficar à disposição das pessoas que estiverem se apresentando	
OFICINA (SEMANAL)	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Pesquisar temas, entrar em contato e agendar com os(as) mistrantes	
Registrar as informações necessárias na planilha (nome da oficina, foto, data, horário, matrícula ou CPF, telefone e materiais necessários para 10 participantes)	
Elaborar orçamento e comprar os materiais para as oficinas	
Solicitar notas fiscais em nome da ASPUV para a prestação de contas	
Verificar os materiais excedentes de oficinas anteriores e tentar usá-los e novas oficinas.	
Ministrar oficinas (em último caso. Por exemplo: se não tiver tido oficina na semana anterior ou se a oficina da semana tiver sido cancelada em cima da hora)	
Quando necessário, fazer as solicitações à ASPUV quanto ao uso de um novo espaço ou o uso de matérias como data show, cadeiras, televisão, extensão, etc	
Organizar o espaço onde será oferecida a oficina, conferir os materiais e conferir o espaço ao final da atividade e guardar os materiais	
Conferir a planilha e quando houver desistência ou alguma alteração, tem que comunicar ao setor de comunicação da ASPUV e formadores/ITCP pois isso implica no texto da divulgação e no cartaz	
ESPAÇO INFANTIL (SEMANAL)	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Contatar projetos de extensão e organizar revezamento das equipes	
Confirmar participação	

Organizar materiais necessários	
Realizar reuniões em caso de ajustes e avaliação das atividades	
Inserir informações no Drive	
ECOPONTO (RECOLHIMENTO DE ÓLEO USADO)	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Providenciar as moedas sociais	
Recolher o óleo e encaminhar para as associações	
Fazer a troca das moedas sociais	
Prencher a planilha de controle de óleo recebido e circulação das moedas	
ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Receber demandas de atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem realizadas	Todas as atividades a serem realizadas na feira devem ser analisadas pela coordenação e comunicada aos expositores.
Encaminhar a comissão organizadora para avaliação das propostas	
Organizar o que for necessário à visita na feira e avisar aos expositores	
Registrar atividade (Arquivar os ofícios encaminhados pelos estudantes e or relatórios de resultados)	
ESTRUTURA DA FEIRA	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Enviar escala de montagem e desmontagem da Feira semanalmente	Os equipamentos emprestados precisam ser buscados e devolvidos. Buscar na rua alguma coisa que precisa na feira, por exemplo, lâmpada nova, adaptador de tomada, caixa para cesta,
Providenciar Equipamentos de Som necessários (APSUV, Divisão de Eventos ou aluguel)	
Providenciar o notebook e playlist para passar músicas na parte inicial da feira	
Organizar a decoração do espaço em feiras temáticas	
Gerenciar e organizar a sala da Feira	

Supervisionar, orientar e acompanhar a montagem e desmontagem da Feira; (lixeiras, tendas, bancadas, toalhas de mesa, tenda e carpete do espaço infantil, tenda e mesa da atração cultural, espaço de coleta de óleo, placas de identificação, iluminação de cada barraca, etc)	material de oficina...
Atender às reclamações, dúvidas e sugestões dos expositores, visitantes, parceiros e voluntários	
Ficar atento a todo o espaço da feira (sala de materias, árvore, itens esquecidos, etc)	
PROMOÇÕES	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Pensar as promoções e solicitar a elaboração do cartaz	
Auxiliar os expositores e demais envolvidos, a como participar e divulgar as promoções nas redes sociais	
Recolher e fazer o controle da contribuição dos expositores para montar a cesta ou vale compras.	
Realizar o sorteio, contactar o ganhador, acompanhá-lo na feira (caso ele não a conheça) e entregar o prêmio	
CADASTROS DE EXPOSITORES	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Atualizar o cadastro dos(as) expositores(as) quando eles solicitarem a inclusão de um novo produto, em casos de dúvida, deve ser discutido na comissão organizadora se o novo produto pode ou não ser comercializado na feira	
Lançar as informações da ficha de cadastro para a planilha, atualizar a lista de presença mensalmente (devido à rotatividade de expositores), incluir novos membros no grupo de whatsapp	
Verificar pendências e encaminhar à comissão organizadora	
Passar a lista de presnça para os expositores durante a feira, registrar na planilha a presença , faltas e	

justificativas	
Explicar os critérios de admissão de novos expositores, encaminhar o caso para a comissão, responder aos emails sobre o resultado da análise	
Imprimir, entregar e explicar o regimento interno	
Fazer as placas de identificação das barracas	
GESTÃO	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Publicar fotos e atividades realizadas no Quintal Solidário nas Redes Sociais;	
Responder emails e mensagens direcionadas ao Quintal Solidário	
Representar o projeto em atividades, quando solicitado	
Realizar orçamento para compra de equipamentos e/ou materiais para Feira	
Realizar compras	
Realizar prestação de contas do Fundo da Feira	
Elaborar apresentações, resumos e artigos sobre a feira, assim como relatórios que são solicitados na reunião da comissão organizadora	
Preencher a planilha de controle da carga horária dos participantes	
Registrar atividades do projeto no RAEX, assim como equipe.	
Receber a contribuição da Cervejaria que comercializa Chopp	
Receber a contribuição dos expositores e preencher a planilha de controle (para custear moto som)	

ANEXO H – Informativo Quintal Solidário (Comemorativo aniversário de 1 ano)



INFORMATIVO DO QUINTAL SOLIDARIO



Publicação da SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UFV

Novembro/2017

Quintal Solidário promove Agri- cultura Familiar e Economia Soli- dária em Viçosa

Expositores relatam como a feira fez diferença em suas produções e impulsionou a renda familiar.



**Projeto serve como espaço
para atividades de ensino,
pesquisa e extensão**

Trabalhos contribuem na formação dos alunos, dos expositores e geram impacto em toda a comunidade

Feira se consolida como ponto de encon- tro e lazer em Viçosa

Projeto ainda fomenta a cultura local ao promover apresentações de artistas regionais


WWW.ASPUV.ORG.BR

(31) 3891-1428 / 3899-2670

FACEBOOK.COM/QUINTALSOLIDARIO

@QUINTAL_SOLIDARIO

EDITORIAL

Edição Especial de 1 ano do Quintal Solidário



O Quintal Solidário, atividade da Seção Sindical dos Docentes da UFV (Aspuv) e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), é um dos mais importantes projetos sociais que a entidade realiza. Está registrado como projeto de extensão da UFV e tornou-se profícuo campo de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Além disso, dá visibilidade à seção sindical em relação a sua importante responsabilidade social com a cidade e a população do município.

Com o Quintal Solidário empoderamos a população do campo, promovemos a qualidade de vida do agricultor familiar, abrimos espaço para que os artesãos de Viçosa e cidades

vizinhas apresentem e comercializem seus produtos. Damos ainda visibilidade aos artistas locais nas apresentações culturais promovidas em todas as edições. O Quintal Solidário tornou-se um ponto de encontro da comunidade, que se reúne às quartas-feiras, a partir das 17h, para um momento de prosa e descontração.

A Diretoria da Aspuv/Gestão 2016-2018 se orgulha deste projeto. Orgulha-se de poder contribuir tanto para o desenvolvimento da agricultura familiar do município de Viçosa. Orgulha-se de trazer o ensino, a pesquisa e a extensão para dentro da sua sede. Orgulha-se de abrir a sua sede para toda a comunidade de Viçosa e região.

Orgulha-se de poder prestigiar nossos músicos, artistas e artesãos. Orgulha-se de propiciar momentos de encontro e descontração aos nossos sindicalizados. Nós acreditamos na agricultura familiar e na economia solidária; e essa é uma decisão e um posicionamento... políticos! Que venham outros projetos de igual magnitude!

Nesta edição, contamos a história do primeiro ano do Quintal Solidário. Você certamente ficará encantado(a) com a trajetória de sucesso deste trabalho. Agradecemos às centenas de mãos e aos parceiros que nos ajudaram, além de todos que têm prestigiado o projeto nos dando a honra de suas presenças.

EXPEDIENTE

O Informativo do Quintal Solidário é uma publicação da Seção Sindical dos docentes da UFV // Tiragem: 1500 exemplares
E-mail: feiraintalsolidario@gmail.com // Gestão Aspuv 2016-2018: Sylvia Franceschini, José Serrão, Kleos Lenz, Isnard Ferraz, Ivonete Lopes, Jaime de Mello, Ieda Silveira e Julio Campos.

Equipe Quintal Solidário: Raquel Nunes Silva, Pedro Paulo Fré Braz, Luis Otávio Ferreira Freitas, Desley Raul Alves Oliveira, Bruno Barroso Costa, Fabrício G de Assis, Luiza Carla Vidigal Castro, Ana Lúcia Coutinho, Carla Cristina Balbino dos Santos, Elge de Azevedo Magalhães Fialho, Emerson Alcides da Silva, Sílvia Eloiza Priore e Vera Lúcia Rodrigues Fialho.

Jornalista Responsável: Fernanda Pôncio Nº Registro: 16.837-MG

Diagramação: Ana Carolina Zeferino

Fotografia: Bruno Barroso Costa

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Quintal Solidário é espaço para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão

Trabalhos realizados na feira contribuem na formação dos alunos, capacitam os expositores e geram impactos positivos em toda a comunidade



Aula de economia solidária para os alunos do Coluni

O Quintal Solidário é uma atividade de extensão registrada na UFV. Mas mais do que isso: as várias possibilidades que a feira proporciona também servem para o desenvolvimento de outros trabalhos de extensão, além de ensino e pesquisa. “Todas as atividades, por mais que a gente tenda a separar o ensino, a pesquisa e a extensão, elas estão indissociáveis no Quintal. Na verdade, todas estão muito interligadas”, ressalta a coordenadora da ITCP, Bianca Lima Costa. “Isso faz exatamente o que a universidade quer que a gente faça: a tríade ensino-pesquisa-extensão”, completa uma das coordenadoras do projeto, Sílvia Priore.

Neste pouco mais de um ano do Quintal, foram desenvolvidos trabalhos, ou já estão programados, de diversos cursos da UFV como Nutrição, Dança, Medicina, Licenciatura em Educação

do Campos, Pedagogia, Cooperativismo, Economia e Educação Infantil. Isso sem falar do Coluni e de outros colégios de Viçosa e região, como duas Escolas Famílias Agrícolas (Efas's) de Ervália e Araponga, que trouxeram seus alunos para conhecer a feira e participar de atividades sobre economia solidária e agricultura familiar.

Do curso de Nutrição, vêm projetos como o desenvolvimento de cardápios para os expositores, que comercializam alimentos prontos, e a realização de uma oficina para os consumidores, abordando aspectos como a conservação dos alimentos. O de Economia desenvolve um, que trabalha a educação financeira com os agricultores e artesãos. Outra parceria importante é com o projeto InterAção do Departamento de Ciências Sociais, que realiza, junto aos expositores e visitantes, ações

de conscientização sobre a importância da coleta seletiva.

Cabe destacar também a parceria do Quintal Solidário com quatro projetos de extensão do curso de Educação Infantil. Eles se revezam, ao longo das semanas, no atendimento ao espaço lúdico montado em todas as edições. Um deles é o Contação de histórias infantis: promovendo a imaginação e o lúdico, que realiza, como o nome já diz, contações de histórias, além do resgate de brincadeiras tradicionais. “As relações sociais e afetivas estão sendo estabelecidas com os participantes da feira, pois há sempre uma troca de saberes muito grande e trocas de experiências práticas (...). Alguns participantes da feira são assíduos, criando, assim, um vínculo (...) entre a equipe do projeto e participantes da feira”, destaca a bolsista do projeto, Marcelle Aparecida Martins.

Ao abrir espaço para o desenvolvimento de tantas atividades, o Quintal Solidário contribui para a formação dos alunos, capacita os expositores e ainda gera ações que têm reflexos positivos em toda a sociedade. “Ele é um espaço aberto da universidade, da comunidade, que cumpre um papel social de desenvolvimento local, desenvolvimento social. As atividades são fundamentais, não só para a formação dos estudantes, mas para o compromisso social da própria universidade”, finaliza Bianca.

Vila Giannetti, Casa 52 - Campus Universitário - UFV CEP: 36570-000/Viçosa - MG
Segunda a sexta-feira: 09h às 12h/14h às 18h // Telefones: (31) 3891-1428 / 3899-2670
Email: social@aspuv.org.br

DEPOIMENTOS

Quintal Solidário transforma a vida de agricult

O Quintal Solidário reúne semanalmente cerca de 30 expositores da região. Na feira, eles encontram um espaço c
nos depoim



“Isso aqui virou uma família. Nós temos um ano e, nesse um ano, não é só o espaço em si que conta, não é só vender os meus artesanatos (...). É uma família, agora, onde eu tenho meu espaço para expor. É mais um espaço de arte e cultura para Viçosa, o que fazia muita falta.”
Tatiana Maciel – artesã

“Eu faço duas feiras além dessa e essa feira é a melhor: eu estou vendendo bastante. Isso me incentivou a plantar mais, a diversificar mais a plantação. Foi um grande estímulo o Quintal Solidário. Aumentou (a renda familiar) 50% mais ou menos.”

Gilberto da SilvaValente – agricultor



“Aumentou bastante o meu trabalho. Quando abriu aqui, eu vi que foi uma oportunidade de aumentar a minha venda, a minha receita e também a minha produção(...). Desde o princípio, já foi uma surpresa muito grande. Eu chamo aqui de ‘feira terapia’, porque é muito bom. É lógico que estou visando também o meu lucro, mas é muito gostoso estar aqui, meu momento de ‘relax’ é quando estou na feira. As pessoas são muito legais aqui. Elas são muito solidárias, te valorizam e não tem nada melhor do que estar com pessoas que te valorizam.”

Noemy Rolim – produtora rural

DEPOIMENTOS

Produtores e artesãos de Viçosa e cidades vizinhas

infiável para a venda dos seus produtos e, desde o início do projeto, relatam ter visto suas vidas mudarem. Confira depoimentos abaixo:



“O espaço da feira Quintal Solidário é bastante democrático. Abrange várias pessoas, entidades, grupos ligados à agricultura familiar e à economia solidária (...). Em Viçosa, não existe nenhum local de venda exclusivamente de produtos vegetarianos e veganos. Nós estamos aqui, não só divulgando a economia solidária, mas também o vegetarianismo e o veganismo com alimentos agroecológicos. É uma forma de mostrar o nosso trabalho.”

Gabriela Rizale – artesã culinária

“Nem sempre a pessoa finaliza a compra. Mas como o nosso trabalho engloba uma gama de atividades, que não necessariamente estão ligadas à venda dos arranjos, é muito importante que ela leve um cartãozinho, nós divulgamos o nosso trabalho de paisagismo, conhecemos o nosso cliente e conseguimos fidelizá-lo.”

Nayara Guerra Marques – artesã, paisagista e agrônoma



“A gente enxerga que as plantas, que são o que a gente comercializa, requerem uma informação, então esse contato com o público faz com que a gente possa ter essa troca de informações aqui no Quintal.”

Caio Enrique Cizzolini – artesão, paisagista e agrônomo



“Vale a pena e vale muito (vir de Coimbra todas as semanas), porque a ideia da gente é trabalhar com o orgânico e, aqui no Quintal, além da possibilidade da gente vender o produto e ter uma renda, a gente tem oportunidade de divulgar o sítio e outras pessoas conhecerem (...). Do início até agora, a gente aumentou a variedade de produtos e a quantidade também, porque é um mercado que se amplia. A cada dia que passa, o Quintal fica mais conhecido em Viçosa e, conseqüentemente, vende mais.”

Luiz Cláudio Pereira – agricultor

CULTURAL

Feira vira ponto de encontro da comunidade e fomenta cultura local

Quintal Solidário se consolida como espaço gratuito de lazer e, ao promover apresentações culturais, dá visibilidade a artistas regionais



O Quintal Solidário é assim: um espaço aberto e pronto para receber toda a comunidade, não só a universitária, mas também a viçosense. Com atrações culturais gratuitas, a feira se consolidou como um local de lazer e ponto de encontro às quartas. “O Quintal tem essa perspectiva de que todos somos comunidade de Viçosa (...). Estamos pensando na comunidade e nos entendendo como comunidade”, enfatiza a coordenadora da ITCP, Bianca Lima Costa.

A professora da UFV, Maria de Lourdes Matos Barreto, é frequentadora assídua do Quintal Solidário. Ela ressalta que o espaço une uma feira cheia de produtos de qualidade a um lo-

cal para relaxar ao fim do expediente: “eu acho que já comprei de tudo, mas principalmente a parte de hortaliças e vegetais. Esses produtos têm qualidade excelente, principalmente porque são sem agrotóxicos, têm uma qualidade muito superior e os preços também são bem melhores. Além de ir conhecendo os próprios produtores e eles identificam até qual o tipo de produto que você prefere. Como evento cultural também é excelente, porque a gente tem oportunidade de relaxar um pouco (...). Eu venho com meus orientandos, estudantes, é possível fazer uma integração muito interessante”.

Outra visitante que ressalta a junção da feira com o espaço

de lazer é a assistente social Fernanda Souza Barrão. “O Quintal proporciona pra gente ter acesso a produtos de pessoas que a gente não conhecia, de famílias que vivem dessa comercialização. Permite também a gente ter uma alimentação saudável, natural, diversificada. Fora os lanches que são maravilhosos (...). Quando eu vim ao Quintal e percebi toda a dinâmica dele, de ter acesso aos produtos agroecológicos e a possibilidade de um espaço de lazer, fui trazendo os amigos pra cá. Hoje, tem um grupo grande de amigos, que trabalham no fórum, e faz da quarta-feira um happy hour. A gente sai às 18h do trabalho e vem pra cá. Nós trazemos as

CULTURAL

crianças também, que já crescem com essa vivência do que é um produto saudável e do que é um espaço saudável. Isso melhorou inclusive nossa relação dentro do espaço do trabalho", diz ela.

Em média, mais de 500 pessoas passam pelo Quintal a cada semana. Em edições especiais, como a de aniversário, esse número chegou a mil. Um fluxo de visitantes tão grande como esse garante visibilidade aos artistas locais que se apresentam, como relata uma das coordenadoras Silvia Priore: "o Quintal em tudo é uma vitrine. Os artistas, principalmente os novos artistas, têm nos procurado, porque eles querem vir. Essa é uma forma da sociedade conhecê-los (...). A gente tem até uma lista de pessoas e grupos, que gostariam de



Grupo Bossa Viçosa se apresentando no Quintal Solidário.

estar aqui". Neste primeiro ano, todas as edições tiveram apresentações culturais, seja de música, poesia ou dança.

A cantora e instrumentista Vitória Machado Teixeira já se apresentou três vezes na feira.

Para ela, que começou há pouco tempo na carreira, as oportunidades foram valiosas. "Eu acho bem importante (apresentar no Quintal Solidário), porque incentiva a gente a continuar e a gente fica cada vez mais conhecido", diz a artista.

MEIO AMBIENTE

Preocupação com o meio ambiente é uma constante no Quintal Solidário

Lixo produzido em todas as edições é encaminhado para a coleta seletiva. Feira também recolhe óleo de cozinha para a reciclagem



Moeda social utilizada na feira

Consumir produtos de origem local gera um menor impacto para a natureza. Isso ocorre porque há um menor gasto de combustível com o transporte. No Quintal Solidário, o meio ambiente ainda é favorecido porque muitos hortifrúti-

comercializados são livres de agrotóxicos, substâncias, que contaminam a água e o solo, isso sem falar no prejuízo causado à saúde humana.

Além desses fatores, o projeto se preocupa em agregar outras iniciativas, que trabalham a

questão ambiental. Uma delas é a separação de todo o lixo gerado na feira. No fim de cada edição, o material é encaminhado para a coleta seletiva. Também no Quintal, está instalado um ecoponto para o recebimento do óleo de cozinha usado. Para quem não sabe, esse óleo, se descartado de maneira incorreta, gera graves prejuízos à natureza, como a contaminação de rios. A ideia fomenta ainda práticas de economia alternativa, já que o visitante, que entregar dois litros no ecoponto, recebe uma "moeda social" para ser trocada por produtos disponíveis nas barracas. Todo o óleo recolhido é encaminhado à reciclagem.

GALERIA



Atrações culturais (da esquerda para a direita: Carla Sceno, Gilson Reis, Pedro Lucas)



Público faz compras e se diverte no Quintal Solidário



Espaço infantil (Ludic-art, Music-art, Contação de histórias e Meio Ambiente e Ludicidade se revezam ao longo das semanas para entreter as crianças)



Oficinas (da esquerda para a direita: "cultivo e propagação das suculentas", "flores de papel" e "sucos verdes" com produtos da feira)



Hortifruti, artesanato e produtos minimamente processados comercializados toda quarta na feira

ANEXO I – Check list da montagem da Feira

DESCRIÇÃO DA MONTAGEM
LIXEIRAS
Colocar 2 perto do Chopp, 2 perto da lanchonete e 2 na área coberta onde fica o setor de artesanato.
TENDAS
Montar 1 para a atração cultural, 1 para o espaço infantil e 8 para os(as) expositores(as) de hortifrutigranjeiro.
BANCADAS
Montar 9 bancadas no setor de hortifrutigranjeiro. Na área coberta, montar 2 bancadas do lado direito e 2 bancadas do lado esquerdo da porta do auditório, 3 bancadas ao lado da escada que vai para a lanchonete, 4 bancadas em frente ao corredor que dá acesso ao gramado, 1 bancada em frente ao banheiro e 1 bancada em frente a cozinha da ASPUV. Observação: Para cada madeirite deve ser colocado 2 suportes, ou seja, não pode colocar 3 suportes para segurar 2 madeirites porque isso está ajudando a empenar as madeirites.
MESA DE PLÁSTICO
4 mesas redondas na parte coberta onde fica o setor de artesanato e as outras no gramado em frente ao Chopp.
TOALHAS DE MESA
As toalhas pequenas de 140cm X 140cm são para as mesas de plástico, levar 9 chitas verdes iguais para o setor de hortifrutigranjeiro e usar como saias das bancadas, para o setor de artesanato deve pegar as chitas maiores para cada grupo de bancadas e colocar os TNTs brancos para forrar as madeirites. Observação: No setor de hortifrutigranjeiro, algumas pessoas levam as chitas para casa e só trazem no dia da feira
ECOPONTO
Afixar a plaquinha na parede em frente ao auditório e entregar a planilha com as moedas sociais para a Eliane Freitas (do Mel).
ILUMINAÇÃO
Colocar os fios de luz nas barracas de hortifrutigranjeiro, espaço infantil e atração cultural. Acender os refletores e luz da área coberta do setor de artesanato.
PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO
Afixar as plaquinhas de cada empreendimento ou agricultor(a). Observação: Não pode ser cada um afixar o seu, pois cada um coloca e tira de um jeito e está estragando as plaquinhas.
CARPETE
Colocar o carpete no espaço infantil e varrer ele se estiver sujo.
ATRAÇÃO CULTURAL
Pedir na ASPUV banquetta da cozinha, jarra (encher com água do bebedouro), copos e colocar tudo na tenda (observar quantos cantores são e quantas banquetas e copos serão precisos)
SOM
Levar para a tenda as 2 caixas de som da DEV (as caixas grandes), 1 caixa de som e mesa de som da ASPUV, pedestal e caixa com os fios e cabos.

